

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS



REGIONAL CATALÃO



UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO: O ACESSO E
PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS EM ESCOLAS RURAIS
DE PARACATU-MG

Graciele Alves de Brito Silveira

CATALÃO
2019

BIBLIOTECA- TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

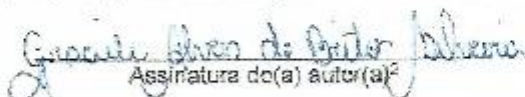
Nome completo do autor: Graciele Alves de Brito Silveira

Título do trabalho: A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO: O ACESSO E PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS EM ESCOLAS RURAIS DE PARACATU-MG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 01 / 07 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação de dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

GRACIELE ALVES DE BRITO SILVEIRA

A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO: O ACESSO E
PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS EM ESCOLAS RURAIS
DE PARACATU-MG

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Altina Abadia da Silva.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas, Formação de Professores e Inclusão.

CATALÃO, GO
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Alves de Brito Silveira, Graciele

A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO [manuscrito] : O ACESSO E PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS EM ESCOLAS RURAIS DE PARACATU-MG / Graciele Alves de Brito Silveira. - 2019.

CLXVII, 167 f.: il.

Orientador: Prof. Altina Abadia da Silva .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Educação, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Educação, Catalão, 2019.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Educação infantil. 2. educação do campo. 3. direito. 4. acesso e permanência . I. Abadia da Silva , Altina, orient. II. Título.

CDU 37

ATA DA DEFESA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO

UAEE – UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário, Bloco I, Sala 1A – Catalão (GO)
CEP – 75 704 020 - Fone: (64) 3441-9366.
Ramal 204 – Coordenação. E-mail: ppgeduc.ufg@gmail.com
Ramal 206 – Secretaria. E-mail: secretariappgeduc@gmail.com

ATA DA 101ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE GRACIELE ALVES DE BRITO SILVEIRA

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA COORDENADORIA DO PPGEDUC PARA
JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado em Educação DE GRACIELE
ALVES DE BRITO SILVEIRA.

Em 24/04/2019, às 2:00:00 PM, na SALA 01, BLOCO H DA UFG/REGIONAL CATALÃO, da UFG/Regional Catalão, teve lugar a 101ª Sessão Pública de Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação da UFG/Regional Catalão, de GRACIELE ALVES DE BRITO SILVEIRA, (matrícula nº 2017100550), intitulada: "A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO: O ACESSO E PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS EM ESCOLAS RURAIS DE PARACATU-MG". A Banca Examinadora foi composta, pelos seguintes professores: ALTINA ABADIA DA SILVA (PPGEDUC, UFG/Regional Catalão – Orientação e Presidente da Banca), MARIA MARTA LOPES FLORES (PPGEDUC, UFG/Regional Catalão – Membro Interno) e MYRTE DIAS DA CUNHA (UFU - Universidade Federal de Uberlândia). Os examinadores, na ordem citada, arguíram o mestrando(a) sobre a dissertação apresentada, tendo o(a) mesmo(a) explicado e/ou rebatido às críticas formuladas pelos arguidores. Após a conclusão da defesa foi suspensa a Sessão Pública e, em Sessão Secreta, os arguidores atribuíram seus conceitos. Reaberta a Sessão Pública foi anunciado o resultado final: **DEFESA APROVADA** fazendo jus, portanto, ao título de **Mestre em Educação**, de acordo com o artigo 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação/Regional Catalão. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Comissão Examinadora. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG/Regional Catalão, em 24/04/2019.



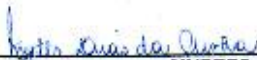
ALTINA ABADIA DA SILVA

PPGEDUC, UFG/Regional Catalão



MARIA MARTA LOPES FLORES

PPGEDUC, UFG/Regional Catalão



MYRTE DIAS DA CUNHA

UFU - Universidade Federal de Uberlândia


Secretaria do PPGEDUC

A todos que buscam a prevalência do direito à educação no campo com qualidade e para todos.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por terem intercedido em todos os momentos, nos guiado pelas estradas e conduzido à conclusão de mais um sonho.

A meu esposo, Joaquim, pelo estímulo e pela força em todos os momentos, por estar ao meu lado todos os dias aguardando e acompanhando esta caminhada, a conquista não é só minha: é nossa. Obrigado por fazer parte dela.

A toda a família pela preocupação com as viagens e pelo apoio imensurável. Em especial, a minha mãe, Marcelina, mulher guerreira que sempre me incentivou e participou dos meus estudos, exemplo de força e perseverança, você é nosso maior exemplo de mulher.

A minha amiga, Adriana Damião, sua mãe, Dona Elza, e seus filhos, Gabriela e Murilo, a vocês meu agradecimento, pelo acolhimento e amor de todos os dias em sua casa, vocês se tornaram a nossa segunda família. Peço a Deus que retribua tudo, serão eternamente lembrados por nós.

A todos os colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEDUC na pessoa do Coordenador Prof. Dr. Wolney Honório Filho, por todos os momentos de aprendizagem, alegrias e aflições, em especial, a Linha 2 - Práticas Educativas, Formação de Professores e Inclusão.

A minha orientadora Dr. Altina Abadia, grande companheira de estudos, agradeço por tudo, por todo apoio, estímulo, compreensão, enfim, por todo o incentivo prestado, você fez e continuará eternamente fazendo parte desta caminhada.

As professoras Dra. Myrtes Dias da Cunha e Maria Marta Lopes Flores, por terem aceitado o convite para fazerem parte da banca, trazendo contribuições relevantes para a pesquisa e principalmente para a minha formação.

Aos professores, funcionários e Diretora da Escola Municipal José Palma, em especial, as minhas colegas das Séries Iniciais do Ensino Fundamental na pessoa da professora e amiga Cleusa Palma, que contribuiu para a realização do mestrado, à Escola Municipal Pedro Silva Neiva, pela participação na pesquisa, à Secretaria Municipal de Educação de Paracatu-MG, e à Edna Mara pela participação, apoio e incentivo à pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, pelo apoio financeiro, oportunizando o amparo ao desenvolvimento e à conclusão da pesquisa

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPED- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BDTD- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações,

CAPES- Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBB- Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias

CAAE- Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CF- Constituição Federal

CNE- Conselho Nacional de Educação

CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

EMJP- Escola Municipal José Palma

EMPSN- Escola Municipal Pedro Silva Neiva

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos

GT- Grupo de Trabalhos

GTP- Grupo Permanente de Trabalho em Educação

IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IES- Instituições de Ensino Superior

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC-Ministério da Educação

MG- Minas Gerais

MST- Movimento dos Sem Terra

PNAIC- Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa

PNE- Plano Nacional da Educação

PUC- Rio- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SCIELO- ScientificElectronic Library Online

SME- Secretaria Municipal de Educação

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFG- Universidade Federal de Goiás

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

USP- Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Números de Escolas no município de Paracatu-MG	75
Tabela 2-	Números Total de matriculas na Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos em Paracatu-MG ano de 2014	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Informações sobre o resumo dos artigos da <i>Scielo</i> selecionados a partir dos descritores Educação Infantil e Educação do Campo no período de 2003 a 2015	36
Quadro 2- Informações sobre o artigo do Portal da Capes selecionado a partir dos descritores Educação Infantil, escolas do campo e direito no período de 2010 a 2013	38
Quadro 3- Informações sobre teses e dissertações do Banco de Dados da Biblioteca Digital (BDTD), selecionados a partir dos descritores Educação Infantil; escola do campo; direito; acesso e permanência no período de 2009 a 2015	39
Quadro 4- Teses e Dissertações do Banco de Dados da Biblioteca Digital (BDTD) do período de 2008 a 2016	40
Quadro 5- Teses e Dissertações do Banco de Dados da Biblioteca Digital (BDTD)	42
Quadro 6- Quantidade de trabalhos encontrados no GT 07 da ANPED a partir da utilização das palavras-chave criança e Educação Infantil	43
Quadro 7- Informações sobre artigos que discutem Educação Infantil e educação do Campo publicados no GT 07 da ANPED no período de 2005 a 2006	44
Quadro 8- Funcionários a Escola Municipal José Palma em 2017- Paracatu-MG	79

Quadro 9-Funcionários da Escola Municipal Pedro Silva Neiva em 2017	81
Quadro 10- Características e agendamento das entrevistas com gestoras da Educação Infantil de Paracatu-MG	83
Quadro 11- Informações pessoais e profissionais das gestoras da Educação Infantil entrevistadas. Paracatu-MG 2018	84
Quadro 12- Escolas do campo fechadas (200 a 2011)	133

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Estacionamento de veículos que transportam alunos e professores da Escola Municipal José Palma- Paracatu-MG. 2018	86
Figura 2 -	Estacionamento de veículos que transportam alunos e professores da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018	86
Figura 3 -	Estacionamento de veículos que transportam alunos e professores da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018.....	87
Figura 4 -	A entrada da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018 ..	88
Figura 5 -	Fachada da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018	89
Figura 6 -	A entrada da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018	90
Figura 7 -	Piso da Escola Municipal Pedro Silva Neiva – Paracatu -MG – 2018.....	91
Figura 8 -	Nome da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018	91
Figura 9 -	Limite do espaço da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018	92
Figura 10 -	Limite do espaço da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018	93
Figura 11 -	Sala da Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos (multisseriada) da Escola Municipal José Palma- Paracatu-MG – 2018	95
Figura 12 -	Mesa e armário da sala da Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos (multisseriada) da Escola Municipal José Palma- Paracatu-MG	96
Figura 13 -	Quadro negro e decoração da sala da Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos (multisseriada) da Escola Municipal José Palma-Paracatu-MG – 2018	97
Figura 14 -	Sala da Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos (multisseriada) da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018	98
Figura 15 -	Pintura, paredes e mobiliários da Sala da Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos (multisseriada) da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018	99
Figura 16 -	Quadro e decoração e Sala da Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos (multisseriada) da Escola Municipal Pedro Silva Neiva -	99

	Paracatu-MG – 2018	
Figura 17 -	Corredor de acesso a Sala da Educação Infantil da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018	102
Figura 18 -	Segundo corredor da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018	103
Figura 19 -	Terceiro corredor da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018	104
Figura 20 -	Pátio da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018	105
Figura 21 -	Corredores de acesso a Educação Infantil da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018	106
Figura 22 -	Banheiro feminino e masculino da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018	107
Figura 23 -	Sanitários dos banheiros da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018	108
Figura 24 -	Lavatórios dos banheiros da Escola Municipal José Palma – Paracatu - MG – 2018	109
Figura 25 -	Banheiro masculino e feminino da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018	110
Figura 26 -	Divisão dos sanitários dos banheiros da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018	111
Figura 27 -	Sanitários dos banheiros da Escola Municipal Pedro Silva Neiva – Paracatu - MG – 2018	112
Figura 28 -	Pias dos banheiros da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018	113
Figura 29 -	Bebedouro da entrada da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018	114
Figura 30 -	Bebedouro do corredor da Escola Municipal José Palma – Paracatu - MG 2018.....	115
Figura 31 -	Bebedouro ao lado da cantina da Escola Municipal José Palma- Paracatu-MG – 2018.....	116
Figura 32 -	Filtro ao lado da cantina da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG 2018	117
Figura 33 -	Filtro ao lado da cantina Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG 2018	118
Figura 34 -	Quadra de esporte da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018.....	118

Figura 35 -	Portão de acesso à quadra de esporte da Escola Municipal José Palma 119	
	- Paracatu-MG – 2018.....	
Figura 36 -	Escada de acesso a quadra de esporte da Escola Municipal José 120	
	Palma - Paracatu-MG – 2018	
Figura 37 -	Localização da quadra de esporte da Escola Municipal Pedro Silva 121	
	Neiva - Paracatu-MG – 2018	
Figura 38 -	Quadra de esporte da Escola Munic. Pedro Silva Neiva - Paracatu-121	
	MG – 2018	
Figura 39 -	Capim no arredor da quadra de esporte da Escola Municipal Pedro 122	
	Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018	
Figura 40 -	Biblioteca da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018.	123
Figura 41 -	Acervo de livro da biblioteca da Escola Municipal José Palma - 124	
	Paracatu-MG – 2018	
Figura 42 -	Balcão na biblioteca da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG 124	
	– 2018	
Figura 43 -	Biblioteca da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 126	
	2018	

LISTA DE MAPA

Mapa 1 -	Localização da cidade de Paracatu no Estado de Minas Gerais	74
----------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de escolas rurais no município de Paracatu-MG

75

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A -	Termo de Anuência da Instituição (Escola José Palma)	154
Apêndice B -	Termo de Anuência da Instituição (Escola Pedro Silva Neiva)	155
Apêndice C -	Termo de Anuência da Instituição (Secretaria de Educação)	156
Apêndice D -	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	157
Apêndice E -	Termo de Compromisso	161
Apêndice F -	Questões norteadoras para entrevista: Diretora Pedagógica da Secretária Municipal de Educação	162
Apêndice G -	Questões norteadoras para:diretora escolar	164

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Parecer Consubstanciado do CEP	167
--	-----

RESUMO

Este estudo se situa no campo das práticas educativas, na linha de pesquisa Formação de Professores, Práticas Educativas e Inclusão do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (PPGEDUC/RC/UFG). A Educação do Campo se tornou um espaço de luta pela valorização das pessoas que residem no campo e necessitam buscar a prevalência dos seus direitos no ambiente em que vivem sem precisarem se ausentar do seu meio e da cultura vivenciada no dia a dia. Baseado neste cenário de luta pela educação das escolas inseridas no campo é que se apresenta a seguinte problemática: Como tem se configurado a pré-escola na educação do campo em Paracatu-MG? O objetivo deste trabalho foi investigar o acesso e a permanência de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola em escolas rurais do município de Paracatu-MG. A partir deste objetivo geral, originaram-se três objetivos específicos, quais sejam: mapear quem são as crianças atendidas na pré-escola em escolas rurais de Paracatu-MG; analisar a inserção de crianças da pré-escola em escolas rurais do município de Paracatu-MG; e compreender os fatores que levam à permanência e/ou à evasão de crianças da pré-escola em escolas rurais do município de Paracatu-MG. A pesquisa ocorreu no município de Paracatu – MG em duas escolas do campo, sendo elas: a Escola Municipal José Palma e a Escola Municipal Pedro Silva Neiva, ambas atendem crianças da Educação Infantil. Os participantes desta pesquisa foram as diretoras das escolas e a Diretora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Paracatu-MG. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram: entrevista semiestruturada, registro fotográfico da infraestrutura das escolas do campo e análises de documentos sobre escolas rurais. O trabalho apresenta uma abordagem da Educação Infantil e do processo de desenvolvimento humano procurando evidenciar a importância da escola na formação do sujeito histórico-cultural. Além disso, discute o conceito de educação do campo bem como a história de luta desses povos pelo direito à educação. Entre os principais autores que contribuíram para a realização desta pesquisa estão: Arroyo (2011, 2015), Caldart (2011), Fernandes (2011), Kramer (1993), Leontiev (1978), Saviani (1997, 2003, 2008) e Vigotski (1998, 2000, 2001, 2006, 2009). Finalizando essa pesquisa, observamos que a Educação Infantil nas escolas no campo é um grande marco quando se trata do acesso e do direito das crianças, porém, constatou que as escolas no campo carecem de infraestrutura adequada para atendimento à Educação Infantil, uma vez que esta afeta a qualidade e interfere diretamente no acesso e, principalmente, na permanência da criança na escola, comprometendo a garantia do direito à educação assim como a valorização de uma educação de qualidade, fortalecendo o espaço e a vida no campo.

Palavras chaves: Educação infantil; educação do campo; direito; acesso e permanência.

CHILD EDUCATION AS RIGHT: THE ACCESS AND PERMANENCE OF CHILDREN OF 4 AND 5 YEARS IN RURAL SCHOOLS OF PARACATU-MG

Abstract

The Education of the Field has become a space of struggle for the valorization of people who live in the countryside and need to seek the prevalence of their rights within the living environment without needing to be absent from their environment and the culture they experience on a daily basis. Based on this scenario of struggle for the education of the schools inserted in the field, it makes the following problematic: How has the pre-school been configured in the rural education in Paracatu-MG? Faced with this dilemma the objective of this work is to investigate the access and permanence of 4 and 5 year old children in pre-school in rural schools in the city of Paracatu-MG. Based on this objective, three specific objectives have been identified: they are to map out the children attending pre-school in schools in the Paracatu-MG field, to analyze the insertion of pre-school children in schools in the Paracatu-MG municipality, to understand the factors that lead to the permanence and / or avoidance of pre-school children in schools in the Paracatu-MG municipality. In the opportunity this work brings a bibliographical review carried out in the main sites of academic searches SCIELO, CAPES, BDTD and ANPED about the theme of Infantile Education and schools of the field. The research was carried out in the municipality of Paracatu - MG in two schools of the field, such as the José Palma Municipal School and the Pedro Silva Neiva Municipal School, both of which serve children in Early Childhood Education. The agents participating in this research were the principals of the schools and the Pedagogical Director of the Municipal Education Department. Among the instruments used in the research are semi-structured interviews, photographic records of the infrastructure of the countryside schools and documents. The work makes an approach to Early Childhood Education and the process of human development seeking to highlight the importance of the school in the formation of the historical cultural subject. It reflects the concept of rural education as well as the history of the struggle of these peoples for the right to education. The main authors who contributed to the progress of this research are Arroyo (2011, 2015), Caldart (2011) Fernandes (2011), Kramer (1993), Leontiev (1978), Saviani 2001, 2006, 2009). We found that the rural schools do not have adequate infrastructure to attend Early Childhood Education, evidencing several demands on the part of the managers, especially in what concerns the first phase, which affects the quality directly interfering the access and mainly the permanence in the education compromising the guarantee of the right to education as well as to the value of a quality education, strengthening space and life in the countryside.

Keywords: Child education; field education; right; access and permanence

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
I–A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS ESCOLAS DO CAMPO: CONVERSANDO COM A PRODUÇÃO ACADÊMICA	35
1.1 Construindo informações	35
II - EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DO CAMPO: UMA BREVE ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	48
2.1 A Educação Infantil e o processo de desenvolvimento humano	49
2.2 A escola no campo e do campo	57
2.3 Educação Infantil na escola do campo: o que estabelecem os documentos oficiais.....	68
	60
CAPÍTULO III - CAMINHANDO PELO CAMPO: PELOS TRIEIROS DA PESQUISA!	73
3.1 Caracterizando o município.....	73
3.2 Conhecendo as escolas pesquisadas.....	78
3.2.1 A Escola Municipal José Palma.....	78
3.2.2 A Escola Municipal Pedro Silva Neiva.....	80
3.3 Conhecendo os sujeitos da pesquisa.....	82
3.4 A infraestrutura das escolas no campo para a Educação Infantil	85
3.5 Educação Infantil e as salas multisseriadas: processo de inserção em escola rural.....	131

3.6 O acesso e a permanência de crianças na Educação Infantil no Campo	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICES	154
ANEXOS	168

INTRODUÇÃO

Nas madrugadas frias o silêncio da escuridão era o que me afligia,
na busca pela educação, em companhia de minha mãe e do meu velho cão.
Era assim que persistia o sonho de um dia poder vencer
E no fim poder dizer: Valeu o esforço!
Daquela menina que aos poucos buscou sua marca no pedaço de chão.
Porque não sonhar e resistir?
E saber que a realização um dia há de vir.

Graciele Alves de Brito Silveira

Este pequeno fragmento expõe uma etapa de minha vida¹, momentos que passaram e ficaram registrados na lembrança, tornando-se símbolo de força e resiliência na busca pela concretização dos sonhos de uma pessoa simples, mas que sempre viu na Educação a oportunidade de transformação! Apesar de muitos contratemplos, tinha a convicção de que nos transformar é possível quando temos e persistência na realização dos nossos sonhos.

Sou filha de agricultores ex-assentados e trabalhadores rurais que buscaram no trabalho com a terra o sustento e a estabilidade de uma vida melhor.

Desde aos sete anos participava da luta do meu pai em busca de um pedaço de terra. Isso aconteceu através de lutas e batalhas, acampados em estradas e fazendas, participando do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de reuniões, de caminhadas e manifestações.

Por dois anos meu pai morou em um acampamento com barracos de lona, eu e minha mãe nos deslocávamos de casa até o acampamento em todos os finais de semana para ficarmos em sua companhia. No ano de 1998 ele foi contemplado com um lote no Projeto de Assentamento Herbert de Souza na região de Paracatu, já não era mais acampado, saindo da condição de “sem terra” para tornar-se um assentado da Reforma Agrária. No início nada foi fácil, sem estrutura e sem dinheiro tínhamos apenas um pedaço de chão todo em Cerrado², totalmente intacto, e meu pai cheio de vontade de ali poder plantar, cultivar e colher os bons frutos que a terra pode ofertar.

¹ Na Introdução peço licença aos leitores para adotar o uso da 1ª pessoa do singular, por contar, nesta parte da pesquisa, sobre minha experiência enquanto filha do campo e aluna pertence à educação do/no campo.

²Característica geral do bioma, de uma vegetação densa de arbustos e gramíneas, com árvores baixas e tortuosas que ali ocorrem, solo ácido que necessita de investimento para a produção nesse ecossistema. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/caracteristicas-do-cerrado>> Acesso em: 01 de jan. de 2019.

Por um período eu e minha mãe continuamos morando na cidade, porém, aos finais de semana e feriados íamos para o lote fazer companhia para o meu pai, pois ali todos dependiam do salário de doméstica de minha mãe, já que no assentamento o serviço fora do lote e com pagamento não existia.

Até que, definitivamente, aos meus onze anos nos mudamos para o assentamento. Moramos por um bom tempo em um barraco feito de lona coberto com palha de coqueiro, sem energia elétrica; a água era buscada a cada dois dias em tambores com carroça a uma distância aproximada de 15 km em uma represa na região, aquela era a vida que levávamos.

Para estudar, as idas até a escola na cidade eram árduas e sofridas. Acordava todos os dias por volta das três horas da madrugada, caminhava em companhia da minha mãe e com o auxílio de uma lamparina³ até o ponto de ônibus. Existia a necessidade da realização de baldeio⁴, utilizando até três transportes para chegar à escola da cidade. As aulas começavam às sete horas e realizei este trajeto por um ano para continuar estudando na mesma escola de quando residia na cidade.

As aulas terminavam às 11h20min; era hora de pegar o ônibus novamente às 11h40min, realizando o caminho de volta até chegar em casa às 15h. Não era tarefa fácil, muitos de nós ficávamos com fome no caminho, pois dinheiro para lanche era coisa remota, vivíamos de frutas da época como manga, acerola, jaboticaba, goiaba ou mesmo as frutas nativas do cerrado, sendo elas: gabirola, côco xodó, araticum e outras. Muitas vezes, a tarefa de casa era feita à noite à luz de velas, lamparina ou lampião, quando se tinha dinheiro sobrando para comprar gás.

No ano de 2001, foi proposto que toda criança até a oitava série, hoje oitavo ano, deveria ser transferida da escola da cidade para a escola da zona rural, solicitação feita pela Secretaria de Educação e Secretaria de Transporte do município. Assim, fui matriculada em uma nova escola para cursar a oitava série, porém, não era propriamente uma escola perto do nosso assentamento, na realidade, ela estava bem mais próxima da cidade, apesar de pertencer a um povoado considerado área rural do município de Paracatu - MG. Continuei acordando às 3h, pois, existiam alunos que cursavam o Ensino Médio na cidade e que também dependiam

³ A lâmpada a óleo, também designada por candeia, lamparina ou lâmpada de azeite, é constituída de um recipiente com algum tipo de óleo combustível, sobre o qual flutua um pedaço de madeira ou cortiça, com um pavio encerado fixo. Seu uso se estende desde a pré-história até aos dias de hoje. Na nossa casa era feita de lata de óleo ou de extrato tomate com pavio de algodão e óleo diesel. Disponível em: <<https://educalingo.com/pt/dic-pt/lamparina>> Acesso em: 01 de jan. de 2019.

⁴ Ação de quem pega muitas conduções para chegar a um local. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/baldeio/>> Acesso em: 01 de jan. de 2019.

do mesmo transporte, sendo que o baldeio ainda era necessário. Sempre acabava chegando cedo à escola, por volta das 6h20min e as aulas só começavam às 7h. Porém, ali era diferente, éramos respeitados pela nossa origem, serviam aos alunos até três refeições ao dia: café da manhã, almoço e lanche antes de sair; chegávamos em nossas casas por volta das 14h.

Nessa escola a situação havia melhorado, por ser uma instituição que recebia crianças originárias do campo; tínhamos uma boa alimentação, contudo, a escola só recebia alunos até a oitava série do Ensino Fundamental II, o que me fez voltar a estudar na cidade, afim de cursar o Ensino Médio, a partir do ano de 2002.

Realizar o Ensino Médio em uma escola da cidade não foi tarefa fácil, o sofrimento já era esperado. Seria necessário conseguir uma vaga e naquela época a concorrência era muito alta, pois no município havia poucas escolas com Ensino Médio. Para conseguir uma vaga seria preciso horas ou, quem sabe, até dias dormindo numa fila de espera. Foi assim que conseguiram uma vaga para mim em uma escola de Ensino Médio muito concorrida, minha mãe e minha irmã se revezaram na fila durante muitas horas, até conseguirem me matricular.

Mais uma vez tinha que me levantar de madrugada, pegar vários transportes, que, nesta ocasião, já estavam começando a ficar lotados e era impossível conseguir assento, o que requeria utilizar o porta-malas da Kombi para nos transportar ou nos sentarmos um no colo do outro, para que todos pudessem ir para a escola e voltar para casa. Não foi um ano fácil, na escola fomos hostilizados e muito criticados com apelidos pejorativos por sermos provenientes da zona rural e, muito mais, por sermos moradores de assentamento.

Nossos uniformes ou sapatos por diversas vezes chegavam sujos de poeira ou lama, motivo suficiente para não sermos bem vistos naquela instituição pelos colegas. Quantas vezes no portão da escola me impediram de entrar para a sala no primeiro horário por falta de uniforme ou por chegar atrasada devido a problemas no transporte. Todos os transportes que conduzem os alunos da zona rural para as escolas são fornecidos pela Prefeitura do município, e, devido ao fato de as aulas de algumas escolas terminarem primeiro e o transporte pegar os alunos na porta da escola, o que não acontecia na escola onde eu estudava, ocorria que todos os dias perdíamos de 10 a 15 minutos do último horário de aula para chegarmos a tempo no ponto do ônibus, caso contrário, perderíamos o transporte e teríamos que nos virar na cidade e conseguir um local para ficar.

Diversas vezes, minha caderneta foi retida no final do horário e no outro dia era entregue com sermões de professores e do responsável pela administração da escola. Foi um ano muito difícil! Enfrentamos vários contratempos, vi muitos colegas desistirem, vários

serem reprovados e, eu, por consequência das condições, fiquei em dependência⁵ na disciplina Química daquele primeiro ano do Ensino Médio. Foi uma decepção para mim, várias notas em diversas disciplina sem cima da média, não era possível ter tanto êxito com todos os transtornos.

Não tinha oportunidade de comprar livros para estudo devido ao alto custo e à pequena condição financeira da família. O Estado não fornecia alimentação aos alunos, por isso, ficava sem comer desde que saía de madrugada até chegar de volta em casa, isso quando o ônibus não atrasava por quebrar no caminho, mesmo assim, fui em frente com meus estudos, adaptando-me a todos os problemas e condições para chegar à escola.

Meu pai vivia no assentamento e dependia da sua própria produção para nos sustentar, ele plantava, além de criar animais, pois não havia empregos na região. Recebíamos, muitas vezes, auxílio de programas do Governo Federal, como cestas básicas, créditos de financiamento, adubos, sementes, animais, como pintinhos, dinheiro de programas de apoio à Reforma Agrária. Depois de quase três anos assentados, no ano de 2001, conseguimos construir a nossa casa de alvenaria com apoio do Governo Federal aos assentados da época, além da chegada, em 2003, da energia elétrica pelo Programa “Luz Para Todos”⁶ também do Governo Federal; nessa época também foi perfurado poço artesiano para a distribuição de água encanada às famílias assentadas da região. Para nós, foi uma vitória, pois já estávamos melhor estruturados com casa própria, energia, água, plantações, uma vida bem mais digna que antes; porém, um ano e meio depois meu pai foi acometido por um câncer e veio a falecer. Assim, no ano de 2003, fomos morar na cidade, mesmo período em que conclui o Ensino Médio.

Passados dois anos da finalização do Ensino Médio, em 2006, casei-me e voltei a morar no campo, agora na fazenda do meu marido. Ali residi por quase três anos mexendo com gado de leite; voltei para a cidade em 2008 com a finalidade de cursar uma faculdade; meu marido, já formado, incentivou-me a continuar os estudos. Realizei cursinho pré-

5 Permissão dada aos alunos com defasagem no aprendizado de apenas uma área de conhecimento (são três áreas: ciências exatas e suas tecnologias, ciências humanas e suas tecnologias e linguagens e suas tecnologias) de serem aprovados para o ano seguinte com uma progressão parcial (PP), ou seja, uma recuperação desses conteúdos específicos. Eu só consegui eliminar a matéria após concluir o Ensino Médio. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/baldeio/>> Acesso em: 01 de jan. de 2019.

6 Em novembro de 2003 foi lançado pelo Governo Federal, por meio do Decreto 4.873 de 11/11/2003, o Programa Luz para Todos com o desafio de acabar com a exclusão de energia elétrica no país; a sua meta era levar energia elétrica, gratuitamente, para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/luz-para-todos/>> Acesso em: 01 de jan. de 2019.

vestibular e fui aprovada numa universidade pública estadual, no município de Paracatu, onde cursei Pedagogia durante os anos de 2009 a 2012, ao mesmo tempo em que trabalhei realizando serviços gerais em uma farmácia, como agente de combate de endemias⁷ e condutora de turismo⁸. A opção pelo curso de Pedagogia não se deu por acaso; perto da nossa fazenda havia uma escola que ministrava da Educação Infantil ao Ensino Médio e a minha intenção era, assim que me formasse, voltar a morar na fazenda e trabalhar naquela escola, o que acabou acontecendo. Antes mesmo de me formar já atuava como professora do Maternal III de uma escola particular. Realizei neste mesmo ano, em 2011, o concurso municipal para professora e fui aprovada mesmo sem ter concluído a graduação, porém, devido a minha classificação, houve um período de espera para tomar posse, o que correu só no ano de 2016.

Durante um tempo, até tomar posse e começar a trabalhar como professora no município de Paracatu, continuei estudando. Fiz dois cursos de especialização e alguns cursos de aperfeiçoamento e, em 2014, tornei-me professora da escola que fica a cinco quilômetros de nossa fazenda, região onde hoje eu trabalho e moro com o meu esposo.

A minha vida está totalmente imersa no campo, minha história vem acontecendo com conquistas e desafios. Chegar à universidade e cursar o mestrado foi só mais uma etapa de tantas que ainda virão. Desde minha graduação eu desejava cursar o mestrado, e dediquei-me a esse propósito, construí um bom currículo cursando na UFG - Regional Catalão dois cursos de especialização: em Gestão Pública (2014-2015) e Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (2015- 2016); neste período, aproximei-me da Universidade e de seus professores, participando de eventos, grupos de estudos e pesquisas, preparei-me durante três anos e foi somente em 2017 que consegui ser aprovada na seleção do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão.

7 Profissional contratado pela prefeitura municipal, que realiza vistoria de residências, depósitos, terrenos baldios e estabelecimentos comerciais para buscar focos endêmicos. Faz a inspeção cuidadosa de caixas d'água, calhas e telhados. Realiza a aplicação de larvicidas e inseticidas e dá orientações quanto à prevenção e tratamento de doenças infecciosas. Efetua o recenseamento de animais. Essas atividades são fundamentais para prevenir e controlar doenças como dengue, chagas, leishmaniose e malária e fazem parte das atribuições do agente de combate de endemias (ACE). Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/educacao-profissional-em-saude/profissoes/agente-de-combate-a-endemias>> Acesso em: 1 de jan.2019

8 Também conhecido como guia de turismo, é uma profissão reconhecida pela Lei 8.263, de 28 de janeiro de 1993, que determina que os guias exerçam as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas. Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/cursos-turismorural-administracao/artigos/qualificacao-em-turismo-rural-diferencas-entre-guia-turistico-e-condutor-ecologico>> Acesso em: 1 de jan.2019

Durante o período do mestrado, deslocava-me da fazenda, situada na zona rural do município de Paracatu, por 68 km de estrada sem pavimentação e por mais 100 km de estrada asfaltada até chegar à cidade de Catalão - GO, sempre acompanhada de meu esposo que dirigia o carro e esperava o término das aulas. Isso tudo valeu a pena! Sou a primeira de sete irmãos a cursar uma universidade e a primeira de toda a ancestralidade da família a cursar um mestrado.

O que se pode observar é que minha trajetória pessoal e acadêmica está toda vinculada ao espaço rural e estudar a educação do campo não é algo aleatório, que surgiu de um dia para o outro, mas está relacionado a tudo o que já vivenciei, ainda vivencio e que poderá trazer realização para mim, como pesquisadora, pela satisfação de abordar um assunto que é fundante da vida de muitas famílias por todo o país, e que, com certeza, registrará algum aspecto semelhante a outros leitores que se identificam com a minha história, talvez até por terem passado por essa trajetória.

Como nunca parei de estudar, depois da minha graduação a especialização em Direitos Humanos da Criança e Adolescente na UFG/Catalão possibilitou-me conhecer a luta pelos direitos das crianças a uma educação de qualidade que seja realmente para todas, porque não basta existirem leis, faz-se necessário que haja condições objetivas para que realmente aconteça o atendimento a todas as crianças brasileiras, levando em consideração a diversidade das culturas existentes.

Em se tratando da prevalência da educação como direito, temos leis que se destacam, como a Constituição Federal- CF(BRASIL, 1988); essa legislação define as normativas nacionais para a construção das demais leis, por exemplo: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996, o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), e o Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2014),entre outros.Todos esses são documentos que buscam normatizar ou determinar caminhos para a concretização de uma educação democrática e emancipatória de modo a favorecer a construção de um sujeito consciente de seus direitos.

Hoje sou professora das Séries Iniciais do Ensino Fundamental na rede municipal de ensino de Paracatu – MG. No ano de 2017, atuei como professora da disciplina Artes da Educação Infantil ao quinto ano do Ensino Fundamental, o que me possibilitou uma aproximação com os alunos de 4 e 5 anos e, por meio deste contato, aconteceu a sensibilização para a realização desta pesquisa, suscitada por algumas questões norteadoras: Como acontece a inserção das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola em escolas do campo em

Paracatu - MG (espaço, deslocamento, aprendizagem)? Como está o processo de permanência destes alunos na pré-escola? E, por fim, como avaliar a evasão na pré-escola de escolas do campo, se existe, quais os motivos que levam a isso? Estas questões me deixaram em estado de inquietação, instigando-me a realização desta pesquisa.

Atuando na escola do campo sempre busquei levar o máximo de oportunidade aos meus alunos, bem como respeitar suas origens e sua história, procurando evidenciar a trajetória, os desafios e as conquistas dos alunos, ao contrário das oportunidades que não tive enquanto estudante, levando estímulos que procuram amenizar um pouco os problemas que a vida traz, abrindo cada vez mais portas para que possam tomar caminhos de crescimento em suas vidas.

Não basta ser educador, é preciso fazer a diferença na vida dos alunos e buscar relacionar o aprendizado escolar à vida dos mesmos para muito além dos muros da escola, respeitando a origem de cada um.

A presente pesquisa foi intitulada **A Educação Infantil como direito: o acesso e permanência de crianças de 4 e 5 anos em escolas rurais de Paracatu-MG**, e é uma escolha que fiz perante o cenário que vivenciamos nos dias de hoje com crianças de 4 e 5 anos que frequentam a pré-escola em escolas do campo, através do cumprimento das metas propostas pelo Governo Federal em levar estas crianças à escola, mas o que nos inquieta é saber como está acontecendo esse acesso e, principalmente, como se dá a permanência destes alunos nas escolas rurais.

O problema de pesquisa assim se constitui: como tem se configurado a pré-escola em escolas rurais em Paracatu-MG? Nesse contexto, o objetivo geral foi investigar o acesso e a permanência de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola em escolas rurais do município de Paracatu-MG.

Nesta perspectiva, os objetivos específicos foram: mapear quem são as crianças atendidas na pré-escola em escolas rurais de Paracatu-MG; analisar a inserção de crianças da pré-escola em escolas rurais do município de Paracatu-MG; e compreender os fatores que levam à permanência e/ou evasão de crianças da pré-escola em escolas rurais do município de Paracatu-MG.

O foco da pesquisa é a pré-escola, especificamente os gestores (diretores) de duas escolas rurais que atendem a crianças de 4 e 5 anos - a Escola Municipal Pedro Silva Neiva e a Escola Municipal José Palma - concentradas na zona rural do município de Paracatu-MG e a

Diretora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Paracatu-MG. A opção por realizar a entrevista com a Diretora Pedagógica e não com Coordenadora da Educação Infantil deve-se ao fato de buscar melhores esclarecimentos sobre o tema proposto, havendo uma maior aproximação dessa profissional com as escolas do campo, professores e diretores, o que não foi evidenciado com a Coordenadora da Educação Infantil. Esta alegou o fato de não conhecer com autonomia o trabalho direcionado às escolas do campo ou mesmo não ter visitado e não conheceu as mesmas, e por seu trabalho estar voltado para a Secretaria de Educação; com isso, a Coordenadora da Educação Infantil não quis participar da presente pesquisa designando a Diretora Pedagógica para conversar conosco.

A presente pesquisa desenvolveu-se de acordo com uma orientação qualitativa; buscamos conhecer o processo de inserção e permanência das crianças na pré-escola em escolas do campo, por meio de entrevistas com a Diretora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, responsável pelas escolas rurais e urbanas, e com as Diretoras das duas escolas localizadas na zona rural de Paracatu. Afim de compreender melhor a história da educação do campo, das escolas de zona rural e da Educação Infantil, realizamos uma análise de documentos oficiais e de estudos, pesquisas e publicações sobre tal campo de estudo.

Neste sentido, o primeiro capítulo, intitulado **A Educação Infantil e Escolas do Campo: conversando com a produção acadêmica**, tem como finalidade o levantamento bibliográfico de publicações realizadas em torno do tema/objetivo nos anos de 2005 a 2017.

O segundo capítulo, **Educação Infantil nas escolas do campo: uma breve abordagem do desenvolvimento humano de crianças na educação escolar**, apresenta reflexões no que tange à Educação Infantil baseadas na teoria histórico-cultural, realizando uma abordagem da escola no e do campo como espaço de construção e valorização dos direitos das pessoas que vivem no campo, procurando evidenciar documentos que respaldam o direito à escola do campo.

No terceiro capítulo, **Caminhando pelo campo: pelos trilhos da pesquisa!**, descrevemos os caminhos da pesquisa realizando a caracterização do município, das escolas pesquisadas e dos sujeitos da pesquisa; apresentamos também os dados que produzimos no âmbito da presente pesquisa e a análise da realidade da Educação Infantil nas escolas rurais do município de Paracatu - MG.

Por fim, nas Considerações Finais apresentamos os principais resultados e desafios encontrados durante o estudo.

I- A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS ESCOLAS DO CAMPO: CONVERSANDO COM A PRODUÇÃO ACADÊMICA

Este capítulo tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico a respeito da Educação Infantil em escolas do campo, procurando estabelecer evidências de discussões e produções circunscritas ao tema proposto no período de 2005 a 2017. Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266), “Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica”, neste sentido, o levantamento bibliográfico possibilitará ao pesquisador evidenciar as possíveis publicações realizadas em torno do tema/objetivo a ser pesquisado procurando estabelecer um maior contato com os autores e seus trabalhos, relacionando-o melhor com a presente pesquisa. Baseados nesta concepção, realizamos um levantamento de pesquisa nos seguintes bancos de dados: *ScientificElectronic Library Online* – SCIELO, Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED. Foram utilizados nesse levantamento os seguintes descritores: Educação Infantil; escola do campo; direito; acesso; permanência.

1.1 Construindo informações

Um dos primeiros *sites* em que realizamos a pesquisa foi o do *ScientificElectronic Library Online* – SciELO, um programa especial da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Este programa iniciou seu funcionamento no Brasil em 1998, depois da realização de um projeto-piloto que aconteceu entre março de 1997 e fevereiro de 1998 em parceria com a Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPAS/OMS). O objetivo dessa parceria é desenvolver competência e infraestrutura para indexar e publicar na *internet* um conjunto selecionado de periódicos brasileiros, de diferentes disciplinas, que adotem a avaliação pelos pares, e lidar com textos em diversos idiomas, bem como aumentar a visibilidade, o uso e o impacto dos periódicos indexados e das

pesquisas que publicam. O Scielo tem a função publicar via internet para dar acesso, de forma aberta, aos periódicos, proporcionando assim uma maior facilidade na navegação sobre pesquisas em conteúdos de coleções, periódicos, fascículos e artigos.

Em consulta ao site do *Scielo* utilizando as duas expressões - Educação Infantil e escola do campo - com a filtragem de trabalhos em coleções do Brasil, áreas temáticas das Ciências Humanas e no idioma Português foi possível chegar ao total de 24 artigos. Através da análise dos resumos dos artigos encontrados constatamos que apenas dois se referiam à Educação Infantil e à escola do campo, fazendo uso da expressão “zona rural” para as escolas no espaço rural. Dentre os outros 22 artigos, estes trazem diversas outras abordagens, tais como: Psicologia escolar (2); respeito à inclusão (3); abordagens através da história (2); transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental (3); questões ligadas a gênero, sexualidade e segregação (3); literatura e alfabetização (4); conceito de infância (2); e estudo de casos com experiências de infância ligada à família, adulto e professores que atuam ou estão ligados à Educação Infantil (3).

Neste sentido, destacamos abaixo os artigos que consideramos pertinentes ao assunto que abordamos aqui:

Quadro 1–Informações sobre o resumo dos artigos da *SciELO* selecionados a partir dos descritores Educação Infantil e Educação do Campo no período de 2003 a 2015.

<p>Título: A relação entre a Educação Infantil e as famílias do campo</p> <p>Autor: Lima, Luciana Pereira de; Silva, Ana Paula Soares da</p> <p>Publicado em: Psicologia Escolar e Educacional, Dez 2015, Volume 19 Nº 3 Páginas 475 – 483.</p> <p>Resumo: Apresenta dados de uma pesquisa realizada em uma escola rural com o objetivo de compreender significações sobre a relação família-escola na Educação Infantil, utilizando como metodologia observação da escola e entrevista com profissionais da educação e famílias das crianças.</p>
<p>Título: Histórias de Vida e Saberes Docentes das Educadoras da Zona Urbana e Rural</p> <p>Autor: Brito. Daniel Bezerra de</p> <p>Publicado em: Educação & Realidade, Jun. 2015, Volume 40 Nº 3 Páginas 923 - 945.</p> <p>Resumo: É um trabalho que traz narrativas da vida de educadoras municipais da Educação Infantil da zona urbana e rural, revelando a trajetória pessoal e profissional a partir dos saberes da experiência que têm repercussão nas práticas pedagógicas das educadoras.</p>

Fonte: Disponível em: < <http://www.scielo.org> > Acesso 21 de set. de 2017.

É pertinente salientar que os textos selecionados têm o intuito de evidenciar a Educação Infantil dentro do espaço rural. Os artigos aqui relacionados mostram a Educação Infantil em uma perspectiva pautada no olhar de professores que atuam no espaço rural com suas narrativas, bem como das famílias envolvidas com estas crianças nas escolas do campo.

Também realizamos uma busca no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Esse portal foi criado com o objetivo de fortalecer a pós-graduação no Brasil, através da criação do programa para bibliotecas de Instituições de Ensino Superiores (IES) realizado pelo Ministério da Educação (MEC). O lançamento aconteceu em 11 de novembro de 2000, neste mesmo ano também começavam a ser criadas as bibliotecas virtuais e o processo de digitalização dos acervos pelas editoras.

Constatamos que esse portal, desde sua criação, passou por mudanças e aperfeiçoamentos com o intuito de trazer comodidade ao pesquisador, procurando estabelecer um maior contato deste com as publicações, proporcionando facilidade de acesso à pesquisa, fazendo uso de critérios de seleção, como autor, assunto ou palavra chave, podendo acessar, selecionar e recuperar as informações desejadas, acessando acervos que acabaram de ser publicados em tempo real.

Fazendo uso das palavras-chaves “Educação Infantil”, “escola do campo” e “direito”, encontramos um total de 977 publicações; realizando um refinamento com o idioma Português e o tópico Educação, apareceram 21 artigos e, dentre esses, apenas um vem ao encontro do nosso interesse de estudo.

Os 20 artigos que restaram tratam de diferentes temáticas: alunos com deficiência, inclusão e atendimento especializado (5); ensino da matemática (2); a infância e o negro (3); abordagem de acontecimentos históricos de segregação social (2); jogos e brincadeiras em contexto indígena e na educação de jovens e adultos (2); história da educação e movimentos sociais (2); financiamento público (1); formação de professores (1); uso de violência física (1); e saúde alimentar (1).

Destacamos o artigo relevante para nosso estudo:

Quadro 2 – Informações sobre o artigo do Portal da Capes selecionado a partir dos descritores Educação Infantil, escolas do campo e direito no período de 2010 a 2013.

Título: Educação infantil e educação no campo: um encontro necessário para concretizar a justiça social com as crianças pequenas residentes em áreas rurais.

Autor: Maria Carmen Silveira Barbosa; Susana Beatriz Fernandes.

Publicado em: Reflexão & Ação, 01 January 2013, Vol.21, pp.294-310.

Resumo: O texto aborda a questão da oferta e demanda de educação infantil em escolas do campo, trazendo os marcos legais na busca deste direito, estabelecendo a necessidade de políticas públicas para a educação do campo, bem como de ampliação de oferta de educação infantil nestes espaços, procurando suprir a necessidade de demanda da educação básica que vem se expandindo nos últimos anos, nos centros urbanos, o que ainda não se tornou realidade nos espaços rurais.

Fonte: Disponível em: < <http://www.scielo.org> > Acesso: 21 de set. de 2017

Vale destacar que o artigo selecionado reflete sobre o acesso de crianças à Educação Infantil em escolas do campo e sobre o papel das políticas públicas neste processo, sendo este um dos principais fatores que interferem no processo de implementação do acesso e da permanência de crianças em escolas do campo de qualidade em nosso país; por meio desse texto obtém-se um esclarecimento sobre as principais leis que tratam do direito à educação e sobre as políticas públicas voltadas para o campo.

Foi realizada também a busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), portal lançado no final do ano de 2002 como objetivo de reunir em um só local de buscas as teses e as dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa, além de pesquisas realizadas por brasileiros no exterior.

Nessa busca utilizamos os descritores: educação infantil; escola do campo; direito, acesso e permanência, e realizamos a filtragem com assuntos da Educação Infantil e área do conhecimento: ciências humanas. Chegamos a 48 trabalhos, deste total, destacamos apenas 8 trabalhos que tratam de Educação Infantil e Educação do Campo, não encontramos nenhum registro em relação aos descritores: direito, acesso e permanência. Deparamo-nos com pesquisas que destacam as políticas públicas voltadas para as crianças na Educação Infantil, chegando ao total de três, confirmando que as políticas públicas para a Educação Infantil estão sempre presentes nas pesquisas realizadas e influenciam de maneira direta na prevalência de direitos.

Quadro 3- Informações sobre teses e dissertações do Banco de Dados da Biblioteca Digital (BDTD), selecionadas a partir dos descritores Educação Infantil; escola do campo; direito; acesso e permanência no período de 2009 a 2015.

Título	Autor	Orientador	Instituição	Palavras-chave	Ano	Tipo de Trabalho
O trabalho cotidiano da gestão escolar: percepções dos diretores da educação infantil da rede municipal de Araraquara	Patrícia Ribeiro TempestaBERTOCHI	Renata Prenstteter Gama	Universidade Federal de São Carlos	Diretor Escola Pública Educação Infantil Atividade pedagógica Formação em gestão escolar	2016	Dissertação
Obrigatoriedade da educação infantil a partir de quatro anos de idade: percepções de educadores e familiares	Rafaela Marchetti	Maria Cecília Luiz	Universidade Federal de São Carlos	Educação Infantil Percepção Políticas Públicas educacionais direito à educação obrigatoriedade de escolar	2015	Dissertação
As ações da prefeitura municipal de Campinas frente à demanda por vagas na educação infantil (2001-2008)	Ana Cláudia Rocha da	Sandra Aparecida Riscal	Universidade Federal de São Carlos	Políticas públicas Educação Infantil Prefeituras municipais Agrupamentos multietários Nave-mãe	2009	Dissertação

Fonte: Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/>>acesso > Acesso: 23 de set. de 2017.

Constatamos ainda que do total de publicações encontradas na BDTD, quatro delas trazem questões sobre a Educação Infantil numa perspectiva da teoria histórico-cultural. Nosso argumento para selecionar tais trabalhos para análise é que embora essas pesquisas não estabeleçam uma ligação com a educação do campo, a teoria histórico-cultural apresenta reflexões importantes sobre o desenvolvimento da criança na Educação Infantil, abordando a relação com o meio frente à prevalência de direitos; conseqüentemente, essa teoria faz a aproximação da criança como sujeito concreto e histórico e sua relação com a educação. Diante disso, destacamos os seguintes trabalhos:

Quadro 4- Teses e Dissertações do Banco de Dados da Biblioteca Digital (BDTD) do período de 2008 a 2016.

Título	Autor	Orientadora	Instituição	Palavras-chave	Ano	Tipo de Trabalho
Fundamentos da teoria histórico-cultural para a compreensão do desenvolvimento do pensamento conceitual de crianças de 4 a 6 anos	Abel Gustavo Garay González	Maria Aparecida Mello	Universidade Federal de São Carlos Campus São Carlos	Teoria histórico-cultural Estrutura e conteúdo da atividade Pensamento conceitual Educação Infantil Funções psíquicas superiores	2016	Tese
A organização didática do ensino na educação infantil: implicações da teoria histórico-cultural	Lucinéia Maria Lazaretti	Maria Aparecida Mello	Universidade Federal de São Carlos	Teoria histórico-cultural Educação Infantil Didática Ensino	2013	Tese

Desenvolvimento cultural da criança na Educação Infantil: contribuições da Teoria Histórico-Cultural	Muriane Sirlene Silva de Assis	Maria Aparecida Mello	UFSCar	Educação infantil Desenvolvimento cultural Teoria histórico-cultural Crianças	2010	Tese
Possibilidades de mediação dos espaços nas brincadeiras e aprendizagens das crianças na educação infantil	Kellen Fabiana Sitta	Maria Aparecida Mello	Universidade Federal de São Carlos	Educação infantil Teoria histórico-cultural Brincadeira entre crianças Espaço físico	2008	Dissertação

Fonte: Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/><acesso >Acesso : 23 de set. de 2017.

Quadro 5- Teses e Dissertações do Banco de Dados da Biblioteca Digital (BDTD)

Título: Infância do e no campo: um retrato dos estudos pedagógicos nacionais

Autora: Franciele Carla Peloso

Ano de publicação: 2015

Documento: Tese (Doutorado)

Instituição de defesa: Universidade Federal de São Carlos

Assunto: Educação Infantil, Infância, Educação do campo, Diversidade

Resumo: O trabalho é uma revisão biográfica de publicações científicas em educação abordando a infância do e no campo com análise de teses, dissertações e artigos no período de 2002 a 2013, tendo como objetivo mapear as produções acadêmicas brasileiras que objetivam pensar a infância do e no campo, especificamente na área de conhecimento da educação e, a partir disso, compreender quais as concepções sobre as infâncias do e no campo estão sendo difundidas academicamente, bem como analisar que acervos teóricos e metodológicos que dispomos para olhar mais de perto essas infâncias.

Fonte: Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/><acesso >Acesso : 23 de set. de 2017.

Conforme os Quadros 3 e 4 apresentados anteriormente, no que diz respeito à Educação Infantil em escolas do campo, evidenciamos uma quase ausência de dissertações e teses que abordem essa temática; ao mesmo tempo, é notória a existência de trabalhos relativos às políticas públicas para a Educação Infantil, evidenciando o papel crucial dos gestores para criar condições adequadas à promoção de uma Educação Infantil com qualidade social. Também encontramos estudos que refletem sobre a teoria histórico-cultural, trazendo indicativos de grande importância para o desenvolvimento das crianças. A nossa constatação aqui é que existiu apenas um trabalho com menção à educação do/no campo, o que nos faz

pensar sobre a pequena representatividade de questões sobre educação do campo no âmbito das pesquisas acadêmicas brasileiras.

Por fim, a última busca foi realizada no *site* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, fundada em 16 de março de 1978, atuando na luta pela universalização e pelo desenvolvimento da educação no Brasil.

No *site* da ANPED buscamos por trabalhos do GT 07 - Educação de crianças de 0 a 6 anos. Encontramos o total de 218 publicações com as palavras-chave criança e Educação Infantil; é relevante evidenciarmos que, ao contrário dos outros bancos de dados, no portal da ANPED não é possível realizar filtragem com mais de um descritor, havendo a necessidade da utilização de uma palavra por vez durante as buscas. Baseados nesse procedimento obtivemos o seguinte resultado:

Quadro 6-Quantidade de trabalhos encontrados no GT 07 da ANPED a partir da utilização das palavras-chave criança e Educação Infantil

Palavra-chave	Artigos
Crianças	14
Educação Infantil	98
Total	112

Fonte: Disponível em: <<http://www.anped.org.br/> <http://bdtd.ibict.br/> > Acesso: 03de maio de 2018

Do total geral de 112 trabalhos encontrados, a partir da leitura dos títulos e/ou resumos, delimitamos quais deles abordavam a temática Educação Infantil e escolas do campo; dentre esses, apenas dois (2) foram selecionados para análise abordando a pedagogia do Movimento Sem Terra (MST) e crianças indígenas, tal como mostra o quadro a seguir:

Quadro 7 - Informações sobre artigos que discutem Educação Infantil e educação do Campo publicados no GT 07 da ANPED no período de 2005 a 2006

<p>Título: Entender o outro - a criança indígena e a questão da Educação Infantil</p> <p>Autor: Adir Casaro Nascimento; Antonio J Brand; Antônio H Agulera Urquiza</p> <p>Publicado em: 2006</p> <p>Resumo: O trabalho retrata sobre a educação escolar infantil em terras indígenas das comunidades Kaiowá e Guarani. Trazendo reflexões sobre a implementação da Educação Infantil nas aldeias indígenas, questionando a necessidade ou não de Educação Infantil escolar ou sobre a antecipação do envio de crianças para a escolarização formal nas comunidades.</p> <p>Título: A educação da infância no MST: o olhar das crianças sobre uma pedagogia em movimento</p> <p>Autor: Deise Arenhart Lima</p> <p>Publicado em: 2005</p> <p>Resumo: O trabalho faz uma análise sobre as relações que as crianças estabelecem com a luta, com a mística e com o trabalho no campo trazendo um retrato das crianças “Sem Terra”, analisando a construção da crítica com a pedagogia do movimento. Para a discussão o texto traz em primeiro momento uma descrição das crianças “Sem Terra”, analisando a construção da crítica com a pedagogia do movimento. Para a discussão o texto traz em primeiro momento uma descrição da pesquisa de campo realizada junto às crianças moradoras no assentamento “Conquista na Fronteira”; depois, traz um breve retrato das crianças “Sem Terra” analisando a construção da infância na relação com a Pedagogia do MST e, por fim, faz uma análise e discussão da relação que essas crianças estabelecem com a Pedagogia do MST, especialmente, com a mística, com a luta e com o trabalho.</p>
--

Fonte: Disponível em: <<http://www.anped.org.br/> <http://bdtd.ibict.br/> > Acesso: 03de maio de 2018.

Conforme exposto no quadro anterior, é possível constatar abordagens sobre a Educação Infantil, crianças e meio rural nas reflexões que permeiam as vidas das crianças na comunidade indígena e nos Movimento Sem Terras (MST); nessa condição, os artigos apresentados vêm ao encontro da temática Educação Infantil e o processo educativo nas escolas do campo, abordando a educação no espaço rural junto aos movimentos sociais como modelo impulsionador nas discussões e lutas pelo direito no espaço do campo.

A partir do que foi apresentado na busca bibliográfica anteriormente apresentada, é possível elaborar algumas considerações sobre Educação Infantil frente às publicações que abordam tal temática e a Educação do Campo.

Podemos observar por meio das datas que houve uma publicação em cada ano (2005, 2006, 2008, 2009, 2010), duas publicações em 2016 e 2013 e quatro publicações em 2015. Estes dados indicam que os debates em torno da temática Educação Infantil e escolas no campo se intensificaram nos últimos anos, havendo considerável interesse por parte dos pesquisadores sobre este tema, a contar dos marcos regulatórios que aconteceram, como: a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2001; o valor diferenciado para o custo aluno do campo, previsto no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2007; o Procampo/2009 para formação de professores do campo; e a criação do Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO em 2013. No entanto, tomando como ponto de partida as 13 publicações que encontramos, o número de pesquisas sobre crianças, infância e Educação Infantil voltadas à educação do campo ainda é muito restrito.

Nosso levantamento indica que os trabalhos apresentam um olhar a partir da perspectiva dos educadores e familiares, procurando em sua essência conhecer questões em torno da implementação, da oferta e da demanda da Educação Infantil em escolas do campo, utilizando também a expressão zona rural, questões que perpassam este trabalho e discutem o processo de acesso e permanência das crianças em escolas do e no campo; tais trabalhos contribuíram com nossa investigação ao tentarem evidenciar a Educação Infantil no campo.

De um modo geral, diante das informações aqui apresentadas é possível considerar a existência de publicações que abordam a Educação Infantil em diversas faixas etárias, desde a creche, de 0 a 3 anos, à pré-escola, de 4 a 5 anos, salientando que esta última etapa é objeto de discussão de nossa pesquisa. Quando se trata de Educação Infantil ligada à escola do campo

são poucas as publicações que retratam esse assunto; muitas pesquisas procuram apresentar argumentos do ponto de vista da educação rural ou da escola rural, o que não corresponde à visão e aos conceitos em que nos baseamos para realizar o presente estudo; por outro lado, muitas pesquisas encontradas não realizam um trabalho sistêmico e aprofundado sobre o assunto. O que encontramos, afinal, foi um pequeno número de publicações em forma de artigos e uma única tese que fala da escola do campo enfocando o trabalho dos gestores na Educação Infantil. Outra questão que merece destaque é que a utilização dos descritores “direito, acesso e permanência” produziu como resultado trabalhos que abordam o atendimento educacional especializado para alunos com algum tipo de deficiência e limitação, o que nos permitiu levantar a seguinte hipótese: a discussão sobre acesso e permanência na educação se dá no âmbito da inclusão da pessoa com deficiência, deixando de lado outros tipos de acesso à educação, como o de pessoas negras, indígenas, moradores do campo, população ribeirinha e outros.

Deste modo, o presente estudo foi relevante e nos permitiu constatar a importância de realizarmos um levantamento bibliográfico acerca do objeto de estudo proposto, pois este levantamento proporcionou o conhecimento sobre a produção na área, o debate e as discussões sobre nosso tema de pesquisa.

II- EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DO CAMPO: UMA BREVE ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Este capítulo tem como objetivo apontar evidências da importância da Educação Infantil como etapa fundamental no desenvolvimento humano, possibilitando reflexões acerca da mesma, que geralmente é vista como etapa desnecessária, de caráter facultativo, destinada apenas à socialização e ao brincar, não havendo um maior comprometimento por parte de diferentes esferas, por exemplo, o estado e a família.

Utilizamos nesta pesquisa subsídios da teoria histórico-cultural retratada por Vygotsky e outros autores da chamada *Escola de Vygotsky*⁹, evidenciando a Educação Infantil como uma fase de suma importância para o desenvolvimento humano, possibilitando um olhar mais atento a este momento da formação e do desenvolvimento humano do sujeito em construção. Diante disso, abordamos a Educação Infantil e seus pressupostos educacionais expondo o papel do professor na mediação, na formação e no desenvolvimento da criança.

Ainda, neste capítulo, realizamos uma breve abordagem sobre a escola no campo e do campo, proporcionando um olhar voltado para o lócus da pesquisa e para o termo utilizado durante os estudos, deixando de lado a expressão “escola rural” e explicando o porquê de utilizarmos a expressão “escola do campo”, que se refere às crianças que recebem uma educação dentro do espaço rural em que estão inseridas, respeitando sua origem, sua cultura, sua família, suas lutas pelo direito à terra e promovendo uma educação que atenda as suas reais necessidades, ou seja, uma educação do e no campo que faz referência às pessoas que residem no espaço rural e recebem a educação no ambiente em que estão estabelecidas sem se deslocarem para a cidade e receberem uma educação urbana adaptada para a zona rural. Para isso, caracterizamos o movimento *Por Uma Educação do Campo*, reconhecendo sua importância frente à construção de uma educação que valorize os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras que moram no campo e vivem da terra e tomam esse trabalho como meio de subsistência, procurando estabelecer a concretização dos direitos sociais garantidos por lei.

9 Conjunto de trabalhos elaborados por nomes como Leontiev, Luria, Elkonin, Davidov, e outros integrantes da teoria Histórico-Cultural. DUARTE, N.A **escola de Vigotski e a educação escolar: algumas hipóteses para uma leitura pedagógica da psicologia histórico-cultural**. São Paulo, v.7, n.1/2, 1996.p.18.

Para refletir sobre o movimento *Por Uma Educação do Campo* e a luta pela garantia dos direitos à educação para as pessoas que vivem no campo, levamos em consideração os principais autores deste movimento, como Miguel Arroyo (2011, 2015), Roseli Caldart (2011), Bernardo Fernandes (2004, 2011) etambém outros autores,além das discussões e resoluções da “I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo” (1998), que envolveu questões voltadas para a educação no campo, promovendo consideráveis contribuições para a construção de suas Diretrizes Operacionais.

Neste sentido, o presente capítulo intenciona explicitar um posicionamento sobre a Educação Infantil como etapa relevante do desenvolvimento humano e a educação do campo como prática de promoção e reconhecimento do direito à educação, respeitando o espaço onde a criança está inserida e possibilitando uma educação integral para todos.

2.1 A Educação Infantil e o processo de desenvolvimento humano

A criança, desde a concepção, está em pleno processo de construção de si como sujeito histórico-social,vive em um mundo social cheio de provocações, estímulos e contribuições e tal processo se reflete em sua formação como sujeito dependente. A respeito desta relação de dependência da criança, Leontiev (1978b, p. 283) destaca que “Destas relações dependem não apenas seus sucessos e os seus fracassos, mas são elas que encerram igualmente as suas alegrias e as suas penas, são elas que têm valor de motivo.” Com isso,destacamos a importância das relações sociais que a criança vive, podendo interferir no desenvolvimento humano em construção a partir das relações humanas que são evidenciadas por sujeitos em pleno processo de aprendizagem. Em prosseguimento a este pensamento,Lontiev (1978, p.272) também afirma que “(...) a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles, assim a criança aprende a actividade adequada. Pela sua função, este processo é, portanto, um processo de educação.” Nesse sentido, a criança sofre influências no seu desenvolvimento a todo momento, vive em um ambiente de relações e estas serefletemem sua formação como sujeito em processo de construção. Tudo isso pode ser considerado como educação, processo que, de forma indireta e direta influenciara formação e no desenvolvimento humano da criança.

A construção do desenvolvimento humano da criança está inserida em diferentes espaços, sendo um deles e de grande relevância, o educacional;principalmente na Educação Infantil, etapa em que a criança sofre influências das relações de troca e essas relações podem fazer diferença em seu desenvolvimento,especialmente quando a criança será inserida na escola,“Considerando que os primeiros anos de vida são de fundamental importância para o desenvolvimento [...] fica mais relevante o papel da educação pré-escolar na formação integral do indivíduo”. (ANGOTTI, 2006, p. 19). Neste sentido, “Justifica-se, portanto, o atendimento pré-escolar, além de outros benefícios, pela atuação preventiva à criança no momento ótimo para o desenvolvimento infantil”. (ANGOTTI, 2006, p. 20).

Entendemos assim que a Educação Infantil é uma etapa relevante de aprendizagem, por isso, necessita de ensino efetivo visando contribuir e efetivar o seu desenvolvimento infantil em construção.

Saviani (2008), comentado por Martins (2011, p.279), considera que para que haja uma aprendizagem significativa na Educação Infantil é necessário um planejamento intencional de formas e conteúdos com ações didáticas e saberes historicamente sistematizados. Esse trabalho diferencia a educação escolar das demais formas de educação informal, assistemáticas e cotidianas. O autor ressalta ainda a importância de os conteúdos trabalhados serem significativos para que exista aprendizagem, caso contrário, todo o processo se torna meramente um esvaziamento do que deveria ser uma aprendizagem significativa com aspectos concretos de ensino. Assim, vemos a importância da criança estar inserida em um espaço escolar com a finalidade de promover uma aprendizagem significativa e sistemática para o desenvolvimento humano concreto.

Saviani (2003, p.14) define o papel da Educação Infantil dentro da instituição escolar no desenvolvimento humano da criança como sendo:

(...) uma instituição cujo papel consiste na socialização de um saber sistematizado. Veja bem: um saber sistematizado, não se trata, pois, de qualquer saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; a cultura erudita e não a cultura popular. Em suma, a escola tem a ver com o problema das ciências. Com efeito, ciências é exatamente saber metódico e sistematizado.

Nesta perspectiva, o papel da escola é promover uma educação que vá além do saber popular em que a criança está inserida; trata-se de promover uma educação que busque provocar e mediar transformações por meio de um ensino planejado do conhecimento científico, daí a diferença entre o conhecimento escolar e o saber nos espaços informais dos quais a criança participa.

O ensino planejado e a educação sistemática contribuem para a formação psíquica da criança, como é ressaltado por Davidov (1988, p.243):

(...) o ensino e a educação constituem as formas universais do desenvolvimento psíquico das crianças; nelas se expressa a colaboração entre os adultos e as crianças, orientada a que estas se apropriem das riquezas da cultura material e espiritual, elaborados pela humanidade. O ensino e a educação são os meios com que os adultos organizam a atividade da criança, graças a cuja realização estas produzem em si as necessidades surgidas historicamente, indispensáveis para a solução exitosa das diversas tarefas da vida produtiva e cívica das pessoas.

Sendo assim, para o processo de formação da criança no espaço formal de instrução escolar, a relação, ou seja, a colaboração entre o adulto e a criança é muito importante. O que nos chama atenção nesse processo é o devido cuidado com o ensino, “(...) O ensino pode não se limitar a buscar o desenvolvimento, a seguir seu ritmo, mas pode adiantar-se a ele, fazendo-o avançar e provocando nele novas formações” (VIGOTSKI, 2001, p. 223 apud MARTINS, 2011, p. 223). É nesta perspectiva que o ensino se faz como forma de provocar a aprendizagem, a formação e o desenvolvimento da criança. Para isso, Martins (2011, p. 287) reforça as proposições de Vygotsky de que o bom ensino é aquele que se propõe a “inserir o ato de ensino nas relações mútuas entre as possibilidades e limites que se põem de manifesto no desenvolvimento da criança, limites que, uma vez superados, avançam em forma de possibilidades.” Assim, por meio do ensino surgem cada vez mais possibilidades na vida da criança, ampliando os seus limites na busca pela superação da condição atual.

A criança, quando inserida na Educação Infantil, pode encontrar nesse espaço, além do ensino, novas formas de convivência. O ambiente escolar pode proporcionar aprendizagens e olhares além daqueles que já estão constituídos no ambiente informal da criança, portanto, na escola ela poderá descobrir novas situações, pois:

Na escola, a criança tem deveres a cumprir, tarefas a executar, e o essencial para o aluno não é o fato de ele ser obrigado a fazer qualquer coisa, pois já tinha obrigações

antes de entrar para a escola. Conforme assevera Leontiev (1978), o fundamental é que doravante as suas obrigações não estão somente mais ligadas aos pais e sim são relacionadas à sociedade. As relações que as crianças estabelecem ao seu entorno orientarão o seu lugar na vida, o seu papel social e, como conseqüência, todo o conteúdo da sua vida futura. A escola, os professores, os demais companheiros de sala-de-aula contribuirão para os rumos tomados pelo aluno na sua vida particular e na prática social. (FACCI, 2004, p.139)

A importância da Educação Infantil na vida da criança é que esta contribui para dirigir os rumos durante a sua formação e o seu desenvolvimento. A escola poderá fazer grande diferença na vida do sujeito, pois este espaço, com toda a sua capacidade de formação, poderá proporcionar aprendizagens significativas e fornecer instrumentos para sólidas aprendizagens.

É importante que este aprendizado ocorra diretamente dentro da escola, levando em consideração o que Saviani (2003) ressalta sobre ser este um espaço de socialização dos conteúdos já elaborados pela humanidade, com a finalidade de que os alunos possam participar do processo de humanização; o aluno apropria-se de elementos que os indivíduos da espécie humana necessitam para se tornarem humanos, para isso, a educação deve partir do saber objetivo produzido historicamente e transformá-lo em conteúdos curriculares e extracurriculares.

O saber científico é protagonista na formação do sujeito e a aprendizagem “[...] é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas” (VIGOTSKI, 1997, p.47). Neste sentido, Meira e Facci (2007, p.53), contrapondo a importância da educação em relação aos conceitos cotidianos, enfatizam que: “Os conceitos cotidianos se desenvolvem de forma espontânea enquanto os científicos dependem da instrução. A consciência reflexiva chega à criança através dos conhecimentos científicos. Daí a importância vital da educação para o desenvolvimento humano”.

Diante disso, a escola faz parte da formação do sujeito e evidencia-se a importância da mesma na construção do desenvolvimento humano da criança. Meira e Facci (2007) ainda explicam que uma das finalidades da escola para a criança é contribuir com a socialização do saber e com a formação crítica, ajudando a remover os obstáculos que possam se interpor entre o sujeito e o conhecimento, favorecendo o processo de desenvolvimento do pensamento crítico; com isso, a escola objetiva a construção de sujeitos críticos e pensantes desde a Educação Infantil, considerada como etapa de extrema importância na vida das crianças.

Com a criança inserida dentro do espaço educacional e o adulto sabendo da relevância deste espaço para o desenvolvimento humano, serão proporcionados novos olhares e aprendizagem, o que só acontece através de relação de trocas, como ressalta Vygostki (2006) no comentário de Silva (2008, p. 282): “Tudo que uma criança não é capaz de realizar por si mesma, mas pode aprender sob a direção ou a colaboração do adulto ou com a ajuda de perguntas orientadoras, é incluído por nós na área da imitação”, assim, o processo de aprendizagem dentro da escola ocorre com a mediação de um adulto, sendo ele a pessoa capacitada que intermediará o processo de ensino e aprendizagem. Na instituição educacional o adulto mediador está presente na figura do professor, que é agente formador de grande influência na formação de sujeitos, principalmente na Educação Infantil.

O processo de desenvolvimento da criança na Educação Infantil dentro das escolas acontece com a colaboração de um adulto, com o trabalho do professor, que é uma figura central dentro do sistema educacional e proporciona oportunidades para a formação da criança, como é salientado por Martins (2013, p.30, grifo do autor): “[...] consideramos que o adulto (no caso, o professor) ‘cede de empréstimo’ o desenvolvimento do psiquismo às crianças.” Sendo assim, o papel do professor se caracteriza pela intermediação do ensino, contribuindo para a aprendizagem e o desenvolvimento mental da criança, utilizando seus conhecimentos intelectuais para a promoção do desenvolvimento e a formação psíquica da criança para que as funções psicológicas superiores da mesma possam se estabelecer.

Para que este processo aconteça existe a preocupação de quem são estes profissionais atuantes na Educação Infantil, profissionais que lidam diretamente na intervenção e na formação das crianças, mediando o processo de construção do desenvolvimento humano, levando saberes que possam contribuir nesta fase crucial de desenvolvimento. Ressaltando essa preocupação com o papel do professor, Meira (2007, p.57) aponta como deve ser o trabalho deste profissional como mediador na Educação Infantil: “Os educadores devem realizar o trabalho de mediação entre o aluno e o conhecimento, os quais devem ser transformados em conteúdos escolares para que possam ser apropriados pelos alunos mediante a utilização de metodologias de ensino adequadas”. Sendo assim, não é qualquer educador que está destinado ao trabalho direto com a Educação Infantil, faz-se necessário que esse professor tenha capacitação e formação adequadas para lidar com diversos saberes, transformando-os em ensino e aprendizagem da criança na Educação Infantil.

O professor que atua na Educação Infantil deve dominar o que deve ser ensinado e levar para esta fase de formação das crianças conteúdos e metodologias adequadas, tal como afirma Martins (2011).

“O domínio do conhecimento científico” a ser transmitido e os conceitos que se pretende ensinar são ferramentas imprescindíveis para que o professor opere com e por meio delas de maneira prática, sintonizada e centrada na realidade e empiria do pensamento infantil, sem, contudo, se deixar aprisionar por elas. (MARTINS, 2011, p. 295, grifo do autor)

Concordando com essa afirmação, cremos que o professor que atua na Educação Infantil precisa dominar conteúdos e métodos que sejam significativos para as crianças, proporcionando uma educação de caráter científico a um público em processo de desenvolvimento. Sobre este domínio do conhecimento por parte do professor, Facci (2004) nos alerta que:

Se o professor não tem domínio adequado do conhecimento, se não realiza um constante processo de estudo das teorias pedagógicas e dos avanços produzidos pelas várias ciências, ele poderá ter muita dificuldade de trabalhar com os conceitos científicos, assim como encontrará grande dificuldade de fazer de seu trabalho docente uma atividade que se diferencie daquelas atividades nas quais os alunos se defrontam no cotidiano da escola (FACCI, 2004,p.152).

Em consonância com o pensamento de Facci (2004), defendemos a necessidade de um profissional com sólida formação científica e capacidade para lidar com as crianças na Educação Infantil.

A criança não se desenvolve sozinha, sua formação depende de outros sujeitos, segundo a Psicologia Histórico-Cultural. A esse respeito, Vigotski (2009, p.10) afirma que “[...] o desenvolvimento da criança não é simplesmente um processo espontâneo, linear e natural: é um trabalho de construção do homem sobre o homem”, sendo assim, sabemos que a criança chega à escola com alguns conhecimentos adquiridos dentro do ambiente familiar, uma bagagem histórico-cultural de uma aprendizagem não formal. Ao professor não cabe ensinar aquilo que ela já tem como conhecimentos pré-estabelecidos, mas precisa ir além; pensando nessa perspectiva, podemos considerar que “[...] é necessário ampliar a experiência da criança, caso se queira criar bases suficientemente sólidas para a sua atividade de criação” (VIGOTSKI, 2009, p. 23).

A superação do que já se sabe e a construção de novos conhecimentos é um objetivo que reúne professores e crianças na escola:

O professor, portanto, faz a mediação entre os conteúdos curriculares e o aluno, com a finalidade de provocar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores do mesmo. A capacidade de abstrair, a memória lógica, o planejamento, entre outras funções, são adquiridas por meio das relações sociais. Para que a criança possa assimilar algo, é necessário que sua relação em direção ao mundo dos objetos seja mediada por instrumentos auxiliares e também indispensável que ela seja capaz de dominar seu próprio comportamento com a ajuda de tais meios auxiliares. (FACCI, 2004, p.147-148)

Para isso, o professor na Educação Infantil tem a responsabilidade de proporcionar à criança cada vez mais conhecimentos com a finalidade de contribuir para a construção das funções psicológicas superiores, promovendo aprendizagem através de instrumentos eficazes que levem maiores possibilidades para o desenvolvimento das crianças. Um dos exemplos do processo de desenvolvimento da criança na educação é o da linguagem:

Se por meios espontâneos a criança aprende a falar, apenas por procedimentos específicos de ensino pode reorganizar esta capacidade, aprendendo os elementos da linguagem e sua utilização tanto no discurso coordenado quanto na própria organização do pensamento. O domínio da linguagem se realiza, pois, no processo ativo que vai além da assimilação do material fonético, da aprendizagem e domínio do aparato verbal e do entendimento da língua geral. (FACCI, 2004, p.303)

Apesar de a criança ter um conhecimento da linguagem utilizada no cotidiano, há necessidades mais complexas para que este processo de uso da linguagem se transforme e modifique o desenvolvimento da criança. Ainda segundo Saviani, ressaltado por Facci (1997, p.130), para que o professor conduza a sua prática com vistas à humanização dos indivíduos é necessário que ele tenha domínio dos seguintes conhecimentos:

Conhecimento específico da disciplina por ele ministrada (a matemática, por exemplo); conhecimento didático-curricular, que lhe permita compreender como esses conhecimentos específicos devem ser organizados para que tenham efeito no processo de apropriação e produção do conhecimento nos alunos; “saber pedagógico” apropriado do conhecimento produzido pelas ciências da educação e sintetizado nas teorias da educação; compreensão das condições sócio históricas que determinam a tarefa educativa; e “saber-atitudinal” categoria que compreende o domínio de comportamento e vivência considerados adequados ao trabalho educativo. (FACCI, 1997, p.152, grifo do autor)

Esses seriam alguns dos domínios para um professor atuante no processo de ensino e aprendizagem e desenvolvimento da criança; além da formação inicial, é necessário adquirir um saber didático-pedagógico atuando em diversos âmbitos.

O professor deve saber lidar com esta etapa inicial de formação da criança, que necessita de um profissional que possa intermediar esse processo de aprendizagem que envolve a criança e o objeto do conhecimento e que requererá a manipulação de objetos e até a formulação de conceitos. Essa aprendizagem mediada pelo trabalho do professor envolve, segundo Elkonin (2009), os seguintes elementos:

O processo de aprendizagem das ações com objetos, ou seja, com coisas que tem certa importância social, estritamente determinada, transcorre na criança somente na atividade conjunta com os adultos [...] Durante a formação das ações com os objetos, a criança aprende primeiro o esquema geral de manipulação destes com a sua designação social, e só depois se ajustam as operações soltas à forma física do objeto e às condições de execução das mesmas. O adulto é uma figura central para esta corrente no processo de desenvolvimento da criança, pois como visto na definição da zona de desenvolvimento proximal, é a ação intencional do adulto que irá auxiliar no processo de construção do novo para a criança. Nesse sentido, afirmamos que o desenvolvimento psíquico das crianças acontece no processo de educação e ensino realizado pelos adultos, que organizam a vida da criança, criando condições determinadas para seu desenvolvimento e lhe transmitindo a experiência social acumulada pela humanidade no período precedente de sua história. Os adultos são os portadores desta experiência social (ELKONIN, 2009, p.175).

O professor, em sua experiência e capacitação, como pessoa conhecedora do saber científico e como sujeito que intermedeia o processo aprendizagem, tem como necessidade possuir um conhecimento pleno de seus alunos buscando, cada vez mais, identificar como se dá o desenvolvimento de cada criança. Nenhum aluno vem para a escola sem ter um conhecimento pré-adquirido dentro do ambiente histórico-cultural e essa bagagem, de maneira direta, influenciará no seu desenvolvimento dentro da escola. Partindo desse pressuposto, reconhecemos que cada aluno tem características já adquiridas (seu desenvolvimento real) e que, a partir de contribuições dos professores, poderá se desenvolver além de seu nível de desenvolvimento real, materializando possibilidades de desenvolvimento que se projetam como iminentes; tal transformação só se viabiliza se o professor tiver em sua formação profissional, e principalmente continuada, uma base sólida de conhecimentos que poderão ajudar a dar suporte para que as crianças possam atingir suas aprendizagens. Para Martins (2011, p. 288), a contribuição docente para o ensino da criança se expressa nos seguintes termos:

Portanto, um ensino apto a organizar-se levando em conta o nível de desenvolvimento real e a área de desenvolvimento iminente requer uma sólida formação, que os instrumentalizem teórica e metodologicamente para a assunção da complexa tarefa representada no processo de ensino e aprendizagem. (MARTINS, 2011, p.288)

Desta feita, o que se propõe é que professores dominem o conhecimento e as metodologias de ensino para que cada vez mais o ensino e a aprendizagem aconteçam dentro das escolas. E, para isso, são necessários instrumentos de eficácia que possam intermediar todo este processo de formação para o desenvolvimento humano de uma criança que está em pleno processo de construção. O ensino na Educação infantil, tal como é salientado por Arce (2013), deve ser um momento em que o professor possa levar a criança a formar conceitos e a confrontar conhecimentos através da aquisição de conhecimentos acumulados pela humanidade, por meio de um planejamento intencional do ensino, envolvendo o conhecer, o explorar, o descobrir e a utilização de mecanismos, como transmissão, reprodução, imitação com recursos pedagógicos em que o professor possa interagir com a criança e ao mesmo tempo ensiná-la.

Procuramos explicitar aqui um atendimento da Educação Infantil como uma etapa de grande importância no desenvolvimento humano e o papel do professor nesta etapa. Para isso, usamos a fundamentação da teoria histórico-cultural à luz do pensamento de Vigotsky, de seus colaboradores e outros autores, ressaltando a ideia do professor como mediador na construção da aprendizagem e do desenvolvimento da criança.

Durante esse estudo foi possível evidenciar a importância do adulto como mediador do desenvolvimento psíquico da criança, que, apesar de vir de um meio histórico-cultural permeado pela influência familiar e social, ao ingressar na escola necessita de um adulto que tenha domínio de conhecimentos científicos para ensiná-la e contribuir com o desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores. Assim sendo, afirmamos que o professor deve ter domínio dos conhecimentos teóricos e metodológicos referentes à educação de crianças para que consiga intermediar o processo de aprendizagem que contribui para o desenvolvimento humano das mesmas.

É imprescindível insistir no fato de que a Educação Infantil é uma etapa de grande relevância na vida da criança e é no sistema educacional que ela desenvolverá aprendizagens que receberá durante todo o seu desenvolvimento, fazendo a diferença em sua tomada de decisões como sujeito reflexivo e protagonista de sua vida.

2. 2 A escola no campo e do campo

Não podemos esquecer que a escola é um espaço em que se busca e se constrói conhecimentos e aprendizagens, e que representa para as famílias um local de oportunidades para um futuro melhor e mais promissor para seus filhos. É na escola que grande parte da sociedade procura obter melhores oportunidades de emprego, saúde, profissionalização, formação cultural e tantas outras necessidades do homem para obter sua formação integral.

Nas escolas do campo as famílias também buscam essas oportunidades, depositam suas esperanças na construção de um mundo melhor para seus filhos, sendo assim, a “Escola é mais do que escola, é uma promessa de um mínimo de estabilidade nas formas efêmeras e provisórias de emprego e viver” (ARROYO, 2015, p.34). Acreditando na importância da escola na vida e na construção do homem é que desenvolvemos esse trabalho que faz uma reflexão sobre a escola do campo. É pertinente evidenciar que poucos são os estudos que tratam sobre a educação da população do campo: em que “somente 2% das pesquisas dizem respeito à essa temática, não chegando a 1% as que tratam especificamente da educação escolar no meio rural.¹⁰”.

Dessa forma, podemos inferir que o que se vê é certo silêncio quando se trata da educação ligada às pessoas do campo, seja por parte dos órgãos governamentais, núcleos de financiamento e estímulos a pesquisas, centros de pós-graduação e dos estudiosos de questões sociais. Neste cenário, surge no ano de 1998 o movimento *Por Uma Educação do Campo*, que busca realizar mais pesquisas, dissertações e teses nos programas de pós-graduação que tratem sobre esse assunto (ARROYO, 2011), promovendo debates e discussões sobre a educação do campo para chamar a atenção dos governos para a garantia do direito à educação de crianças e jovens que trabalham e vivem no e do campo.

Segundo Fernandes (2011), dentre os principais problemas de pesquisas sobre educação do e no campo nos dias de hoje, temos:

[...] escassez de dados e análises sobre este tema, o que identifica o tratamento que a questão tem merecido, tanto pelos órgãos governamentais quanto pelos estudiosos. Mas, mesmo sem o acesso a muitos dados e estudos científicos, não é difícil fazer um primeiro diagnóstico, à medida que uma simples observação da realidade, combinada com algumas informações disponíveis, nos permite perceber vários problemas preocupantes. (FERNANDES, 2011, p.34)

¹⁰Dados apresentados numa palestra no Encontro Preparatório à Conferência Nacional, realizado no RS, pela professora Malvina Dorneles, da UFRGS, sobre os programas de pós-graduação brasileiros nos últimos doze anos.

Assim, pesquisar sobre a educação do e no campo é muito mais do que apenas realizar um trabalho de caráter investigativo, envolve lidar com questões sociais pouco evidenciadas e que podem, de alguma forma, transformar os rumos da pesquisa e proporcionar benefícios à classe trabalhadora que vive do e no campo e que tem, muitas vezes, seus direitos negligenciados.

A educação do e no campo é um trabalho que tem o caráter de incluir pessoas que vivem à margem da sociedade e que se tornam, muitas vezes, imperceptíveis, sofrendo preconceitos e obtendo o mínimo de direitos sociais. Nesta perspectiva, como forma de incluir estes sujeitos que vivem em um espaço rural e que buscam uma educação que realmente seja no campo e para campo é que adotamos os termos do e no campo em oposição ao termo rural, tomando como princípio as reflexões realizadas para a I Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo¹¹”.

Utilizar a expressão campo e não o mais usual meio rural, com o objetivo de incluir no processo da Conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho. Mais, quando discutimos a educação do campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto de trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. (FERNANDES, 2011, p.25)

Evidenciamos, assim, a importância dos termos do e no campo como forma de consolidar o direito e a luta dos trabalhadores que vivem no campo em busca de uma educação que se volte para o fortalecimento e a transformação daqueles que veem na educação do e no campo uma perspectiva de mobilização e de consolidação de seus direitos no meio em que vivem, sem que necessitem abandonar o campo para terem seus direitos garantidos, preservando a sua cultura e fortalecendo o espaço rural, afim de que possam transformar a sua realidade, tornando-se cada vez mais sujeitos conhecedores de seus direitos.

Em se tratando de escolas do e no campo a realidade que se pretende construir é de uma escola que possa trazer luz às questões que envolvam o meio rural e que exponha os

¹¹ Conferência realizada em Luziânia - Goiás, de 27 a 31 de julho de 1998, tratada como uma espécie de “batismo coletivo” da luta dos movimentos sociais e das educadoras e educadores do campo pelo direito à educação.

interesses políticos, culturais e econômicos daqueles que estão envolvidos com o campo: diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo no seu modo de trabalho e de organização proporcionando valores, conhecimentos e tecnologia para um melhor desenvolvimento social e econômico a toda a população do campo (FERNANDES, 2011, p.53), procurando sempre respeitar o seu espaço e tudo aquilo que envolve a realidade vivenciada em sua trajetória de luta como pessoas trabalhadoras; uma educação que se preocupe com tudo aquilo que envolve os sujeitos do campo e, ao mesmo tempo, aconteça em escolas que estejam inseridas dentro do espaço rural.

É de interesse registrar aqui que não estamos falando de qualquer escola construída em espaços rurais para acolher filhos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, localizada em terrenos e prédios muitas vezes doados por comunidades, associações ou fazendeiros para poder levar um pouco de educação a essas crianças e adolescentes, garantindo-lhes um mínimo de formação; não estamos falando da “escolinha rural” como a descrita abaixo.

A imagem que sempre temos na academia, na política, nos governos é que para a escolinha rural qualquer coisa serve. Para mexer na enxada não há necessidade de muitas letras. Para sobreviver com uns trocados, para não levar manta na feira, não há necessidade de muitas letras. Em nossa história domina a imagem de que a escola no campo tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler ensina alguém a não saber quase ler. (ARROYO, 2011, p.71)

Não é esta a escola que queremos construir nos dias de hoje, pois esta é uma escola precária que pretende dar o básico para a sobrevivência de trabalhadoras e trabalhadores do campo, uma educação que não tem muito a oferecer, apenas um pouco de educação duvidosa. Buscamos desmistificar esta imagem utilitarista e precária das escolas do campo, voltando nosso olhar a estas escolas rurais para evidenciar os desafios e as limitações que as mesmas possuem e assim construir uma educação que supere os desafios e concretize os interesses de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

O que se tem evidenciado é que, perante tantas lutas de pessoas que moram no campo, os olhares acabam se voltando para este meio e o campo vem se tornando um espaço de aproximação de direitos sociais que envolvem tanto o rural como o urbano.

Parece-me que hoje a imprensa, as elites a sociedade, todos reconhecem que o campo não está parado, o campo está vivo, há mais vida na terra do que no asfalto da cidade, e este me parece um ponto fundamental: temos consciência de que hoje onde há maior vida no sentido de movimento social, onde há mais inquietação, é no campo. (ARROYO, 2011, p.68)

A luta pelos direitos sociais é perceptível no protagonismo de trabalhadoras e trabalhadores dos movimentos sociais, nos debates, nas discussões e na formação de associações, passando a colocar em evidência questões que envolvem o meio rural. O campo vem se consolidando como espaço de vida, de luta e de resistência política de trabalhadores que buscam cada vez mais reivindicar seus direitos, principalmente quando se trata de educação básica destinada às pessoas moradoras do campo. Estamos cansados de saber que sem o campo não existe cidade, por isso, hoje os trabalhadores do campo pressionam e fazem valer os seus direitos buscando consolidá-los, demonstrando que no campo há movimento e, mais do que isso, existe uma grande luta para que possam viver no e do campo, recebendo as mesmas garantias de sobrevivência daqueles que vivem na e da cidade.

Ao tratar de direitos iguais, não estamos falando de proporcionar uma educação urbana em uma escola no campo, fazemos referência à questão de prevalência de direitos, que todos sejam garantidos de forma igualitária, porém, considerando as especificidades da escola do campo. Arroyo (2011, p.13) coloca que “quanto mais se afirmar a especificidade do campo mais se afirma a especificidade da educação e da escola do campo”; esse autor continua afirmando a urgência de se consolidar um pensamento educacional e uma cultura escolar e docente que possam se alimentar dessa dinâmica formadora, e a necessidade de equacionar a função social da educação e da escola em um projeto de inserção do campo no conjunto da sociedade.

Trata-se de consolidar uma visão do campo que tem consigo suas “peculiaridades e ao mesmo tempo um campo de possibilidades da relação dos seres humanos com a produção das condições de sua existência social”, o que levanta o olhar para um novo projeto de desenvolvimento socioeconômico e para o papel do campo neste projeto, além de buscar fortalecer a identidade e a autonomia das populações do campo, chamando a atenção do povo brasileiro para a extinção da hierarquia cidade/campo e para uma visão de complementaridade por saber que a “cidade não vive sem campo que não vive sem cidade” (ARROYO, 2011, p.15). Não dá para tentar separar estes dois espaços, pois ambos necessitam viver em relação

harmônica para que haja uma estabilidade econômica e uma valorização dos seres humanos, podendo esses viver nas cidades ou no campo.

Fernandes (2011), ao se referir ao direito à educação do e no campo para pessoas que vivem no campo, chama a atenção para a questão da construção de escolas que possam levar informações atualizadas e diversificadas às comunidades do campo, contribuindo para o desenvolvimento dentro do espaço em que estão inseridas, valorizando a questão dos currículos específicos das escolas do campo, devendo trabalhar o vínculo com a educação e a cultura; neste sentido, a escola do e no campo será um espaço de desenvolvimento cultural não só dos estudantes e sim de toda a comunidade envolvida, valorizando a cultura dos grupos sociais, conhecendo outras expressões culturais, produzindo uma nova cultura, tudo isso vinculado ao tempo histórico e às opções sociais em que todos estão envolvidos. Nesta perspectiva, uma educação do e no campo que possa compreender o dinamismo das lutas sociais, confirmando culturas distintas e valorizando a historicidade de toda a escola do e no campo, deverá formar para a emancipação e ajudar na construção dos direitos sociais.

Partindo desta visão teremos que responder à questões concretas e incorporar no currículo do campo os saberes que preparam para a produção e o trabalho, os saberes que preparam para a emancipação, para a justiça, os saberes que preparam para a realização plena do ser humano como humano. (ARROYO, 2011, p.83)

Isto é valorizar o ser enquanto social dentro do espaço em que está inserido, sem que necessite se ausentar e buscar outros espaços, como a cidade, para se educar; uma educação do e no campo que represente a identidade histórica daqueles que estão envolvidos com o meio rural, acolhendo suas lutas e o direito de uma educação que respeite a imagem do homem do campo.

A educação do e no campo compromete-se com todos aqueles que estão envolvidos com a luta pela concretização de direitos e busca, em sua essência, demonstrar maior contato com a realidade e com o contexto de seus educandos, procurando suprir as necessidades que se estabelecem dentro do meio social. A escola que realmente é formada para os interesses do campo “é a escola que deve ajustar-se, em sua forma e conteúdo, aos sujeitos que dela necessitam; é a escola que deve ir ao encontro dos educandos e não ao contrário.” (CALDART, 2011, p.93) Assim se estabelece uma escola que forma para o benefício de todos aqueles que estão envolvidos e buscam na essência da educação a superação dos desafios

impostos pelas lutas dos trabalhadores que vivem no campo e dependem desse trabalho para sua sobrevivência, buscando dignidade para suas vidas como sujeitos compostos de saberes históricos.

Para que isso ocorra, Caldart (2011) ressalta a necessidade de a escola aceitar sair de si mesma, passando a reconhecer e a valorizar as práticas educativas que acontecem fora dela; nesse processo, é de grande relevância enfrentar o desafio de uma educação sistêmica produzida de dentro para fora e que considere o que é social, que envolva os educandos e a comunidade, levando em consideração toda a dinâmica do trabalhador ou trabalhadora do campo para estabelecer um ensino que possa influenciar na prática o desenvolvimento local onde está inserida a escola.

Sabemos que grandes são os desafios impostos para a construção de uma educação básica do e no campo. Não é fácil pensar neste modelo educacional sem levar em consideração tantas lutas que foram travadas e que aconteceram na busca por uma educação destinada aos filhos de famílias rurais. Os movimentos sociais que sempre lutaram pelo direito a terra viram também a necessidade da busca pela melhoria da educação e da garantia desses direitos no campo, não deixando de prevalecer nas suas lutas um direito que deve ser para todos, como é o da educação. Referindo-se a estes movimentos de políticas públicas em defesa da educação do campo, Arroyo (2011) reitera esse caráter valorativo dos movimentos sociais que carregam em suas lutas a bandeira popular pela escola pública como direito social humano e como dever do estado, buscando apresentar o comprometimento nas últimas décadas desses movimentos sociais que lutam pela igualdade no campo e na cidade, pressionando o Estado e as diversas esferas administrativas para assumirem a sua responsabilidade no dever de garantir escolas adequadas, profissionais bem formados, recursos e políticas educativas capazes de configurar a especificidade da educação do e no campo. É uma luta constante que emerge no campo, com os movimentos tomando parte daquilo que deveria ser papel dos governos, mas que, através da mobilização que vai se estabelecendo e crescendo, faz nascer a consciência dos direitos e a luta pela educação do e no campo com políticas públicas adequadas e justas.

Outro ponto que não devemos deixar de mencionar é a ausência de políticas públicas diretamente destinadas ao campo; o que ocorre é um grande distanciamento da necessidade de levar educação para aqueles que vivem do e no campo. O que se tem presenciado no cenário atual é a tendência de, cada vez mais, os estudos estarem centrados no espaço urbano, o que

para os governantes é uma forma de cortar gastos e diminuir o número de escolas no campo, alegando sempre que as escolas inseridas no espaço rural tendem a se tornar inviáveis e possuem maiores custos financeiros (FERNANDES, 2011).

Sabemos que infelizmente esta é uma realidade quem vem se formando por todo o Brasil, muitas escolas do e no campo estão fechando suas portas, fazendo com que os alunos se desloquem para a cidade e recebam uma educação urbana, longe daquela almejada para aqueles que vivem no campo. Fernandes (2011) chama a atenção para as lutas realizadas por trabalhadores sem-terra e povos indígenas que buscam uma reversão dessa realidade, contestando esses fatos que vêm acontecendo e procurando obter a garantia de escolas públicas instaladas no campo para permanecerem onde vivem. O deslocamento dessas crianças e adolescentes, filhos de trabalhadores do campo, para a cidade para estudar é considerado uma perda para a educação popular do campo, retirando o direito adquirido desses sujeitos de estarem envolvidos com a sua realidade.

Grande parte das pessoas que vivem no campo veem na educação a possibilidade de melhoria do seu espaço e de outras vidas, sabendo que “[...] a escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar sujeitos capazes de fazer a transformação da sociedade, do mundo, de si mesmo.” (CALDART, 2011, p.107). O fechamento de escolas do e no campo e o remanejamento dos estudantes para a cidade são uma desolação. A formação dos filhos dos trabalhadores do campo deve acontecer dentro do espaço em que vivem, valorizando as suas origens e fazendo com que aprendam a lutar por seus direitos, acreditando em si mesmos e levando para a sua comunidade a perseverança de que podem fazer a diferença se juntos trabalharem.

Fernandes (2011) deixa explícita nas discussões sobre a necessidade de uma educação básica do campo a importância das políticas públicas garantirem o direito à Educação do e no campo:

Acesso de toda a população a uma escola pública, gratuita e de qualidade, desde a Educação Infantil até pelo menos, o Ensino Médio, já colocando no horizonte a demanda do Ensino Superior; Gestão democrática nos diversos níveis de sistema escolar, incluindo a participação ativa de famílias, das comunidades, das organizações e dos movimentos sociais na tomada de decisões sobre as políticas de ação em cada nível e na fiscalização do uso de recursos públicos destinados às escolas; Apoio às iniciativas de inovação de estruturas e currículos escolares nos diversos níveis da educação Básica, visando à ampliação do acesso e o desenvolvimento de uma pedagogia adequada as atuais demandas de um meio rural

em transformação; Processos específicos/diferenciados de seleção de docentes para as escolas do campo; quer dizer, ninguém deve ser obrigado por concurso, estágio probatório ou por punição a trabalhar nestas escolas. O trabalho nas escolas do campo deve ser uma escolha dos profissionais e das comunidades; Programas específicos de formação continuada de educadores/educadoras do campo.(FERNANDES, 2011, p.50-51)

O atendimento às necessidades citadas significa valorizar a realidade dos espaços sociais rurais. A realização de políticas públicas voltadas para a educação do e no campo auxilia que as famílias continuem a viver no campo daquilo que produzem. A escola do e no campo deve proporcionar aos jovens e às crianças que vivem no campo “a oportunidade de combinar estudo e trabalho como forma de educação plena; física, prática, laboral, intelectual, cultural, ética, estética, política. Uma rica possibilidade de combinação entre instrução e trabalho” (ARROYO, 2015, p.48).

Ao refletir sobre os fatores que podem garantir direitos sociais, não devemos nos esquecer que os problemas da educação do Brasil não estão só no meio rural, eles existem em diversos espaços, porém, a situação se torna mais crítica “à medida que sistematicamente o campo vem sendo desqualificado como espaço de prioridade nas políticas públicas.” (FERNANDES, 2011). Políticas públicas que envolvam a educação do campo não figuram no primeiro plano de prioridades sociais da sociedade brasileira.

As escolas do meio rural vêm enfrentando muitos desafios para se manterem onde estão e para levarem educação de qualidade para o campo. São graves os problemas enfrentados pelas escolas públicas destinadas às pessoas do campo; estas sofrem com o abandono e o caos de uma educação precária e improvisada. Dentre os problemas atuais existentes nessas escolas estão aqueles que Arroyo (2011) nomeia como resíduos do sistema educacional:

Falta infraestrutura necessária e de docentes qualificados; falta de apoio a iniciativas de renovação pedagógica; currículo e calendário escolar alheio a realidade do campo; em muitos lugares atendidas por professores/professoras com visão de mundo urbano, ou com visão de agricultura patronal; na maioria das vezes estes profissionais nunca tiveram uma formação específica para trabalhar com esta realidade; deslocada das necessidades e das questões do trabalho do campo; alheia a um projeto de desenvolvimento; alienada aos interesses dos camponeses, dos indígenas, dos assalariados do campo, enfim do conjunto dos trabalhadores, de seus movimentos e suas organizações; estimuladora do abandono do campo por apresentar o urbano como superior, moderno, atraente; e, em muitos casos, trabalhando pela sua própria destruição, é articuladora do deslocamento dos/as

estudantes para estudar na cidade, especialmente por não organizar alternativas de avanço das séries em escolas do próprio meio rural (ARROYO, 2011,p.39).

Esses são problemas que envolvem muitas escolas rurais, grande parte delas recebe, para sua manutenção, verbas advindas dos municípios que priorizam a educação básica da cidade e destinam o pouco que sobra para a manutenção das escolas nos meios rurais. Também há os problemas estruturais evidenciados na maioria das escolas rurais com a precarização de sua infraestrutura, como prédios velhos, telhados gotejando, sedes com pintura velha, necessidade de construção de mais salas de aula para crianças da Educação Infantil, de parquinhos, de brinquedoteca, para que possa atender à Meta 1 do Plano Nacional de Educação¹², além de salas e estruturas que proporcionem acessibilidade às pessoas com deficiência.

Ainda há o problema de não haver profissionais qualificados para trabalharem com os alunos que vivem do e no campo. Não é qualquer profissional sem capacitação ou formação adequada que pode atuar na escola do campo. Esses professores precisam se comprometer com o dinamismo da realidade vivenciada nas comunidades e com um ensino que traga melhorias para todos aqueles que estão envolvidos com a educação; esses profissionais devem tomar a escola como uma oportunidade de construir uma educação transformadora aos que frequentam suas aulas todos os dias, e para toda a comunidade que deve se sentir acolhida, fazendo parte de uma educação renovadora que seja condizente com todo o movimento pela terra e de luta pela permanência dos trabalhadores no campo. Arroyo (2011) ainda discute outra característica importante a ser respeitada nas escolas do campo: trata-se da organização do calendário escolar próprio e não uma organização do tempo a partir das necessidades das escolas da cidade, com datas, comemorações, interrupções, início e fim de ano letivo obedecendo à realidade específica daqueles que vivem na cidade; o calendário da escola do campo deve se preocupar com a diversidade de situações que acontecem com as escolas do campo, por exemplo: o período de chuvas, as condições das estradas que dão acesso às escolas e os períodos de plantio e colheita.

¹²O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, prevê em sua Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.

A mudança do calendário escolar nas escolas do campo é respaldada e assegurada pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2014).

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

Com isso, as escolas têm autonomia na construção de seu calendário com a finalidade de atender às necessidades do campo, tendo como princípio o respeito primordial aos interesses dos educandos de obterem uma educação que possa fortalecer a sua integração e o direito à aprendizagem dentro do seu espaço de construção e formação social e histórica.

Ainda que as realidades estejam distantes daquelas planejadas na consolidação de uma educação voltada para os interesses do campo e mesmo existindo uma longa jornada de buscas e lutas, temos a convicção de que as escolas do e no campo devem ser um componente natural na vida do campo, sendo vistas como uma das dimensões do processo de formação de pessoas e não como algo excepcional. Para materializar uma escola do e no campo os professores e as condições adequadas de funcionamento são muito importantes.

Os educadores e as educadoras que trabalham nas escolas do campo frequentemente vivenciam o que Fernandes (2011, p.59) chama de um “círculo vicioso e perverso”, em que esses profissionais tornam-se vítimas de um sistema educacional que desvaloriza o seu trabalho e promove o meio rural como local de punição, por isso mesmo deixando de ser uma boa escolha de trabalho e inviabilizando sua qualificação profissional, rebaixando sua autoestima e sua confiança no futuro. Nesse cenário, professores acabam se tornando opressores, repassando seu sofrimento aos educandos. Tornam-se educadores desmotivados, desinteressados, desqualificados e sem ânimo para seguirem em sua função. Para que isso não se reproduza, Fernandes (2011) aponta para a urgência do rompimento desta cadeia, estabelecendo novos vínculos, novas condições e nova identidade para educadores e educadoras do campo.

Para isso, devemos contribuir cada vez mais para a formação de educadores e educandos, educadoras e educandas responsáveis e atuantes em prol da construção do ambiente educativo como espaço-tempo coletivo (CALDART, 2011). Só assim será possível

a construção de uma educação popular, social, cultural dentro das escolas no e do campo. O professor que desempenha seu trabalho em escolas do campo deve ter um conhecimento além daqueles encontrados nos educadores da cidade, o que exige deles um maior envolvimento com a história, a cultura, as lutas, os movimentos sociais e os valores da vida no campo, enfim, que este passe a estabelecer um maior contato não só com os alunos, mas principalmente com as famílias e a comunidade, procurando proporcionar benefícios para toda a comunidade, bem como materializar o compromisso de levar ensino e aprendizagem para seus alunos, além dos que são estabelecidos dentro da escola, confirmando a possibilidade de transpor os muros da escola, envolvendo-se com a realidade dos educandos.

As escolas que estão inseridas no espaço rural têm em sua trajetória muitas lutas e essas lutas deverão realizar os direitos reivindicados no campo, as batalhas a serem construídas e os desafios que existirão até serem vencidos; é notório que muitas escolas do campo só existem devido a este processo de luta e de busca pelo direito à educação dentro do espaço em que residem. Consideramos que seja “possível recuperar a educação básica, recuperar o saber, a cultura, a ética, recuperar os valores próprios de uma educação básica no campo” (ARROYO, 2011, p.72). Essa recuperação só acontece através de lutas e, mais do que isso, por meio da persistência e da motivação da sociedade e de todos aqueles que estão envolvidos com o meio rural. A escola do campo deve se constituir como local de libertação e democratização da educação, passando a incorporar valores, saberes, culturas e pensamentos para que estas pessoas possam construir uma formação para a prática emancipatória de sujeitos protagonistas de suas próprias decisões e conhecedores de seus direitos.

2.3 Educação Infantil na escola do campo: o que estabelecem os documentos oficiais

A educação é um direito de todos os cidadãos tal como é explicitado no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que a educação é dever do estado e da família, sendo provida e incentivada com a colaboração da sociedade, com o propósito do desenvolvimento da pessoa, da preparação para a cidadania e da qualificação para o trabalho (BRASIL, CF/88). Nesse contexto, faz menção à preparação do sujeito intelectualmente provido de saber para a tomada de decisões, perfazendo um melhor desenvolvimento humano e social em que a educação possa fazer parte desta construção intelectual com a família e o poder público na efetivação do desejo e do direito de uma educação para todos.

Entretanto, não basta se ter acesso à educação, ela deve ter qualidade social e chegar em todos os espaços sociais, independentemente da classe econômica ou social, valorizando o espaço e a cultura regional em que o educando está inserido, respeitando tudo aquilo que é produzido socialmente, como conhecimento e construção do saber.

Em se tratando de espaços destinados à educação, chamando a atenção para a educação que acontece no campo, a importância dos princípios desta educação está estabelecida no Grupo Permanente de Trabalho em Educação do Campo (GTP):

Os princípios da educação do campo, explícitos pelo GTP, são os seguintes: a educação do campo de qualidade é um direito dos povos do campo; a educação do campo e o respeito às organizações sociais e o conhecimento por elas produzido; a educação do Campo no campo; a educação do campo enquanto produção de cultura; a educação do campo na formação dos sujeitos; a educação do campo como formação humana para o desenvolvimento sustentável; a educação do campo e o respeito às características do campo (SOUZA, 1995, p. 109).

O Grupo Permanente de Trabalho em Educação - GTP foi criado através de demandas apresentadas pelos movimentos sociais organizados do campo, representado pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST no primeiro semestre de 2003. O GTP foi instituído através da Portaria nº 1.374, de 3 de junho de 2003, tendo como atribuição articular ações junto ao Ministério da Educação no que se refere à educação do campo, afim de divulgar, debater e esclarecer as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. O GTP conta com a participação de representantes das diversas Secretarias integrantes da estrutura do Ministério da Educação (MEC), do Gabinete do Ministro, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Conselho Nacional de Educação – CNE, além de contar com o acompanhamento e a participação de organizações e instituições da sociedade civil que atuam na área de educação do campo, especialmente, aquelas representativas de trabalhadores rurais, além das conferências populares sobre Educação do Campo que se seguiram, como a de 2004 que contou com 1.100 participantes:

O lema formulado na II Conferência Nacional, “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado!”, expressou o entendimento comum possível naquele momento: a luta pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação é específica, necessária e justa, deve se dar no âmbito do espaço público, e o Estado deve ser pressionado para formular políticas que a garantam massivamente, levando à universalização real e não apenas princípio abstrato (CALDART, 2011, p.262, grifo do autor).

Esta conferência de 2004 possibilitou momentos de debates e conquistas, trazendo questões de uma realidade desafiadora às pessoas que vivem no campo e necessitam da educação como forma de desenvolvimento social e econômico, lutam pelo reconhecimento da garantia e da prevalência de direitos de trabalhadoras e trabalhadores do campo, respeitando a realidade local, e procuram pressionar o Estado para formular políticas públicas que possam garantir uma educação que respeite as especificidades dos moradores que vivem no campo.

Buscar uma definição cada vez mais específica da educação do campo é um marco no movimento dos trabalhadores do campo por educação e para que os filhos desses sujeitos possam permanecer no ambiente em que foram criados, possibilitando-lhes uma educação com qualidade e, muito mais do que isso, que seus direitos possam ser garantidos sem precisarem se ausentar do local de sua origem. Fernandes (2004) salienta que o campo deve ser:

(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas [...] (FERNANDES et al., 2004, p. 137).

Perante as discussões que se realizaram sobre a importância da educação do campo é importante salientar que a definição de educação do campo aqui apresentada partiu da Resolução nº 2.197, da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (2012), que estabelece:

A Educação do campo tratado como educação rural na legislação brasileira, incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, e se estende também aos espaços pesqueiros, caixas, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas, entre outros. (BRASIL, 2012, p.97)

Tal definição possibilita apontar a necessidade de que diversos espaços de vida e de trabalho possam promover uma educação cidadã, valorizando o conhecimento popular presente numa educação para as pessoas do/no campo.

Esta mesma Resolução ainda estabelece, no Artigo 52, que as escolas que ofertam a educação no campo devem realizar adaptações e adequações em cada região de acordo com a vida rural; tais adaptações podem ser exemplificadas com: conteúdos curriculares e metodologias apropriadas; calendário da escola de acordo com as etapas agrícolas, os climas e a natureza do trabalho, todos esses vinculados à zona rural (BRASIL, 2012, p. 97). As adaptações e adequações visam promover uma melhor inserção do discente no âmbito educacional, além de garantir sua permanência na escola, assegurando assim uma educação que é igualitária entre todos os jovens, as crianças e todos aqueles que querem e/ou precisam educar-se.

A educação do campo está ligada à formação do sujeito desde a Educação Infantil. A criança que vem para a escola traz consigo em sua formação histórica experiências adquiridas em seu meio; Kramer (1996, p.74) considera que a criança na área rural tem a “riqueza de suas linguagens e saberes, em contraposição à pobreza de suas escolas,” buscando neste espaço uma educação com qualidade e que seja respeitadora de suas culturas, pois as crianças são sujeitos sociais situados no seu tempo e espaço e têm suas especificidades e isso deve ser respeitado (LEITE, 1995).

Benjamim (1984. p.70) considera que “as crianças não constroem nenhuma comunidade isolada, mas sim, uma parte do povo e da classe que provém”, por isso, é necessário inserir a criança no ambiente educacional respeitando o seu cotidiano e a sua história. As crianças são sujeitos históricos e sociais.

Leite (1995) ressalta que mesmo aqueles pais, moradores do campo, que não tiveram a oportunidade de educação escolar têm o papel de incentivar suas crianças.

Aquelas pessoas entendem que a escola traz conhecimento que não teria fora dela; e comumente vêem esse aprendizado como mais importante do que suas conquistas no dia a dia. Mais uma vez aqui percebo forte marco na educação que a comunidade dá a seus filhos. A escola é vista como necessária e fundamental e o conhecimento nela produzido é bastante ressaltado, apesar de muito poucos conseguirem adquiri-lo (LEITE, 1995, p.90).

Concluindo esse momento de reflexão, gostaríamos de ratificar que para a família camponesa a educação é a possibilidade de que seu filho possa se desenvolver e buscar cada vez mais adquirir conhecimentos dentro do contexto em que se insere, o que pode levá-lo a novas conquistas individuais e com o grupo.

III. CAMINHANDO PELO CAMPO: PELOS TRIEIROS DA PESQUISA!

Descalço ele ia andando. Em seu caminho, um trieiro curto.

(Daniel Oliveira. O Trieiro)

Esta seção do trabalho tem como objetivo descrever os caminhos da pesquisa, revelando iniciativas e tomadas de decisões que foram surgindo durante o percurso, o que nos permite evidenciar que a pesquisa proposta no mestrado foi aos poucos sendo aprimorada e tomando forma dentro de um contexto em que já havia sido vivenciada por nós como aluna e professora e que agora foi analisado na condição de pesquisadora. Isso nos chamou bastante atenção, pois investigaríamos um tema que fez parte de nossa vida escolar e atualmente faz parte da nossa vida profissional, fazendo-nos sentir cada vez mais comprometidos e com grande interesse pela pesquisa.

Para iniciar a presente investigação apresentamo-la ao Comitê de Ética em Pesquisa, por ser uma pesquisa que envolveria seres humanos, pessoas que atuam nas escolas e Secretaria de Educação no município de Paracatu, em Minas Gerais. A aprovação ocorreu no dia 21/11/2017 com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE número: 73540917.0.0000.5083, sob o Parecer n. 2.389.382. A partir dessa aprovação iniciamos o processo de pesquisa no campo.

Estivemos em fase de construção de dados durante o período de março de 2017 a junho de 2018, totalizando 14 meses, nesse período selecionamos as escolas pesquisadas, coletamos assinaturas nos Termos de Anuência e Consentimento, coletamos documentos, realizamos entrevistas e transcrições das mesmas, além da observação com registro fotográfico do espaço escolar. Nessa trajetória também realizamos leituras e estudos de referência em consonância com o tema abordado.

3. 1 Caracterizando o município

O município de Paracatu é localizado no estado de Minas Gerais. O estado tem uma extensão territorial de 586.520,735 km² distribuída em 853 municípios, com a população

estimada para o ano de 2017 de 21.119.536 pessoas¹³. O que justifica a realização da pesquisa neste município é o fato de morar nessa cidade por 31 anos, ter um bom conhecimento da região e ser servidora pública municipal efetiva como professora de escola rural. É importante constatar que Paracatu é a maior cidade da microrregião do Noroeste de Minas.

É uma cidade nascida no século XVIII com o nome de Arraial do São Luiz e Sant'Ana das Minas de Paracatu. Sua história está vinculada à passagem e à chegada dos bandeirantes que vinham em busca do ouro¹⁴. Antes de 1730, a cidade já era povoada, mas só em 20 de outubro de 1798, com um alvará da princesa Dona Maria I, elevou-se à categoria de Vila de Paracatu do Príncipe, obtendo autonomia política a partir 18 de dezembro de 1799, quando foi instalada sua primeira Câmara Municipal; em 09 de março de 1840, por Lei Provincial n. 163, Paracatu foi elevada à condição de cidade.

Hoje é considerada uma cidade histórica, com o centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN) em 2012. O centro histórico é composto por casarões, igrejas, ruas e demais monumentos que contam a história da exploração do ouro, o que contribuiu com o processo de ocupação do interior do Brasil.

A mineração na cidade continua sendo sua marca, contando com reservas de ouro, calcário, zinco e chumbo. A agropecuária também é uma importante atividade para a economia; Paracatu dispõe de mais de 40 mil hectares de área irrigada com produção mecanizada de milho, feijão e soja, além da fruticultura, café e algodão. Os agricultores e pecuaristas estão organizados em cooperativas que oferecem crédito, treinamento e assistência técnica, aumentando a qualidade e a competitividade dos produtos.

A cidade possui a maior mina de ouro em operação no Brasil em atividade desde 2005; a empresa mineradora *Kinross Gold Corporation* é de origem canadense e movimentada 22% da produção de ouro nacional, dona de 10.942 hectares, chegando a extrair 17 toneladas de ouro por ano, gerando emprego e renda para a cidade.

A cidade de Paracatu conta com uma população estimada para o ano de 2017 de 92.386 pessoas, e uma área territorial total de 8.229,595km², segundo dados do IBGE. De

13 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>> Acesso em 22 de set. de 2018. Projeções de possíveis estimativas populacionais. Os dados são referentes ao censo de 2010.

14 Os primeiros bandeirantes vinham em busca de índios e terras havendo registro das primeiras bandeiras que passaram no ano de 1586, com a Bandeira de Domingos Grau. Os primeiros fundadores do povoado foram Felisberto Caldeira Brant e José Rodrigues Fróis no ano de 1733 que vieram em busca do ouro. Disponível em <<https://paracatumemoria.wordpress.com/paracatu/historia-da-cidade/>>> acesso 22/03/18.

acordo com os dados registrados pelo Censo de 2010, de um total de 84.718 pessoas, 73.770 moram na zona urbana e 12% do total residem na zona rural, havendo assim um número considerável de pessoas que vivem na zona rural, sendo este o contexto dessa pesquisa.

Mapa 1-Localização da cidade de Paracatu no Estado de Minas Gerais



Disponível em: <http://cmcjrujfj.wixsite.com>. Acesso em: 13 de jan.2019.

A cidade faz divisa com o estado de Goiás e está localizada a 422 km da capital Goiânia, a 500 km de Belo Horizonte e a 196 km de Brasília.

Em levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no Censo escolar de 2014, publicado no Diário Oficial da União no dia 09 de janeiro de 2015, foi possível constatar que a cidade de Paracatu possui um total de 79 escolas, sendo elas:

Tabela 1-Número de Escolas no município de Paracatu-MG

Escolas urbanas	65
Escolas Rurais	14
Total	79

Fonte: <https://www.qedu.org.br/busca> <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil> Acesso em: 05 de maio de 2019.

Diante dos dados apresentados é possível evidenciar um número considerável de escolas na zona rural do município de Paracatu-MG, o que justifica focalizar as escolas rurais como objeto de pesquisa. De acordo com o gráfico abaixo essas escolas são públicas e privadas:

Gráfico 1 –Número de escolas rurais no município de Paracatu-Mg



Fonte: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

São 11 escolas municipais rurais, 01 estadual, 01 federal - o Instituto Federal de Minas Gerais (IFTM) - ofertando o Ensino Médio, cursos técnicos e superiores e 01 escola privada - Associação de Pais e Amigos (APAÉ) -, que atende alunos da educação especial com atividades extraclasse. Das 11 escolas municipais rurais, 10 atendem crianças da Educação Infantil de 4 e 5 anos.

Deste total de escolas rurais do município de Paracatu 10 escolas atendem crianças entre 4 e 5 anos na Educação Infantil na rede Municipal de Educação, o que nos apresenta um número considerável de escolas infantis da rede municipal de ensino na zona rural, e nos faz ver que existe um número considerável de crianças matriculadas na Educação Infantil em escolas do campo no município de Paracatu-MG.

A Tabela 2, a seguir, demonstra o número total de crianças matriculadas na rede privada e municipal na Educação infantil no município.

Tabela 2-Número total de matrículas na Educação Infantil (Pré-escola) de crianças de 4 e 5 anos na rede municipal de Paracatu-MG no ano de 2018

Municipal Urbana	1768
Municipal Rural	280
Total de matrículas	2.048

Fonte: <http://inep.gov.br/resultados-e-resumos>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

O dado aqui apresentado faz referência ao número total de matriculados na pré-escola nas escolas urbanas e rurais do município. Chamamos a atenção para o fato de não haver registro de alunos matriculados na Educação Infantil na rede estadual e federal de ensino devido ao fato da oferta de vaga para a Educação Infantil pública ser de competência dos municípios e não do estado ou do âmbito federativo¹⁵.

Neste sentido, através dos dados aqui apresentados é possível constatar a legitimidade da realização da pesquisa em escolas do campo que recebem alunos de 4 e 5 anos na Educação Infantil no município de Paracatu-MG, ficando evidente que ao apresentarmos os dados eles nos possibilitam dimensionar a necessidade de uma pesquisa como a nossa.

Dentre o total de escolas municipais que atendem à Educação Infantil no campo em Paracatu, tomaremos como lócus de pesquisa duas escolas da cidade. A escola Municipal José

¹⁵A Constituição Federal no art. 211, § 2º, e a LDB, art. 11, V, estabelece que a Educação Infantil constitui área de atuação prioritária dos Municípios, estabelecendo que é de responsabilidade dos Municípios a oferta da educação infantil à população brasileira.

Palma, que é considerada, dentre as escolas rurais, como a que atende o maior número de alunos no campo, e a Escola Municipal Pedro Silva Neiva, esta por dois fatores: sua localização em um assentamento de reforma agrária e sua proximidade com a Escola José Palma, sendo que ambas recebem alunos provenientes da zona rural e, por isso, compartilham do transporte de alunos.

3. 2 Conhecendo as escolas pesquisadas

Nesta etapa, apresentamos as duas escolas pesquisadas a partir da descrição de suas principais características e sua localização no município de Paracatu-MG. Com isso, será possível compreender onde foi estabelecida a pesquisa, bem como o contexto de trabalho dos sujeitos entrevistados.

3. 2. 1 A Escola Municipal José Palma

A primeira é a Escola Municipal José Palma, segundos relatos da moradora e professora da escola este nome foi dado em homenagem ao bisavô de seus filhos, o senhor José Palma. A fazenda Palma tinha muitos empregados que trabalhavam na colheita e plantio de café, com isso, foi criada uma pequena escola para atender aos filhos dos trabalhadores na fazenda Palma. A escola foi construída em espaço cedido por moradores da região, antes funcionava em ranchos de palha, recebendo recentemente uma estrutura de alvenaria com construção de salas e ambiente específicos para atendimento aos alunos. Com a inauguração veio a escolha do nome da escola; dentre vários nomes que foram sugeridos para votação em plenário da Câmara de Vereadores, o vereador João Arcanjo sugeriu o nome José Palma, que foi eleito pelo voto da maioria dos presentes.

A escola está localizada a 38 km do município de Paracatu-MG e a 68 km da divisa do Estado de Goiás, na Fazenda denominada Escuro, Região da Santa Bárbara. Atende a crianças de 4 e 5 anos e adolescentes até o Ensino Médio, com idades que variam entre 15 e 20 anos. O

Ensino Médio tem seu funcionamento vinculado à rede estadual de educação, funcionando como segundo endereço da Escola Estadual Afonso Roquete, com sede na cidade.

Essa escola possui o total aproximado de 400 alunos que dependem de transporte escolar, tais como: van, Kombi, ônibus e micro ônibus para terem acesso à mesma. Os professores são transportados todos os dias, vindos da cidade, utilizando ônibus para chegarem à escola, poucos são os funcionários residentes na zona rural. A maioria é proveniente da cidade, tais como: a diretora, os professores, a supervisora, as cantineiras e as secretárias. A escola tem o seu horário de funcionamento das 8 horas às 12h 20min, de segunda a sexta-feira.

A entrada da escola é cercada com alambrado e portão; essa cerca delimita o espaço da instituição. Para entrar é necessário passar por um segundo portão, o que separa a área externa das salas de aula. O prédio é composto por 01 secretaria onde trabalham três funcionários, 01 sala de Direção, 01 sala da supervisora, 01 sala de professores com banheiro, 01 biblioteca, 01 cantina, 01 sala para material de limpeza com banheiro, um bloco com seis salas de aula que recebem crianças da Educação Infantil até o quinto ano do Ensino Fundamental, outro bloco com oito salas de aula que recebem adolescentes e adultos do sexto ano do Ensino Fundamental ao terceiro ano do Ensino Médio; ainda conta com 01 sala de artes, 02 banheiros, masculino e feminino, e no meio dos dois blocos de sala de aula existe um pátio e ali são realizadas as atividades e reuniões com alunos e familiares. Existe apenas uma sala que atende à Educação Infantil com o total de 20 alunos; 8 alunos no primeiro período e 12 alunos no segundo período, com idades de 4 e 5 anos.

Logo ao lado da escola está a quadra coberta, inaugurada no ano de 2013, possui banheiros e é toda fechada com arquibancadas e palco; esse espaço também é utilizado pela escola e pela comunidade para apresentações e eventos.

Estacionados do lado externo da escola ficam: 01 Van, 04 Kombis, 01 micro ônibus e 09 ônibus, totalizando 15 veículos. Todos eles ficam aguardando o horário de término das aulas para levarem estudantes e professores para casa.

Para o funcionamento diário, a escola conta com uma equipe profissional composta da seguinte forma.

Quadro 8 -Funcionários da Escola Municipal José Palma em 2017- Paracatu-MG

Funcionários	Número
Diretor	1
Supervisor	1
Professores	25
Secretários	3
Auxiliar de serviços de educação	7
Agente de Educação*	1
Vigia	1
Motoristas	15
Total de funcionários	54

Fonte: Silveira (2018)

*cargo com as mesmas atribuições do auxiliar de serviços de educação; executa tarefas relacionadas à limpeza, manutenção e conservação da unidade escolar, bem como ao controle e preparo da merenda escolar.

Como podemos notar, esta é uma instituição que possui um número expressivo de profissionais, é uma escola dentro do espaço rural e que, por ter uma quantidade relevante de alunos e funcionários em comparação às escolas da cidade, é considerada uma das maiores escolas rurais de Paracatu.

3.2.2 A Escola Municipal Pedro Silva Neiva

A Escola Municipal Pedro Silva Neiva, localizada na Fazenda Jambeiro1, zona rural do município de Paracatu, está situada a 78km da cidade e a 40km da Escola Municipal José Palma. Segundo o senhor Vantuir, morador e Presidente da Associação do Projeto de Assentamento Jambeiro, a escolha do nome da escola é uma homenagem ao antigo proprietário da fazenda Jambeiro, o senhor Joaquim Pedro Silva Neiva; a ideia desse nome surgiu na Secretaria de Educação juntamente com a comunidade do assentamento por meio de uma assembleia, o que seria uma homenagem à família do antigo proprietário.

É uma escola localizada em um dos assentamentos de reforma agrária da cidade e foi construída em uma área doada pela associação dos moradores do assentamento. A escolha da localização se deu através de inúmeras reuniões e assembleias entre a associação e a comunidade para discutir o melhor local para a construção da mesma, de modo que viesse atender aos moradores do projeto de assentamento, bem como à comunidade do entorno, como empregados e moradores de fazendas.

A escola atende a aproximadamente 140 alunos. Para chegar a ela é necessário o uso de ônibus, micro-ônibus e Kombi. Seu horário de funcionamento é das 8h às 12h20min, de segunda a sexta-feira. Com uma sala que atende à Educação Infantil de 4 e 5 anos com 18 alunos; 7 alunos no primeiro período e 11 alunos no segundo período, com idades de 4 e 5 anos.

Toda a área da escola é delimitada com cerca de arame liso e alambrado de tela e uma porteira de madeira logo na entrada. O espaço é amplo e está todo em cascalho, possui uma quadra sem cobertura, distante cerca de 200 metros da escola; esta quadra foi inaugurada em 2013 e toda fechada, possui banheiros e um palco para eventos.

As salas de aula são alinhadas em uma espécie de “L”, não possuem pátio entre elas, apenas um corredor coberto que interliga as salas. Possui um total de 12 salas que estão divididas da seguinte forma: a primeira sala possui divisória e ali funcionam 01 sala de professores, 01 secretaria, a direção e a supervisão da escola, com um banheiro para atender aos funcionários; em outra sala está a biblioteca que também possui divisórias, funcionando uma sala de aula de 9º ano das séries finais do Ensino Fundamental; em sequência estão as outras salas em ordem decrescente do oitavo ano até a Educação Infantil, com os alunos de 4 e 5 anos na mesma sala; possui também dois banheiros, um feminino e outro masculino. Existe ainda 01 cantina separada por divisórias do local para realização do lanche, 01 despensa para alimentos, 01 local para guardar material de limpeza e outro espaço com o tanque e a pia para lavar pratos, colheres, copos e demais utensílios de cozinha. Atrás da escola está a horta onde são plantados verduras e legumes utilizados na merenda escolar. Todos os veículos ficam estacionados do lado externo da escola à espera da saída dos alunos.

O Quadro 9, a seguir, mostra o número total de funcionários que trabalham na instituição e suas respectivas funções. Dentre o número de funcionários da escola, 15 residem na região, o restante vive na cidade, deslocando-se todos os dias para a escola com auxílio de transporte escolar.

Quadro9-Funcionários da Escola Municipal Pedro Silva Neiva em 2017.

Funcionários	Número
Diretor	1
Supervisor	1
Professores	14
Secretários	1
Cantineiras	2
Auxiliar de limpeza	2
Vigia	1
Motoristas	8
Total de funcionários	30

Fonte: Silveira (2018).

Para que pudéssemos investigar o acesso e a permanência de crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil em escolas do campo do município de Paracatu-MG, elencamos três categorias que emergiram nas entrevistas realizadas com os diretores, sendo elas: a infraestrutura das escolas rurais para a Educação Infantil, a Educação infantil e o processo de inserção da escola do campo em sala multisseriadas, e, por fim, o acesso e a permanência de crianças da Educação Infantil em escolas do campo. As falas das entrevistadas passam a ser identificadas durante o texto com demarcação em negrito, ao apresentar mais de três linhas será acrescentado recuo de três centímetros e espaçamento simples, isso se faz necessário para que exista diferença entre as demais citações utilizadas como referência no decorrer do trabalho.

3. 3 Conhecendo os sujeitos da pesquisa

Inicialmente, pretendíamos realizar uma entrevista com a Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil no município de Paracatu - MG, mas, ao expormos os objetivos da pesquisa, ela nos disse que não seria possível responder aos questionamentos devido ao fato de não ter aproximação com as escolas rurais ou mesmo por não conhecer estas escolas. Diante disso, a Coordenadora indicou-nos a pessoa responsável pelas escolas rurais do

município. Em contato telefônico com a Diretora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação ela marcou conosco a data para a realização da entrevista (apêndice F) no próprio local de seu trabalho e, por *e-mail*, enviamos as questões da entrevista para o seu conhecimento prévio.

A proposta de estudo requeria ainda entrevistar as diretoras e vice-diretoras das duas escolas selecionadas para a presente pesquisa. Ao entrar em contato telefônico com as instituições de ensino foi possível constatar que no ano de 2018 foi extinto o cargo de vice-diretora, havendo apenas diretoras, em razão disso, entrevistamos somente essas profissionais das referidas escolas.

As entrevistas aconteceram segundo os dias previamente agendados por *e-mail*, telefone ou em visita à escola, conforme Quadro 10 abaixo:

Quadro 10- Características e agendamento das entrevistas com gestoras da Educação Infantil de Paracatu-MG

Entrevistadas	Data	Local	Duração	Transcrição
Diretora Pedagógica	09/03/2018	Sala da coordenação na Secretaria de Educação	01h00min23	18 páginas
Diretora da Escola Jose Palma	13/03/2018	Sala da direção na Escola Municipal José Palma	00h32min43	10 páginas
Diretora da Escola Pedro Silva Neiva	14/03/2018	Sala dos professores na Escola Municipal Pedro Silva Neiva	00h32min63	10 páginas

Fonte: Silveira(2018).

As entrevistas foram gravadas através de celular *smartphone* usando o aplicativo de gravação, o áudio foi reproduzido e escrito no computador através do programa *Wordcom* o total de 12 dias de transcrições. É importante destacar que as perguntas foram disponibilizadas previamente às entrevistadas por *e-mail*, podendo elas discordarem a qualquer momento ou mesmo não responderem a qualquer questão. No momento da entrevista, todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Através dos dados produzidos nas entrevistas apresentamos o perfil das entrevistadas.

Quadro 11-Informações pessoais e profissionais das gestoras da Educação Infantil entrevistadas. Paracatu-MG 2018

Instituição	Nome Completo	Idade	Formação	Função	Tempo de atuação
Secretaria Municipal de Educação	Edna Mara Borges Guimarães,	55 anos,	Letras/Português	Diretora Pedagógica da Secretaria de Educação	33 anos na educação e 6 anos como Diretora Pedagógica
Escola Municipal José Palma	Creusa Valdete Vieira da Silva	49 anos	Normal Superior Especialização em Psicopedagogia e Gestão Educacional	Diretora	16 anos como Professora da Educação Básica (PEB 1) e 15 anos como Diretora de Escola.
Escola Municipal Pedro Silva Neiva	Rosilene Maria de Souza Wendez	44 anos	Graduação: Pedagogia Especialização Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Alfabetização e Letramento	Diretora	Há 5 anos Diretora de Escola. Professora há 3 anos

Fonte: Silveira(2018).

Analisando as informações apresentadas é possível observar que todas as gestoras são mulheres e têm idades aproximadas, que variam entre 44 e 55 anos, evidenciando tempos consideráveis de atuação na educação (5 a 33 anos); todas são professoras com cargo efetivo, o que lhes permite ter um bom conhecimento na área em que atuam como gestoras.

É pertinente destacar que as diretoras das duas (2) escolas rurais têm moradia e familiares que vivem na zona rural. A Diretora Creusa já foi aluna da Escola Municipal José Palma; durante entrevista ela nos relata: **sou apaixonada por esta escola, pois afinal, foi a escola que eu estudei com seis anos de idade**, este sentimento demonstrado pela diretora fortalece ainda mais o seu trabalho junto à escola, procurando levar melhorias à comunidade, aos alunos e atodos que estão envolvidos com a instituição. A Diretora Rosilene é moradora

do assentamento e esteve presente no processo de construção da Escola Municipal Pedro Silva Neiva:

Funcionava antes, no ano 2000, eu já trabalha nela como Pedro Silva Neiva II, mas não era aqui. Trabalhei nela como um rancho, minha primeira sala de aula aqui foi um rancho, e depois nós fomos para a sede que estava em pedaços, e funcionou lá dois anos na sede do assentamento, ate construir aqui. Ela foi construída em 2002, 2003 e passou a funcionar aqui em 2004. (ROSILENE, DIRETORA EMPSN, 2018).

Assim, é importante destacar que as diretoras conhecem e participaram/participam das histórias das escolas, o que nos faz presumir sua aproximação com a comunidade local, pois vivenciaram e continuam vivenciando a realidade das escolas, isso é muito importante. A aproximação das entrevistadas com o local de pesquisa mostra que as diretoras têm autonomia e segurança para responderem às perguntas, proporcionando credibilidade e notoriedade ao trabalho por elas desenvolvido.

3. 4 A infraestrutura das escolas no campo para a Educação Infantil

Utilizando-nos de fotografias descrevemos como é a infraestrutura das escolas da pesquisa. Mesmo sabendo que a descrição com fotos, apesar de parecer uma tarefa simples ou destituída de regras, exige um série de cuidados devido ao fato de sabermos que “A descrição de uma imagem nunca é completa” (SMIT, 1989, p. 102), e, mesmo que se tente passar verbalmente todo o detalhe presente na imagem, sempre existirá alguma coisa a indagar, talvez por ter passado despercebido, por ser desconhecido ou por ter se esquecido.

Kossoy (2005) assim esclarece essa questão:

Quando apreciamos determinadas fotografias nos vemos, quase sem perceber mergulhando no seu conteúdo e imaginando a trama dos fatos e as circunstâncias que envolveram o assunto ou a própria representação (o documento fotográfico) no contexto em que foi produzido: trata-se de um exercício mental de reconstituição quase que intuitivo.(KOSSOY, 2005, p.40)

Neste sentido, as imagens apresentadas possibilitam conhecer o ambiente educacional das escolas em questão. Procuramos relacionar as condições de infraestrutura das escolas com o processo de acesso e permanência das crianças na Educação Infantil. O que também será possível constatar por meio das falas das entrevistadas.

Ao fazer a análise da infraestrutura das escolas estamos atentos à responsabilidade de analisar esses espaços, pois existem diferenças entre o que chamamos de ambiente educativo,

o espaço físico e a noção de espaço segundo a perspectiva da criança. Diante disso, Zabalza (1998 apud HORN, 2007, p. 35) distingue espaço e ambiente, considerando que:

[...] o termo espaço se refere aos locais onde as atividades são realizadas, caracterizados por objetos, móveis, materiais didáticos, decoração. O termo ambiente diz respeito ao conjunto desse espaço físico e às relações que nele se estabelecem (HORN, 2007, p.35).

Nesta perspectiva, o ambiente educacional vai muito além da infraestrutura educacional e está diretamente ligado à construção do conhecimento.

As fotografias utilizadas na pesquisa foram obtidas no ano de 2018 em duas visitas que realizamos às escolas; os primeiros registros fotográficos aconteceram depois da permissão e da assinatura dos termos de anuência das diretoras. Foram as diretoras que, após a assinatura dos termos, levaram-nos para explorar o espaço físico da escola. Neste sentido, as primeiras fotos procuram mostrar o lado externo das escolas e das salas de Educação Infantil, locais que são usados pelas crianças, como: entrada, corredores, pátios, transporte que elas utilizam.

Uma segunda visita às escolas foi destinada à realização das entrevistas e também para realizamos as fotografias dos espaços internos: sala de aula da Educação Infantil, biblioteca, banheiros, quadra, detalhes de bebedouros, filtros etc. A preocupação que tivemos com as fotografias foi no sentido de procurar registrar o espaço escolar que a criança da Educação Infantil frequenta e dele depende, pois as condições da infraestrutura são requisitos necessários para que as crianças de 4 e 5 anos tenham acesso e permaneçam na escola em um ambiente com qualidade. Tivemos o cuidado também, durante os registros fotográficos, de preservar a identidade dos alunos que ali estavam, pois todo o registro foi feito em horário de funcionamento das escolas. Diante disso, os primeiros registros fotográficos apresentam o transporte escolar, partindo do princípio de que esse é o início do processo que a criança da Educação Infantil frequenta para ter acesso às escolas rurais.

Transporte

Figura 1 – Estacionamento de veículos que transportam alunos e professores da Escola Municipal José Palma- Paracatu-MG. 2018.



Fonte: Silveira (2018).

Os veículos escolares utilizados para transportar os alunos permanecem estacionados durante o período de aulas no lado externo da área escolar, sendo eles: 09 ônibus, 01 micro-ônibus, 01 Van e 04 Kombis; este espaço externo da área escolar é reservado ao embarque e desembarque das crianças, todos os veículos são alinhados organizadamente um ao lado do outro e ali permanecem aguardando as crianças e os profissionais da escola.

Figura 2 – Estacionamento de veículos que transportam alunos e professores da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018.



Fonte: Silveira (2018).

Porém, destacamos a presença de dois veículos estacionados na área interna da escola, um micro-ônibus que transporta alunos e um ônibus que transporta os funcionários vindos da cidade de Paracatu. Ambos desembarcam os funcionários e alunos na área interna em frente ao segundo portão da escola que dá acesso às salas de aula e, em seguida, estacionam seus veículos debaixo das árvores, permanecendo naquele espaço, pois este é o único lugar na escola que possui árvores com sombra e altura ideal para o estacionamento desses veículos, deixando-os mais frescos para serem utilizados no retorno para casa. Não há cobertura para todos os veículos, ficando a maioria deles expostos ao sol em temperaturas elevadas; ao término das aulas, as crianças entram e sentam-se nos bancos quentes, suportando o calor muito alto, até que os veículos possam se deslocar e assim resfriar a temperatura, já que nenhum dos transportes possui ar-condicionado. Junto com o vento que refresca, também invade o veículo a poeira das estradas sem asfalto, causando complicações na saúde dos alunos e, principalmente, das crianças pequenas.

Figura 3 – Estacionamento de veículos que transportam alunos e professores da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018.



Fonte: Silveira(2018).

Na escola Pedro Silva Neiva os veículos também fazem uso da área escolar para embarcarem e desembarcarem as crianças. Ao desembarcarem os alunos, os motoristas retiram seus veículos, deslocando-os para uma área em frente à escola, regressando ao ponto em frente à mesma posteriormente, minutos antes do término das aulas para novo embarque

dos alunos. Há uma preocupação com a segurança das crianças; assim sendo, sai um veículo por vez, de maneira organizada. O mesmo problema registrado na Escola Municipal José Palma também acontece nesta escola, com a ausência de árvores ou sombra, não há lugar coberto para colocar os veículos; 02 ônibus, 02 micro-ônibus e 04 kombis são expostos a temperaturas altas durante o dia, já que todos os transportes precisam ficar fechados para evitar roubos.

Entradas das Escolas

Figura 4- A entrada da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

Esta é a entrada de acesso à Escola Municipal José Palma, como podemos observar na Figura 4. Para entrar no espaço escolar é necessário passar por um portão de grades verde que fica totalmente aberto para a entrada de pessoas e veículos durante o período de aula; este portão demarca o início do espaço escolar utilizado pelas crianças. É possível verificar a existência de várias árvores ornamentais e frutíferas, flores no portão e um pouco de grama embaixo das árvores e em alguns espaços desta área.

Figura 5- Fachada da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

Podemos observar, por meio da Figura 5, que a escola, na fachada de entrada para o prédio, está identificada acima do portão com o nome ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ PALMA, utilizando de fonte com letra maiúscula na cor azul. Na frente da escola podemos notar um jardim feito de pneus coloridos, bancos de cimento, não possui mato, demonstrando cuidado com a entrada. Para entrar no seu interior e ter acesso às salas de aula é preciso passar por um segundo portão feito de grade e revestido por chapa de zinco; esse revestimento, segundo a Diretora Creusa, foi a forma encontrada para evitar a entrada de animais domésticos e silvestres no espaço onde acontecem as aulas.

Ao observarmos a fotografia é possível ver quão desgastada está a pintura da parede, logo abaixo da janela a tinta verde está se soltando da parede, evidenciando um aspecto descuidado e indicativo da necessidade de uma nova pintura no prédio.

Figura 6 - A entrada da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

Na Figura 6 podemos observar que na entrada dessa escola existe uma porteira de duas partes aberta, identificando o início do espaço escolar. A estrada que conduz até à escola é coberta de cascalho e se encontra em boas condições. No lado externo da escola existe mato alto, podendo esconder diferentes espécie de animais.

Em razão disso, vale a pena retornar ao que prescrevem os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil quando afirmam que:

Sempre que for possível, deve-se prover um cuidado especial com o tratamento paisagístico, que inclui não só o aproveitamento da vegetação, mas também os diferentes tipos de recobrimento do solo, como areia, grama, terra e caminhos pavimentados. (BRASIL, 2006, p. 26)

Este tratamento paisagístico para o ambiente escolar de crianças da Educação Infantil não foi levado em consideração nesse caso; não há nem na área externa ou mesmo na entrada da escola árvores, plantas, jardins, gramas ou uma área coberta que propicie sombra e segurança para as crianças brincarem durante o recreio ou no período de espera do transporte no início e término das aulas. É um espaço amplo, porém não contempla o atendimento de qualidade. Para Rinaldi (2002), para um atendimento adequado às crianças seria necessário que toda a escola, principalmente o espaço, as matérias e os projetos fossem adequados, valorizando, mantendo e promovendo a sua interação e comunicação. Com a carência aqui apresentada no cuidado paisagístico, é comprometido o seu desenvolvimento e a interação com o ambiente, o mesmo problema acontece em relação à ausência de pavimentação escolar, tal como se pode verificar na Figura 7, a seguir.

Figura 7 -Chão da Escola Municipal Pedro Silva Neiva – Paracatu-MG - 2018



Fonte: Silveira (2018).

Não houve a preocupação com o paisagismo nem com o revestimento do solo. Constatamos que toda a área externa onde as crianças correm e se divertem é revestida de cascalho; assim, os alunos que eventualmente venham a cair acabam se machucando.

Figura 8 -Fachada da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

O nome da escola aparece escrito “Escola M. Pedro Silva Neiva” na parede do prédio, no corredor entre as salas de aula, com letra maiúscula e minúscula na cor preta.

Espaço escolar

Figura 9—Delimitação do espaço da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

A imagem acima demonstra que a escola se encontra cercada com telas e postes de cimento, procurando delimitar o espaço escolar. Evidenciamos uma preocupação com a segurança dos alunos, procurando fazer com que permaneçam no interior da escola e nos limites do espaço escolar, impedindo-os de terem acesso ao lado externo da mesma, por ser esta uma área ampla. Segundo os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil, crianças menores necessitam de espaços delimitados, pelo contrário, espaços muito amplos as desorganizam e as dispersam.(BRASIL, 2006, p. 27)

A Diretora Pedagógica Edna, ao analisar a questão do espaço amplo das escolas rurais, demonstra preocupação e menciona que **“A escola da zona rural geralmente é um espaço muito aberto, por mais que a escola vigie, olhe e cuide é muito complicado este espaço aberto.”**, chamando a atenção para a questão do espaço da escola em relação com as crianças menores da Educação Infantil, demonstrando preocupação e ressalta existir um cuidado maior e mais atenção de todos os profissionais com esses alunos.

Essa organização e delimitação do espaço escolar é o que acaba garantindo segurança às famílias para deixarem seus filhos no ambiente escolar, impedindo que as crianças possam deslocar-se para lugares afastados, uma vez que os portões da escola se encontram fechados durante o período de aulas, devendo ser abertos apenas com a autorização e a supervisão de um funcionário, com controle de entrada e saída dos educandos.

Figura10-Delimitação do espaço da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

Nessa escola, o que podemos comentar a respeito da área a ela destinada é que a mesma tem espaço maior quando comparada com a Escola José Palma. Observamos que o espaço da escola está demarcado por cerca de arame liso com estacas de madeira, podemos identificar onde começa e termina a área destinada a mesma, porém, essa cerca não impede que os alunos possam transitar de um lado ao outro passando por arames, pois, para as crianças o ambiente escolar vai além de cercas que delimitam o espaço físico:

[...] o espaço físico isolado do ambiente só existe na cabeça dos adultos para medi-lo, para vendê-lo, para guardá-lo. Para a criança existe o espaço-alegria, o espaço-medo, o espaço-protege, o espaço-mistério, o espaço-descoberta, enfim, os espaços de liberdade ou da opressão. (SOUZA LIMA apud FARIA, 2001, p.70).

O adulto é que constrói o espaço físico e faz com que aquela área se torne um local delimitado à educação, procurando ensinar para a criança que no espaço físico escolar existem limites demarcados e que devem ser respeitados.

Ao solicitar à Diretora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Edna Mara, que falasse sobre a infraestrutura das escolas municipais que atendem crianças da Educação Infantil na zona rural do município de Paracatu, ela nos relatou que. **“A infraestrutura até que atende, porque a gente até comentou aqui que muitas escolas da**

zona rural têm uma infraestrutura melhor do que muitas aqui da zona urbana. Assim a gente tem espaço adequado.”

A justificativa explicitada na fala desta é que a escola rural é um ganho em relação às escolas da cidade no que tange ao espaço, mas não é sinônimo de conquista para as crianças da Educação Infantil. A existência de espaço não garante o acesso, e, principalmente, a permanência destas crianças nas escolas.

As Diretoras das escolas também não deixaram de ressaltar o espaço como ganho nas escolas rurais, porém, evidenciamos que há outras necessidades, como explica a Diretora Rosilene, da Escola Municipal Pedro Silva Neiva, **“(...) e o espaço mesmo, o espaço é grande, é um espaço excelente, mas podia ter mais, mais algumas coisas que pudessem divertir as crianças”**. A Diretora Creusa, da Escola Municipal José Palma, também considera que: **“Nossa escola é uma escola bem ampla, nós temos quadra coberta, nos temos salas arejadas, mais ainda falta muita coisa para realizar os sonhos da diretora aqui e com certeza dos professores também da Educação Infantil;”**. Assim, mais do que confirmar a existência de conquistas que devem ser buscadas para as escolas do campo, a entrevistada tem plena convicção da importância de haver um cuidado e um maior investimento nestas escolas, como forma de oferecer uma educação de qualidade melhor.

São buscas incessantes para agente conseguir trazer para a nossa escola para a escola, do campo, porque eu aqui acredito e tenho a certeza e a convicção que a nossa escola, por ser do campo, ela ainda tem que ser melhor do que qualquer escola da cidade, pois os nossos alunos merecem ter uma escola de qualidade, ter um prédio uma adaptação de qualidade. Faltam ainda muitas coisas, mas já conquistamos muito. (CREUSA, DIRETORA EMJP. 2018)

A fala dessa diretora corrobora com uma grande questão que envolve muitas escolas do campo que é proporcionar adaptações adequadas às necessidades das crianças que vivem no espaço rural, o que implica na construção de escolas com infraestrutura que garanta uma educação de qualidade aos alunos, além da manutenção desses prédios escolares passando por reformas periódicas.

Essa preocupação quanto à adequação da infraestrutura para o atendimento das crianças também passa pela inclusão de alunos com deficiência, o que se torna uma preocupação da Diretora Rosilene:

Eu gostaria que ela fosse inclusiva, que ela tivesse acesso, porque nós não temos ainda uma criança que tem necessidade especial, nós já tivemos um caso, mas ela andava, então se for olhar, não temos uma escola adaptadas para receber o deficiente. Eu queria uma escola inclusiva, mas totalmente inclusiva sem que o aluno corresse qualquer tipo de risco. Nós temos alunos com deficiência, com transtorno, mas não é físico (ROSILENE, DIRETORA EMPSN. 2018).

As escolas do campo precisam de infraestrutura que realmente atenda a todos os públicos, levando acesso de forma autônoma a todos os alunos, essa preocupação é geral para a Educação Infantil e alunos com deficiências, o que garante diretamente o acesso e a permanência das crianças com autonomia no ambiente escolar.

Salas da Educação Infantil

Figura 11 - Sala da Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos (multisseriada) da Escola Municipal José Palma- Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

A única sala de aula da escola que recebe as crianças de 4 e 5 anos está localizada em frente à sala dos professores, ao lado da cantina. É uma sala ampla, com uma porta de ferro na entrada, e duas janelas com grades na lateral da sala. A primeira janela que aparece, registrada na Figura 11, fica justamente ao lado onde se encontra o tanque usado pelas cantineiras para lavarem os utensílios da cozinha. São as janelas que oferecem acesso ao lado externo do fundo da escola, as grades nas janelas funcionam como impedimento aos alunos de irem para o lado externo das salas. Segundo os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de

Educação Infantil (2006, p. 16), existe uma altura das janelas destinadas para as salas de atividade de crianças de 1 a 6 anos; “janelas com abertura mínima de 1/5 da área do piso, permitindo a ventilação e a iluminação natural e garantindo visibilidade para o ambiente externo, com peitoril de acordo com a altura das crianças, garantindo a segurança”.

O mobiliário inclui mesas e cadeiras para as crianças e a professora. Esses móveis são apropriados aos tamanhos e às idades das crianças, todos esses objetos estão em ótimo estado de conservação, pois, foram recebidos recentemente para o atendimento a crianças dessa idade.

Figura 12- Mesa e armário da sala da Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos (multisseriada) da Escola Municipal José Palma- Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

A sala de aula também possui uma mesa e um armário utilizados para guardar os materiais usados pela professora: cadernos, livros e alguns brinquedos como quebra-cabeças e bonecas usados pelos alunos. O armário está muito usado, falta uma das portas e já está sem espaço. O piso da sala é de cerâmica vermelha bem antiga, apresenta desgastes devido ao uso, sendo esta uma sala antiga da escola que não tem passado por reforma há algum tempo; tem um Cantinho da Leitura, local destinado à colocação de livros utilizados para a leitura em casa ou na sala, mas que está fora do alcance e acesso das crianças. A sala de aula tem o total de 20 alunos: com 12 crianças no primeiro período da Educação Infantil e 8 no segundo período da Educação Infantil.

Mesmo sendo uma sala ampla é possível observar que não houve um planejamento na construção para atender às crianças da Educação Infantil; entretanto, esse ambiente deve ser totalmente planejado para dar oportunidades às crianças de desenvolverem domínio e controle sobre o seu *habitat*, com instalações físicas que possam satisfazer suas necessidades (DAVID; WEINSTEIN 1987 apud CARVALHO; RUBIANO, 1995, p.112).

Podemos identificar que este planejamento não aconteceu ao verificarmos na Figura 13, a seguir, os desgastes de alguns objetos utilizados.

Figura 13-Quadro negro e decoração da sala da Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos (multisseriada) da Escola Municipal José Palma- Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

O quadro de giz ainda feito de cimento, revestido de pintura verde, está com muitas partes estragadas. A pintura da parede é antiga, está descascada e possui diversas imagens colocadas no alto, fora do alcance das crianças, mas também há tomadas elétricas ao alcance das crianças.

Uma sala de aula deve atender aos pré-requisitos estabelecidos para a Educação Infantil:

(...) piso liso, de fácil conservação, manutenção e limpeza, confortável termicamente, de acordo com as condições climáticas regionais; paredes revestidas com material de fácil limpeza e manutenção, de cores claras e alegres; quadros acessíveis às crianças e, quando possível, contemplar também quadro azulejado onde os trabalhos das crianças possam ser afixados; as prateleiras e os armários destinados à guarda de brinquedos devem ser acessíveis às crianças, mantendo-se uma altura em torno de 65 cm. Acima desta altura devem ficar os materiais de uso

exclusivo dos adultos; espaço para montagem e organização de cantos de atividades. (BRASIL, 2006, p.11-12)

Observamos ser esta uma sala de aula que até então era utilizada por alunos de outras idades e séries e que, neste momento, foi disponibilizada para o atendimento de crianças da Educação Infantil. Na decoração é possível observar o alfabeto com quatro tipos de letras, cartazes de chamadas, calendário e escrita de numerais. A sala de aula não foi construída para as crianças de 4 e 5 anos, mais do que isso, não passou por nenhuma adaptação para o atendimento com qualidade à Educação Infantil.

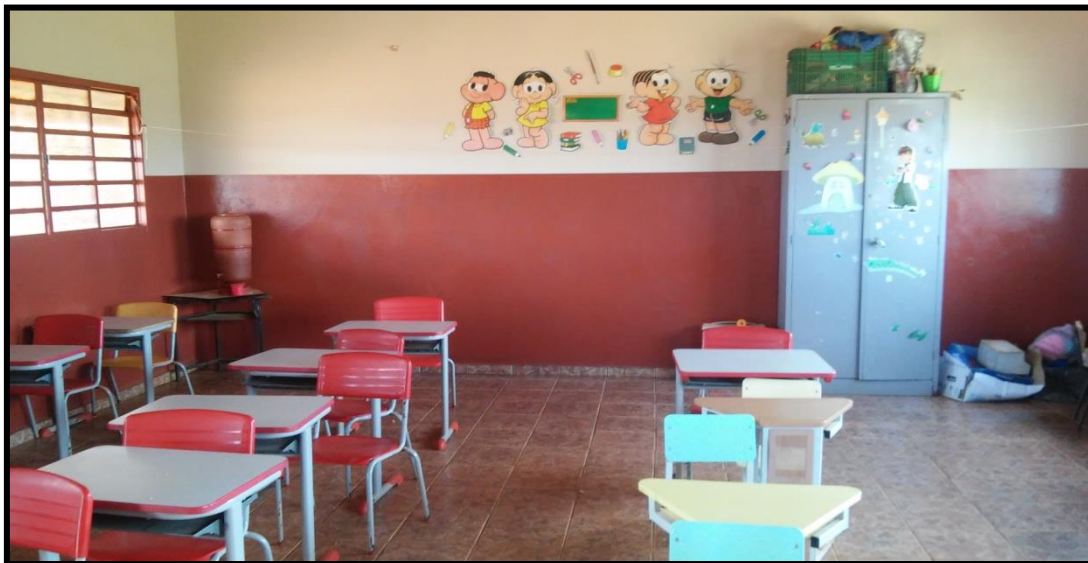
Figura 14- Sala da Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos (multisseriada) da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

Já a sala apresentada na Figura 14 aparentar ter sido construída para o atendimento de crianças da Educação Infantil, com mesas e cadeiras adequadas para serem utilizadas por crianças pequenas, muitas dessas são novas e nas cores vermelha e amarela, porém, ainda existem algumas cadeiras em formato de triângulo, consideradas antigas, devido ao fato de o número de carteiras novas ser insuficiente para o número de alunos atendidos, pois houve um crescimento na demanda nos últimos anos. A sala de aula atende o total de 18 alunos: com 11 crianças no primeiro período da Educação Infantil e 7 no segundo período da Educação Infantil.

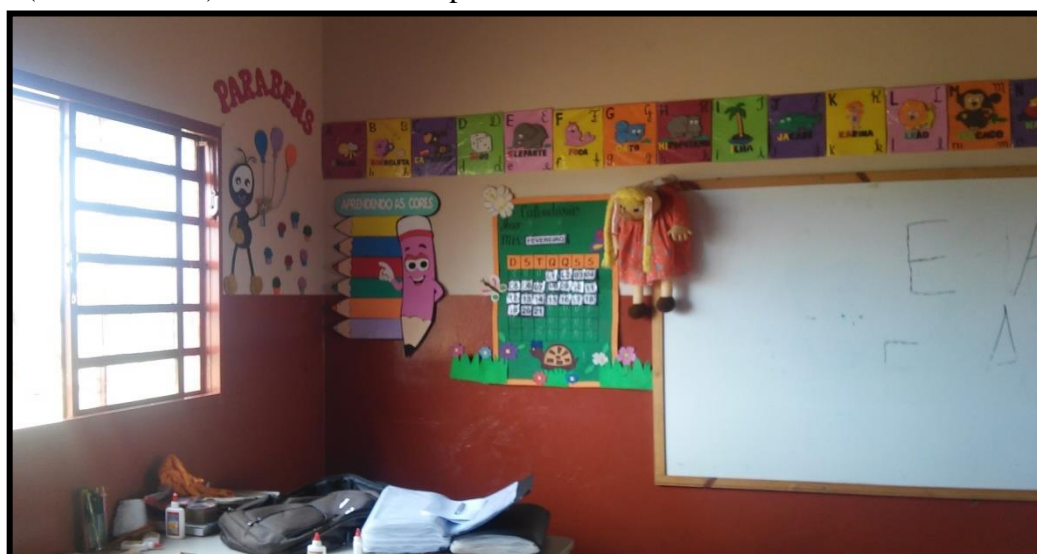
Figura 15- Pintura, parede e mobiliários da Sala da Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos (multisseriada) da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018



Fonte:Silveira (2018).

A pintura é recente e está em ótimo estado, o que é possível constatar através do brilho nas paredes, o piso é novo em cerâmica lisa, possui quatro janelas grandes, sem grades, o que torna o ambiente bem iluminado e mais arejado, com uma porta de entrada; o armário para guardar os materiais da professora regente e os brinquedos, como quebra-cabeça e jogos de encaixe, está em ótimo estado e está decorado com desenhos. Observamos ainda na parede do fundo alguns desenhos da Turma da Mônica e o filtro de água com um copo em cima de uma mesa.

Figura 16- Quadro branco e decoração da Sala da Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos (multisseriada) da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

Observamos na Figura 16 a mesa do professor, o quadro branco com escrita de pincel. Na parede, a decoração é composta por alfabeto ilustrado colorido com quatro tipos de letras, cartazes de aniversariantes e de cores, calendário móvel mensal e uma boneca de pano.

Segundo os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006), podemos ressaltar que a sala da Educação Infantil deve ser um espaço:

(...) visto como um suporte que possibilita e contribui para a vivência e a expressão das culturas infantis – jogos, brincadeiras, músicas, histórias que expressam a especificidade do olhar infantil. Assim, deve-se organizar um ambiente adequado à proposta pedagógica da instituição, que possibilite à criança a realização de explorações e brincadeiras, garantindo-lhe identidade, segurança, confiança, interações sócio educativas e privacidade, promovendo oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2006, p.16).

As salas de aula da Educação Infantil são os espaços mais utilizados pelas crianças nas duas escolas pesquisadas, é neste ambiente que elas aprendem, brincam e fazem suas refeições; ali permanecem boa parte do dia, já que as escolas não têm brinquedotecas, pátios com brinquedos ou um refeitório onde possam acontecer momentos fora da sala, tal como explicita a Diretora Creusa:

Então a gente não tem este espaço, nós não temos um parquinho, infelizmente nós não temos uma brinquedoteca e que é um sonho nos conseguirmos porque as nossas criancinhas agente quer muito que elas tenham o mesmo que as crianças da cidade têm. (CREUSA, DIRETORA EMJP, 2018)

A Diretora Rosilene também ressalta a ausência desse espaço para a brincadeira na escola Pedro Silva Neiva **“Olha a gente faz o que pode, mas falta brinquedos, podia ter um parquinho” (ROSILENE, DIRETORA EMPSN, 2018)**. Parques e brinquedotecas são espaços que possibilitam ao educador trabalhar com o lúdico através de jogos, brincadeiras e momentos de recreação, o que muitas vezes não acontece nas escolas rurais por falta de salas, brinquedos ou espaços dedicados a este propósito. Vygotsky (1998) enfatiza a importância dos brinquedos e das brincadeiras na construção e formação da autonomia das crianças em processo de desenvolvimento.

É enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento [...]. É no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de numa esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não incentivos fornecidos pelos objetos externos.

O brinquedo fornece ampla estrutura básica para mudanças das necessidades e da consciência. A ação na esfera imaginativa, numa situação imaginária, a criação das intenções voluntárias e a formação dos planos da vida real e motivações volitivas – tudo aparece no brinquedo, que se constitui, assim, no mais alto nível de desenvolvimento (VYGOTSKY, 1998, p. 135).

A Diretora Creusa, da Escola Municipal José Palma, fala que um de seus grandes sonhos é o atendimento às crianças no momento do lanche com a construção de um refeitório, ela designa tal questão como um “sonho” que busca alcançar.

(...), por exemplo, meu sonho, isso é um sonho que eu venho em busca, já foi feito projeto, está pronto este projeto mas nos não conseguimos que ele saia do papel, que é a construção do nosso refeitório, uma cantina adequada com espaço amplo para os nossos alunos, para atender nossos alunos e a gente não tem este refeitório, as nossas crianças alimentam-se nas salas mesmo, que é levado por um carrinho. (CREUSA, DIRETORA EMJP,2018)

Esta é a realidade das duas escolas, as crianças recebem as refeições na sala de aula através de um carrinho onde são colocadas as panelas com os alimentos que são distribuídos pelas cantineiras. É na sala de aula que os alunos fazem sua refeição e passam boa parte do tempo, daí a importância de se ter um ambiente amplo, arejado e prazeroso onde os alunos possam dispor de espaço para a realização de atividades durante o tempo em que permanecem na escola, mas o ideal é que as crianças pudessem circular e utilizar todos os espaços escolares.

Corredores e Pátio

Figura 17- Corredor de acesso a Sala da Educação Infantil da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018



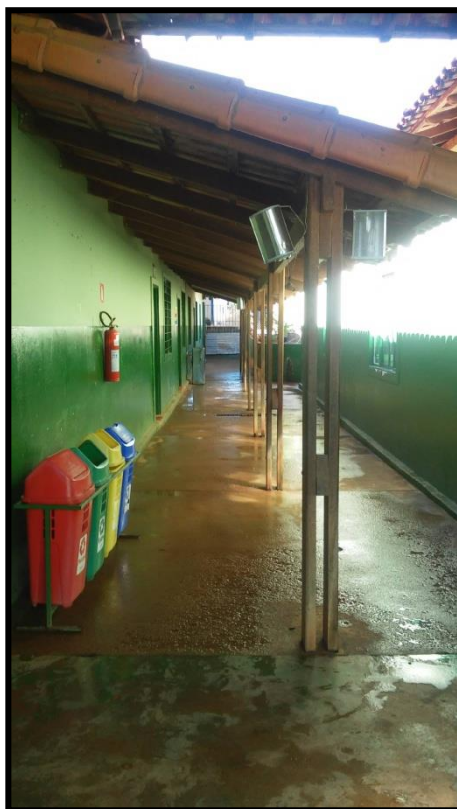
Foto: Silveira (2018).

Analisando a Figura 17, que apresenta os corredores da Escola Municipal José Palma, visualizamos o primeiro corredor na entrada da escola, passando ao lado da secretaria, direção e supervisão, chegando à sala da Educação Infantil, que está localizada próxima ao bebedouro e em frente à sala dos professores; a atenção está na grade, que se encontra na entrada da secretaria escolar, e permanece boa parte do tempo semiaberta, podendo provocar um acidente com um aluno que possa estar passando desatento.

O espaço da escola deve ser seguro e deve favorecer a ampla circulação das crianças, tanto nas salas de aula, quanto no pátio externo, na sala de refeições, banheiros etc. É fundamental que as crianças conheçam o espaço e nele se movimentem livre e organizadamente. (KRAMER, 1993, p. 74)

Este problema da falta de segurança para as crianças transitarem pelos corredores da Escola Municipal José Palma persiste nos demais corredores:

Figura 18- Segundo corredor da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

Na Figura 18 observamos o corredor de acesso às salas do primeiro e segundo ano das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e o portão de acesso à quadra, evidenciamos seis colunas de madeiras que sustentam o telhado e que ficam no meio do corredor, o piso desse corredor foi feito de cimento. Podemos observar neste corredor, 4 lixeiras e 1 extintor de incêndio na parede. Estas colunas estão no corredor de acesso às salas de aulas e no portão de saída da escola em destino à quadra de esporte, onde acontece o recreio das crianças da Educação Infantil ao quinto ano das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, portanto, as colunas são obstáculos que impedem a circulação das crianças que correm e podem se machucar nos mesmos.

Figura 19- Terceiro corredor da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018

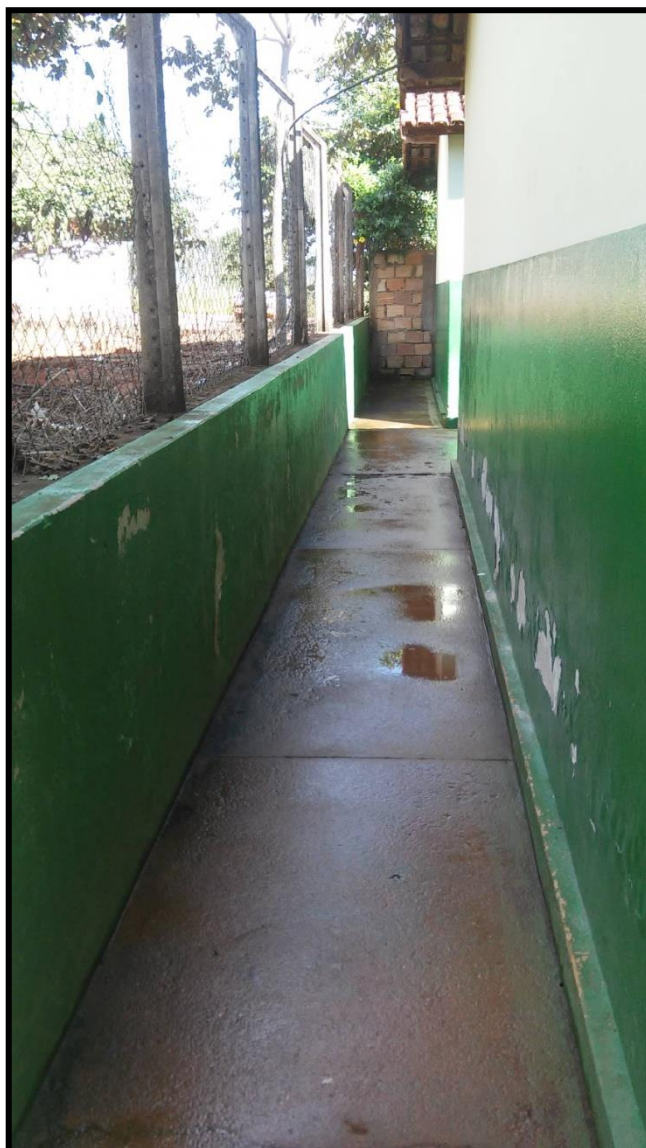


Foto: Silveira (2018).

Já a Figura 19 apresenta o corredor que fica atrás da biblioteca, é um espaço estreito, porém não há obstáculos, como nos outros corredores, que impedem os alunos de transitarem por ali. Nas paredes, observamos o desgaste da pintura, como era perceptível na entrada da escola, o que comprova a necessidade de uma reforma na pintura. Podemos ver ao fundo deste corredor um muro de tijolos, este muro ainda não recebeu nenhuma cobertura, ficando sem acabamento, foi construído para fechar o corredor que daria acesso à parte externa da escola, impedindo a saída dos alunos durante o horário de aula.

Figura 20- Pátio interno e coberto e palco da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

Outro problema espacial evidente foi registrado na Figura 20 que mostra o pátio interno da escola em torno do qual estão localizadas as salas do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental e as turmas do Ensino Médio. É possível observar que neste espaço existem várias colunas de sustentação do telhado de ferro e cimento, trata-se de um espaço utilizado em momentos de recreio e demais atividades, mas que também possui muitos obstáculos para a circulação de crianças.

Ali os alunos podem correr e bater nas colunas causando fraturas e lesões. Nesse pátio, há uma escada que dá acesso a um pequeno palco utilizado para apresentações artísticas, este espaço possui várias quinas perigosas em caso de quedas das crianças, também é possível visualizarmos no fundo do pátio, à esquerda, uma mesa grande de *ping-pong* usada no recreio.

Todos estes obstáculos impedem o acesso com segurança e liberdade aos corredores e pátio da escola. A todo o momento é necessário que as crianças tenham muito cuidado, desviando-se de portas, colunas, escadas e até mesmo dos demais colegas, comprometendo seu deslocamento com autonomia dentro do ambiente escolar.

Figura 21- Corredores da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

Podemos observar na Figura 21 que a escola não tem um pátio interno delimitado. A escola em formato de L é voltada para um grande espaço aberto sem pavimentação e paisagismo, escadas ou uma área interna, sucessivamente estão as demais salas de aula, os banheiros e já ao final do corredor; à direita da foto, está a cantina.

Apesar de a escola não ter um pátio interno e espaço externo adequado ao desenvolvimento infantil, os corredores da escola, revestidos com piso de cimento vermelho e compostos por varandas cujo telhado é sustentado por colunas de cimento, são espaços acessíveis e livres aos alunos, podendo ser utilizados com segurança, sem que esbarrem ou tropecem em obstáculos, podendo ali se deslocar e brincar com autonomia. Porém, evidenciamos uma grande ausência do que é bastante necessário: árvores e paisagismo que pudessem proporcionar sombras, parquinho coberto e revestido com piso de areia, adequado ao brincar das crianças. Encontramos uma única cobertura no pátio, uma tenda pequena de vinil, sustentada por armações de ferro na frente do segundo corredor, um local improvisado para as crianças utilizarem nos momentos de recreação, porém, com um espaço muito limitado e montada sobre o cascalho de pedra.

Banheiros

Figura22 - Banheiros feminino e masculino da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

Os banheiros estão localizados próximos às salas de aula do sexto ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, ao lado do pátio, o feminino está na entrada da escola em direção ao pátio, e o masculino está no lado oposto, perto da sala dos professores. Identificados com a descrição “BANHEIRO FEMININO” com flores e “BANHEIRO MASCULINO” sem desenhos ou qualquer outro símbolo. A entrada desses banheiros possui uma porta e uma grade utilizada para trancar os mesmos, contrariando o que sugere os Parâmetros de Qualidade de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) sugerindo que “a entrada das portas e das cabines sanitárias individuais não devem conter chaves ou trincos” possibilitando ao aluno o livre acesso ao espaço. (2006, p.20)

Durante a observação que realizamos e em conversa com a Diretora Creusa da EMJP, ela nos relatou que as grades foram colocadas nos banheiros para que os alunos tivessem acesso apenas com autorização e supervisão do professor, pois os alunos maiores faziam uso de entorpecentes nesse espaço. Esta medida foi tomada por um tempo, porém, logo foi revogada, ficando a porta novamente aberta e acessível para todos.

Os banheiros possuem uma única janela com moldura feita de tijolos furados, esta se encontra no alto da parede ao lado da porta, contrapondo-se às exigências para o atendimento à Educação Infantil com “janelas com abertura mínima de 1/8 da área do piso, permitindo a ventilação e a iluminação natural” (BRASIL, 2006, p. 20); os banheiros da escola são escuros e não têm ventilação adequada, além de serem em quantidade insuficiente para 400 alunos.

Figura 23 - Sanitários dos banheiros da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

No interior há quatro vasos sanitários com repartição e portas para cada um dos assentos sanitários, contudo, o tamanho dos vasos sanitários é inapropriado para as crianças da Educação Infantil, que não conseguem utilizá-los sem a ajuda de um adulto, o mesmo acontece com as válvulas de descargas, que estão localizadas no alto e com difícil acesso para crianças menores, além de serem duras para serem apertadas por elas.

Figura 24 - Lavatórios dos banheiros da Escola Municipal José Palma – Paracatu - MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

O mesmo problema relatado quanto à altura dos vasos sanitários para as crianças da Educação Infantil também acontece em relação às quatro pias com torneiras de metal dos banheiros; devido as suas alturas, as crianças pequenas não conseguem alcançar as torneiras para realizarem a higienização das mãos logo após o uso dos sanitários. Podemos observar os encanamentos das pias expostos e estas são sustentadas apenas por parafusos na parede, não há um suporte na parte de baixo da pia, o qual cobriria o cano de água e sustentaria a mesma, proporcionando maior segurança às crianças.

Ao conversarmos com a Diretora Pedagógica do Município, Edna, ela nos relatou sobre a preocupação e o cuidado com as crianças ao fazerem uso do banheiro em comum com os demais alunos maiores; **“Até mesmo o banheiro a gente tem que ter o cuidado muito grande para essa criança, dele ir ao banheiro em horários assim diferenciados, isso ainda é uma preocupação.”** Ela explicitou a necessidade de haver um banheiro para o atendimento seguro às crianças da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental I, mas que esse seja construído com adaptações de sanitários e lavatórios com tamanho apropriado às crianças. Essa é uma preocupação também da Diretora Creusa com a construção de banheiros para a Educação Infantil:

Falta adaptação, nós não temos um banheiro adaptado separadamente para as nossas crianças pequenas, tanto o aluno de quatro aninhos até o Ensino Médio usa o mesmo banheiro (...) urgente, urgentíssimo banheiros para as nossas crianças, separar as nossas crianças dos nossos adolescentes e dos nossos adultos. Porque no Ensino médio nós temos alunos ai de 20, 21 anos que utilizam o mesmo banheiro de nossas crianças de quatro anos. Já foi pedido, eu já convoquei a secretaria de educação, já conseguimos esse... já tá com mais de três anos que tem feito a planilha, tem feito o projeto para construção deste banheiro e este banheiro não foi construído e até hoje a gente não conseguiu. Então é de urgência, de emergência, é o que muito me preocupa a questão dos banheiros. (CREUSA, DIRETORAEMJP, 2018)

A Diretora deixa clara a sua preocupação com o uso em comum destes banheiros entre crianças e adolescente, mencionando que já fez o pedido para a construção desse espaço, mas os projetos não tinham sido colocados em prática, mesmo sabendo que este é um problema urgente que deve ser solucionado para o atendimento às crianças da Educação Infantil, que necessitam a todo o momento da ajuda do professor para terem acesso aos banheiros da escola.

Figura 25 - Banheiro masculino e feminino da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

Em relação aos banheiros desta escola, os mesmos estão no corredor de acesso às salas de aula, um ao lado do outro, em sequência; o banheiro de meninos e o de meninas são identificados com desenhos de menino e menina sobre as portas e não por escrita, o que facilita a identificação pelos alunos menores que não sabem ler.

Figura 26 – Divisão dos sanitários do banheiro masculino da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

No interior possuem cinco vasos sanitários devidamente repartidos por divisórias de ardósia e com portas de ferro. O banheiro está revestido com cerâmica no chão e nas paredes, porém, a encanação apresenta-se exposta, tal como é possível ver acima das divisórias.

Figura 27 – Sanitário do banheiro feminino da Escola Municipal Pedro Silva Neiva – Paracatu - MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

Os mesmos problemas relatados na escola anterior persistem na Escola Pedro Silva Neiva, conforme observamos na Figura 27, com o tamanho inadequado de vasos sanitários para as crianças da Educação Infantil, o que impede o uso independente, necessitando da ajuda de um adulto, na maioria das vezes, dos professores. Há ainda a condição precária das descargas dos sanitários com a válvula descoberta e sem proteção, esses equipamentos também estão fora do alcance dos pequenos, podendo fazer com que a criança se arrisque ao subir no vaso com a finalidade de alcançar e acionar a descarga.

Figura 28 – Pias dos banheiros da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

Os banheiros feminino e masculino possuem três pias cada um, em louça branca, sustentadas por suportes, com torneiras de metal; estas pias também se encontram em altura elevada para as crianças menores, impossibilitando-as de usar para lavar as mãos e realizar a devida higienização.

O que devemos ressaltar é a necessidade real da construção de banheiros adequados para as crianças da Educação Infantil nas escolas pesquisadas; porém, estes não podem ser qualquer um, conforme o que estabelece os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006, p.30):

Nos banheiros, a autonomia das crianças vai estar relacionada à adaptação dos equipamentos às suas proporções e alcances; reservar especial atenção com a prevenção de acidentes, utilizando piso antiderrapante, principalmente próximo às áreas do chuveiro, e cantos arredondados dos equipamentos. (BRASIL, 2006, p.30)

São locais que devem atender às necessidades dos alunos da Educação Infantil, com sanitários e pias de acordo com o tamanho das crianças e de uso exclusivo delas, sem que precisem, a todo o momento, recorrer à presença de um adulto. Frago (1998, p. 75) destaca sobre a funcionalidade do espaço: “o espaço não é neutro. Sempre educa”, neste sentido, para que os espaços utilizados pelas crianças tornem-se educativos é necessário haver adequação para o uso e a independência em sua utilização, procurando proporcionar autonomia e

liberdade na busca por novas descobertas dentro das suas necessidades, o que contempla o seu dia a dia no ambiente educacional.

Bebedouros e Filtros da água

Figura 29 – Bebedouro da entrada da Escola Municipal José Palma – Paracatu-MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

Os bebedouros utilizados pelos alunos estão todos centralizados ao lado das salas da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Existem dois bebedouros feitos de metal fornecendo água gelada, o primeiro localiza-se na entrada da escola, entretanto, fica inadequadamente próximo às lixeiras de coleta seletiva. A proximidade do bebedouro com a lixeira compromete os devidos cuidados com a higiene, podendo haver contaminação do líquido que está sendo consumido depois de manipular o lixo que ali se encontra próximo ao bebedouro.

Figura 30– Bebedouro do corredor da Escola Municipal José Palma – Paracatu - MG 2018



Foto: Silveira (2018).

O segundo bebedouro de metal com as mesmas características do anterior fica no corredor de acesso à quadra de esporte, ao lado das salas de aula. Foi possível constatar que, dentre os dois bebedouros de metal da escola, apenas o primeiro, apresentado na Figura 30, foi devidamente instalado e está sendo utilizado; o bebedouro que aparece na Figura 31 está sem instalação. Chamamos a atenção, nesse caso, para o fato de que esse bebedouro é o que tem uma parte com altura adequada à utilização das crianças menores, porém, o mesmo não funciona.

Figura 31– Bebedouro localizado ao lado da cantina da Escola Municipal José Palma- Paracatu-MG – 2018

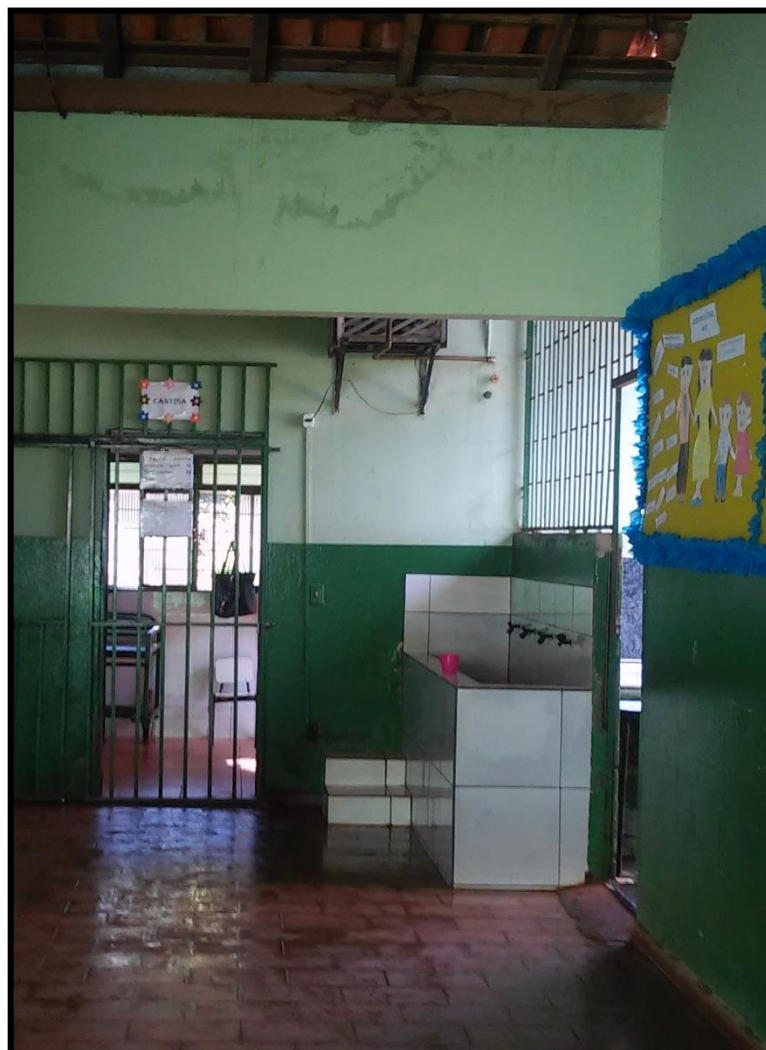


Foto: Silveira (2018).

Por fim, o terceiro bebedouro da escola, o maior deles, está localizado ao lado da cantina, é revestido de cerâmica e possui uma escada de dois degraus para o acesso de crianças menores, e quatro torneiras de plástico, que também fornecem água gelada. Os alunos utilizam este bebedouro, isso devido ao fato de o bebedouro localizado perto da sala não estar funcionando. As torneiras de plástico, conforme é possível observar na figura, estão viradas para cima, posição esta deixada pelos alunos maiores, a fim de que possam beber água diretamente na torneira, isso por que não há copos ou garrafinhas suficiente disponíveis aos alunos. Com isso, as crianças da Educação Infantil procuram utilizar o bebedouro usando a escada e se debruçam sobre ele para alcançarem a torneira com a boca, copo ou garrafinha.

FIGURA 32 – Filtro de barro localizado ao lado da cantina da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG 2018.



Foto: Silveira (2018).

Observando a Figura 32 registramos que a Escola Municipal Pedro Silva Neiva não possui bebedouros externos destinados às crianças. O que vemos é a presença de um filtro de barro no corredor e um em cada sala de aula com um copo utilizado por todos os alunos, incluindo os da Educação Infantil. O filtro posicionado no corredor externo está em cima de uma mesa de plástico e madeira e foi colocado em um local estratégico perto da cantina, para que se possa repor a água para ser filtrada a todo o momento.

Figura 33 - Filtro na sala de aula Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG 2018

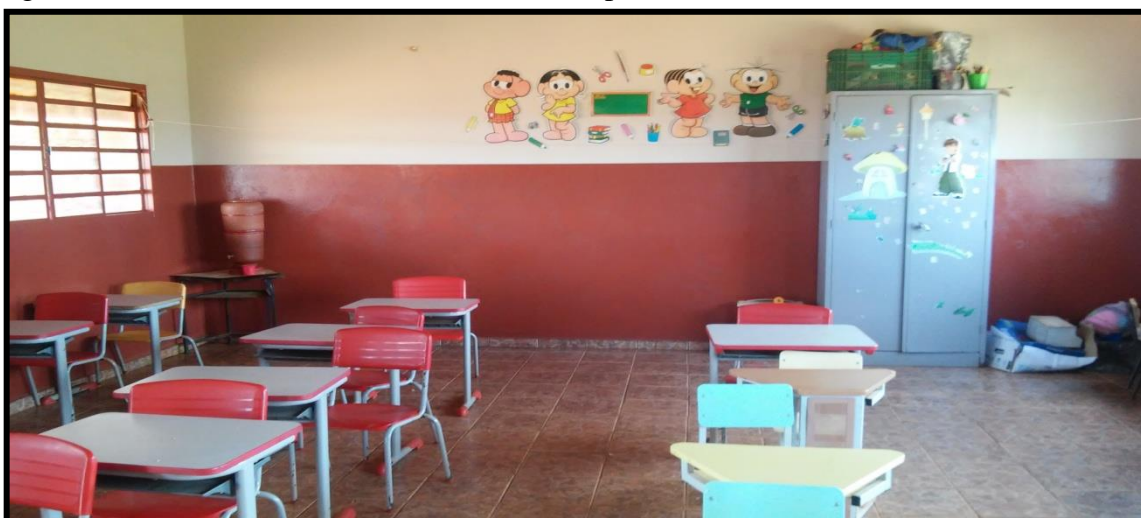


Foto: Silveira (2018).

Existem filtros de barro também nas salas de aula, tal como podemos ver no canto esquerdo da foto da sala da Educação Infantil, na Figura 33; o filtro se encontra em cima de uma mesa e possui um único copo para que todas as crianças possam usar e beber água.

Quadras de Esportes

Figura 34– Quadra de esportes da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

A quadra esportiva da escola tem um excelente espaço amplo e arejado; é toda coberta de zinco, com um portão na entrada, arquibancada em dois degraus, é cercada com tela, está pintada, possui um palco, banheiros feminino e masculino, porém, os estes apresentam os mesmos problemas relatados anteriormente para aqueles que ficam dentro da escola, com altura de vasos e pias incompatíveis com os alunos da Educação Infantil; também possui bebedouro de cerâmica com três torneiras de plástico com água gelada, esse também é alto e de difícil acesso aos alunos menores.

A quadra, apesar de ter sido construída recentemente, no ano de 2013, período em que já havia o atendimento à Educação Infantil, não apresentou a preocupação de acrescentar adaptações para o atendimento aos alunos da Educação Infantil.

A quadra é conservada pela escola e pela comunidade, que também faz uso da mesma, principalmente aos finais de semana com jogos e campeonatos de futebol realizados por moradores da comunidade local.

Figura 35– Portão de acesso à quadra de esporte da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

Notamos na Figura 35, apresentada anteriormente, um portão de grade verde revestido com arame farpado e folha de zinco, este portão está na saída do corredor das salas de aula em direção à quadra de esporte, os alunos fazem este trajeto todos os dias para o recreio e as aulas de Educação Física. Com isso, existe perigo constante com a passagem das crianças por esse portão feito com arame e zinco, materiais cortantes e perfurantes, que podem ocasionar acidentes e ferimentos.

Figura 36– Escada de acesso da quadra de esporte da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

Logo após o portão do corredor das salas de aula, em direção à quadra de esportes, existe uma escada de acesso que possui seis degraus, aparentemente é bastante perigosa aos alunos, principalmente da Educação Infantil, que podem cair ou rolar ali, seja no momento de saída ou de entrada para a quadra, principalmente com a movimentação de vários alunos correndo e passando ao mesmo tempo. Quando pensamos num atendimento de qualidade às crianças da Educação Infantil nos referimos às produções de pesquisadores da área e a documentos como os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006), que acentua que “a criança deve cada vez mais se apropriar do

ambiente. As áreas de brincadeira deverão oferecer segurança, sem serem limitadoras das possibilidades de exploração do universo infantil.” (BRASIL, 2006a, p. 28), o que de fato não acontece nessa escola.

Figura 37– Localização da quadra de esporte da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

Como podemos observar na Figura 37, a quadra de esportes está localizada na frente do prédio da escola, do lado direito da entrada, um pouco mais distante do prédio da escola. Para ter acesso a essa quadra é necessário andar alguns metros, passando entre os arbustos e o capim da área externa da escola, o que não é seguro para os estudantes, especialmente para as crianças da Educação Infantil.

Figura 38– Quadra de esporte da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

Trata-se de uma quadra ampla, com estrutura de construção parecida com a da Escola Municipal José Palma, isso devido ao fato desta quadra ter sido construída no mesmo ano, em 2013; é cercada por tela, possui 02 banheiros (feminino e masculino), 01 bebedouro, palco, escada, arquibancada e é toda pintada, em bom estado de uso e conservação, porém, a quadra não recebeu cobertura. Sobre este problema, a Diretora Rosilene mencionou que: **“Nos estamos aguardando, o ano passado vieram, mediram e disseram que voltariam, tem uma firma que ganhou a licitação, eles viriam para cobrir, mas infelizmente passou o ano e esse ano até agora nada” (ROSILENE, DIRETORA EMPSN, 2018)**. Enquanto não é solucionado esse problema, os alunos praticam atividades esportivas em um ambiente muito quente, exposto ao sol, sem sombras ou árvores nos arredores para amenizar o calor, sendo essa quadra o único espaço para a prática de esportes e brincadeiras nessa escola.

Figura 39 – Capim nos arredores da quadra de esportes da Escola Municipal Pedro SilvaNeiva - Paracatu-MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

A preocupação com o acesso das crianças à quadra envolve também o capim alto que a circunda e a existência de alguns insetos e animais peçonhentos, como aranhas, escorpiões e cobras; a atenção também se encontra voltada para o caminho da escola até a quadra, para a declividade acentuada de um barranco, que pode ocasionar quedas no cascalho. Já no interior não só desta quadra, mas também da outra anteriormente analisada, a preocupação está no

cuidado com as crianças em relação à altura do palco e da escada, devendo haver cuidados com a utilização destes espaços pelas crianças.

Bibliotecas

Figura 40– Biblioteca da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018



Foto: Silveira (2018).

A biblioteca escolar “pode ser compreendida como um espaço de expressão e aprendizado” (SILVA; BORTOLINI, 2006, p. 28); é um espaço de produção de conhecimento, devendo ser de fácil acesso ao educando. Para Corrae et al. (2002, p. 110), a biblioteca deve ser um instrumento de fundamental importância ao apoio didático-pedagógico e cultural, permanecendo vinculada ao processo de ensino-aprendizagem com a mediação do professor.

A sala em que está localizada essa biblioteca é ampla e arejada, composta de três janelas grandes, duas delas com grades, tem pintura conservada, é forrada de PVC, possui duas prateleiras de metal, quatro prateleiras de madeira, dois armários de metal, uma mesa para o funcionário e duas mesas com quatro cadeiras de plástico, cada uma delas para os estudantes; ela se encontra em um local de fácil acesso a todos os alunos. A biblioteca possui apenas duas mesas, com o total de oito cadeiras altas para os alunos, o que deixa evidente que essa sala, além de não receber crianças da Educação Infantil, não tem mobiliário suficiente para receber os demais alunos para leituras, pesquisas e/ou estudos.

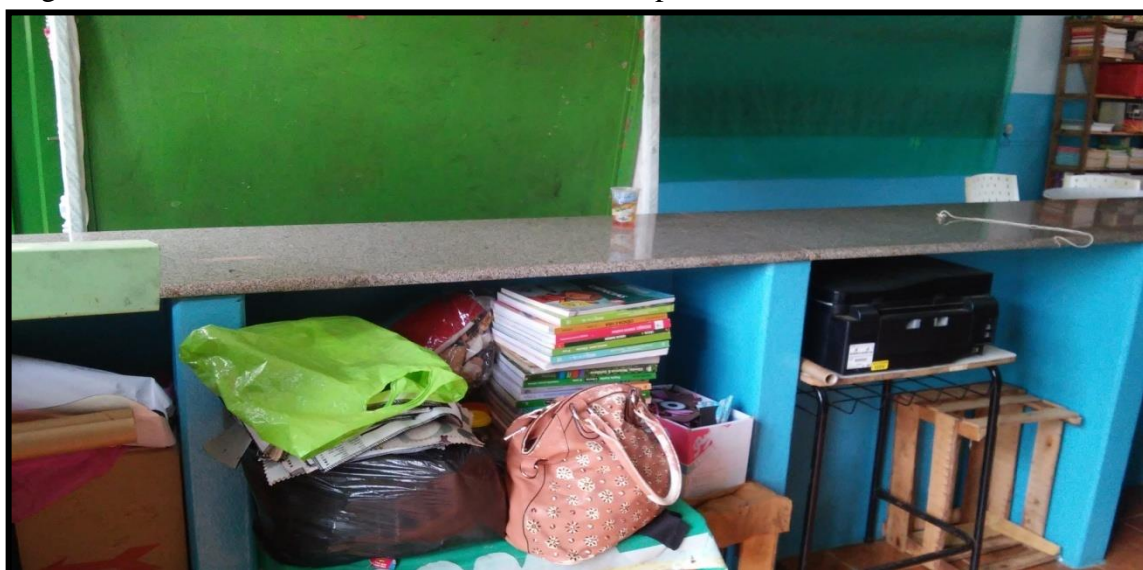
Figura 41– Acervo de livro da biblioteca da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

Já o acervo de livros dispostos na biblioteca, em sua maioria, é composto por livros didáticos, coleções de enciclopédia, mapas, dicionários e poucos livros literários colocados em apenas uma parte da prateleira de madeira para serem utilizados pelos alunos. Existem ali muitas caixas e materiais guardados, como bolas, tapetes usados, cadernos velhos, caixotes, máquina de escrever, colchões, roupas, caixas vazias e outros objetos, muitos deles sem utilidade, o espaço é como se fosse um depósito. É possível observar que a organização das prateleiras impede a passagem de crianças e demais alunos no interior da biblioteca.

Figura 42– Balcão na biblioteca da Escola Municipal José Palma - Paracatu-MG – 2018

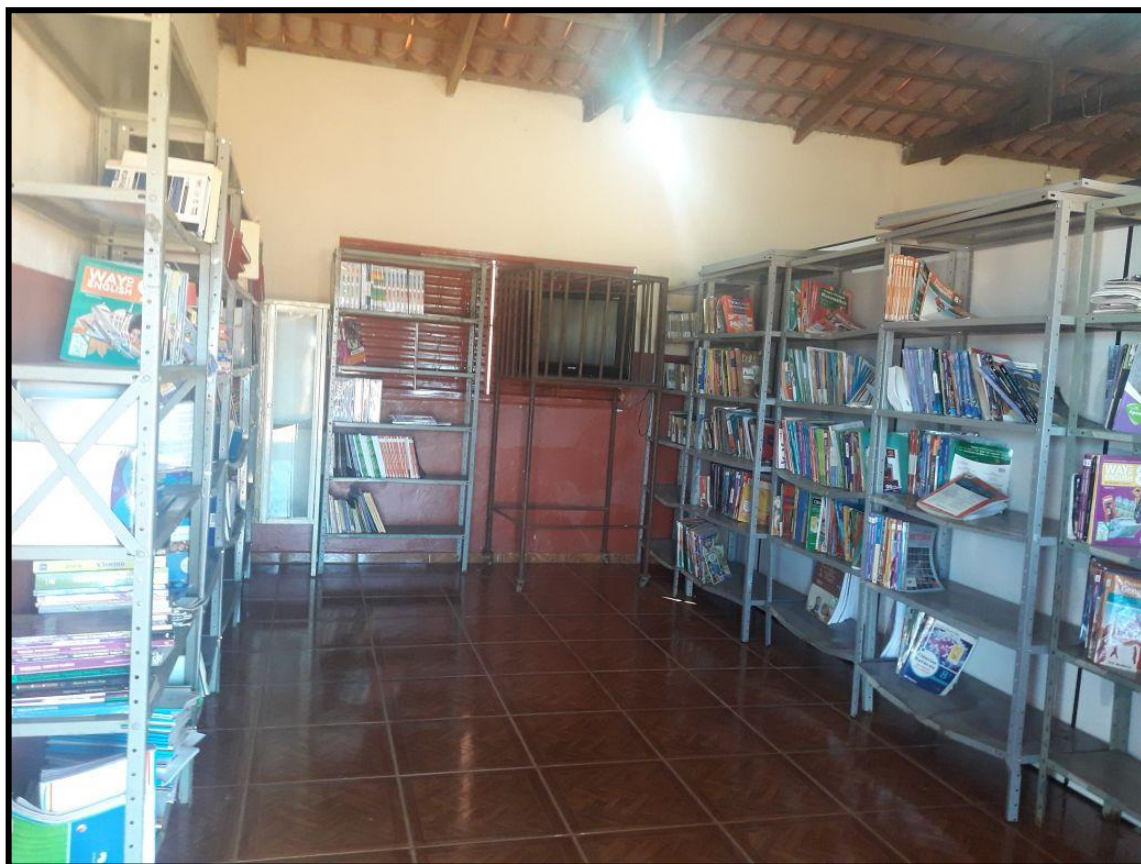


Fonte: Silveira (2018).

Como o impedimento ao livre uso da biblioteca pelos alunos, existe um grande balcão de pedra (em mármore) e uma mesa horizontalmente colocada que impedem a passagem para o interior sem autorização da funcionária; os livros e materiais guardados naquele espaço são usados somente de acordo com o interesse dos professores. A forma como a biblioteca está organizada contraria o proposto pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 68), pois, de acordo com esse documento, a estrutura do espaço, a organização dos materiais, a qualidade e a adequação destes são essenciais para um projeto educativo.

Na biblioteca, a ausência de acessibilidade para as crianças é evidente. Não existe um espaço prazeroso que instigue as crianças à leitura e à pesquisa; a biblioteca é sem decoração, desenhos, pinturas ou livros de literatura infantil que proporcionem um incentivo à leitura, sem falar da ausência de mesas e cadeiras adequadas. Trata-se de um espaço formal dedicado a reservar e a guardar livros didáticos e mesmo outros materiais didáticos disponíveis aos professores.

Figura 43– Biblioteca da Escola Municipal Pedro Silva Neiva - Paracatu-MG – 2018



Fonte: Silveira (2018).

A sala dedicada à biblioteca da Escola Pedro Silva Neiva está localizada ao lado da sala onde funcionam a direção, a supervisão, a secretaria e a sala dos professores, sendo todos esses setores estabelecidos em uma única sala. A biblioteca também está localizada em uma única sala, repartida por divisória, onde também funciona a sala do oitavo ano do Ensino Fundamental; no interior do espaço da biblioteca o que vemos é uma janela fechada, com nove prateleiras de aço, um pequeno armário de aço e vidro utilizado para guardar cadernos e kit de primeiros socorros e uma televisão dentro de um suporte, que é utilizada com os alunos.

Esse ambiente é pouco iluminado, já que a janela é mantida sempre fechada e a biblioteca possui uma única lâmpada. Não há cadeiras e mesas para usuários, permitindo-nos concluir que o espaço não é utilizado pelos alunos, é mais um local para guardar livros didáticos. Não há nenhuma decoração ou mesmo demonstração de que este espaço seja utilizado para fins de leitura e pesquisa, principalmente, por ser bem pequeno e haver uma sala de aula no mesmo espaço.

Segundo o Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1994), a biblioteca escolar é um espaço importante, ela proporciona informação e ideias que são necessárias ao funcionamento da sociedade através de

informações e conhecimentos, levando aos alunos aprendizagem ao longo da vida, contribuindo para o desenvolvimento da imaginação ea construção de cidadãos responsáveis.

Prestes a chegar ao prazo final de 10 anos da Lei Federal 12.244 de 2010, que estabelece a universalização das bibliotecas em todas as escolas do Brasil, sob os cuidados de um bibliotecário até 2020, notamos que os avanços efetivos nessa direção ainda são muito pequenos.

A Diretora da Escola Pedro Silva Neiva menciona sobre a biblioteca para as crianças com a disponibilidade de livros; **“Acho que podia começar pela biblioteca adequada para as crianças. Porque hoje nós temos uma biblioteca improvisada mais a maioria dos livros que nós temos na biblioteca são livros didáticos.” (ROSILENE, DIRETORA EMPSN, 2018)**. Este é um dos problemas evidentes nas entrevistas. Existe uma demanda mais que necessária de bibliotecas que realmente atendam aos alunos não só com espaço físico arejado, tal como o registrado na Escola Municipal José Palma, mas com livros de literatura, mobiliário, iluminação e disposição de prateleiras, mantendo um ambiente adequado, convidando os alunos à utilização do espaço, estimulando a leitura e a pesquisa.

Em entrevista com a Diretora Rosilene, da Escola Municipal Pedro Silva Neiva, esta relatou outro problema que estava ocorrendo e que não passou despercebido pela Diretora dessa escola do assentamento: a necessidade de um poço artesianos que fornecesse água potável para a escola, sem que precisasse passar pelas dificuldades que, segundo ela, são rotineiras em todo o começo de ano letivo, que é a falta de água.

Todo o início de ano o principal desafio que a gente tem aqui é problema com água. Tem chuva na região e aqui é uma região alta que cai muito raio, nosso problema é queimar a bomba do poço e fica até dois meses nesta situação sem água, como você mesmo está vendo hoje, Isso aqui é uma coisa comum infelizmente, esse ano tá um pouco mais complicado porque a turma deste ano é bem maior que a do ano passado e acaba prejudicando mais, o pior aqui é a falta da água.(ROSILENE, DIRETORA EMPSN, 2018)

Esse problema afeta diretamente o funcionamento da escola; a Diretora ainda comenta sobre a quantidade de alunos que dependem do fornecimento de água potável na escola no ano de 2018: **“nos temos a sala da educação infantil com 18 alunos e a sala mais cheia que é a do oitavo ano com 20, e nós ainda estamos no início do ano.” (ROSILENE, DIRETORA EMPSN, 2018)**; com isso, observamos que a escola recebe um número

considerável de alunos e a falta de água potável agrava a situação da mesma, interferindo na permanência dos estudantes que padecem com as condições mínimas necessárias para se manterem na escola, como o fornecimento de água.

Durante as observações que realizamos, foi possível verificar que na Escola Municipal Pedro Silva Neiva não havia água nem mesmo para consumo pessoal dos alunos e dos funcionários, a Diretora, como solução para esse problema, solicitou a uma cantineira que fosse juntamente com o motorista no seu transporte buscar água insuficiente em recipientes no vizinho mais próximo, porém, como não havia água para fazer o lanche, os alunos alimentaram-se de uma fruta, banana ou maçã, sendo posteriormente liberados 1h30 min mais cedo, antes do horário regular do final das aulas. A Diretora Rosilene relatou aos funcionários e a nós que não seria permitido sair mais cedo, mas diante da falta de água, segundo orientações da Secretaria Municipal de Educação, para ser contado como dia letivo escolar é necessário que os alunos tenham no mínimo 40 minutos de aula regular, enfatizando que a carga horária dos alunos dessa escola é de 50 minutos, com cinco aulas por dia e mais 20 minutos de recreio.

Mesmo diante da realidade com a falta de água, era necessário cumprir a parte burocrática da legislação que vinha da Secretaria, os alunos estavam sem água para beber, usar o banheiro e para as cantineiras fazer o lanche; mesmo assim, para não perder o dia letivo, era necessário que os alunos permanecessem na escola, com o mínimo de água buscada no vizinho pelos funcionários, até o término do horário mínimo proposto, a fim de que não necessitassem repor a aula em outro dia, que seria no sábado. Com isso, verificamos que a escola não tem autonomia para tomar as suas decisões, de acordo com a realidade que enfrenta. Esses são problemas peculiares das escolas rurais, porém, também se precisa cumprir e respeitar regras para as escolas da cidade.

Para suprir o problema de falta de água, a Diretora Rosilene da EMPSN aponta que depende da ajuda e contribuição dos moradores locais:

É até o ano passado à gente conseguia uma pipa de um vizinho nosso aqui, ele sempre nos emprestou a pipa e agente colocava água que dava para limpeza, e para fazer a comida, a gente sempre trouxe. E esse ano ele infelizmente, ele fura poços artesianos então foi furar um poço artesiano e deu problema e ele não tá aqui, por isso ela não está a que na escola, mais todo ano é essa pipa que ajuda. (ROSILENE, DIRETORAEMPSN, 2018)

A comunidade é uma parceira nestes momentos de problemas, contribuiu e contribui para o funcionamento da escola, colaborando como pode na manutenção da mesma e procurando amenizar problemas que possam surgir.

Para a resolução dos problemas que afetam as escolas rurais é necessária a intervenção e apoio da Prefeitura, com a disponibilização de verbas e profissionais. Para conseguir resolver os problemas da escola, a Diretora Rosilene nos relata que recorre à Secretaria de Educação do Município; **“Com o apoio da secretaria a gente consegue mais acesso, principalmente na questão da água, quando a secretaria se envolve consegue arrumar mais depressa.”** Assim, a Secretaria intermedeia a resolução do problema e busca recursos junto à Prefeitura, que trabalha através de licitações.

Sabemos que muitas dificuldades encontradas no campo são atribuídas à falta de verbas e as Diretoras das escolas sabem que essa realidade afeta diretamente as escolas localizadas no campo, que esbarram na burocracia, o que atrasa ou dificulta o atendimento às necessidades para construir uma educação de qualidade.

Olha na verdade são as dificuldades da gente conseguir realizar os sonhos, por causa de questão de dinheiro, verba. Tudo é muito difícil, tudo o que você busca, que você tenta, sempre tem a questão: - “Ai tem que fazer licitação”, “Hoje a gente está atendendo uma outra escola” Então assim, falta mesmo, é questão da falta de verba, porque o prefeito tem interesse ele ajuda, ele faz muitas coisas, mas acaba faltando o que a gente realmente precisa para adaptação.(CREUSA, DIRETORAEMJP, 2018)

Neste sentido, o que podemos constatar é que as Diretoras pesquisadas têm plena convicção das necessidades das escolas do campo, muito mais do que isso, sabem que estas escolas devem ser tratadas como espaço de direito para o desenvolvimento das crianças e a efetivação da autonomia do sujeito em construção. Na busca incessante por uma educação de qualidades das pessoas que vivem no e do campo, os gestores são profissionais que vivenciam de perto a realidade e veem as necessidades que devem ser sanadas nestas instituições espalhadas por todo o Brasil.

A Diretora Creusa não deixa de explicitar um avanço considerável que tem acontecido durante os últimos anos por parte da Prefeitura no local de atendimento da educação, como a construção de escolas na cidade, mas deixa claro que as escolas na zona rural têm muito pelo que lutar, apesar de já terem conquistado algumas demandas para a Educação infantil:

Várias escolinhas já foram construídas com os pró-infâncias¹⁶, estão havendo mais construção, mas no campo eles precisam sim, ter um olhar diferenciado, porque até no momento ainda não tem, eu ainda sei que nenhuma de nossas escolas do campo tem banheiro separado para as crianças, essas crianças do fundamental I e da educação infantil deveriam ser vistos com olhos diferenciados, é a questão de banheiros, adaptação, parquinho, ainda falta muita coisa para nossas escolas, brinquedotecas, mas eu tenho certeza que ela [a prefeitura] deve estar vendo isso aí e já com bons olhos e ela já está em busca de melhorias para as nossas escolas. As cadeirinhas vieram já são adotadas para o tamanho deles, mais ainda faltam sim, algumas coisas a serem feitas. (CREUSA, DIRETORA EM.JP, 2018) (acréscimo nosso)

O que pudemos presenciar aqui foram depoimentos relacionados à infraestrutura das escolas rurais do município que demonstram o quanto tais instituições estão distantes de se tornarem escolas do e no campo para crianças e jovens. Os problemas das escolas acabam afetando direta e/ou indiretamente o acesso e, principalmente, a permanência com aprendizado de crianças na Educação Infantil nessas escolas. Apesar de termos leis e estas garantirem o acesso, a educação não possui prédios escolares adequados que acolham estas crianças como realmente deveriam ser acolhidas: respeitando e prevalecendo o seu direito a uma educação igualitária com qualidade e para todos. Sabemos que as duas escolas enfocadas no presente estudo são apenas duas dentre muitas instituições escolares espalhadas por todo o Brasil localizadas na zona rural que recebem crianças na Educação Infantil e que possuem prédios, instalações ou salas improvisadas que proporcionam um mínimo de educação, com ausência de infraestrutura necessária.

3. 5 Educação Infantil e as salas multisseriadas: processo de inserção em escola rural

As crianças que são atendidas na Educação Infantil nas escolas rurais nos dias de hoje são provenientes de diversos meios e classes sociais. Conhecer a origem, a história e a cultura dessas crianças pode influenciar direta ou indiretamente na permanência delas no ambiente educacional, por isso, é de grande relevância que a escola, por meio do gestor, conheça a realidade destes alunos. Ao descrever quem são as crianças matriculadas nesta etapa, a Diretora Creusa da Escola M. José Palma esclarece que: **“Todos os casos, nós temos filhos**

¹⁶O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia>. Acesso: 12 de jan. de 2018.

de funcionários da escola, temos filhos de agregados, temos assentados e também, a maioria na verdade, são filhos de empregados e de fazendeiros.” Sendo assim, a Diretora Rosilene, da escola M. Pedro Silva Neiva, localizada no assentamento Jambreiro, destaca que dentre os 18 alunos matriculados na Educação infantil estão também filhos de “**empregados de fazendas vizinhas**”, deixando claro que a grande maioria “**são filhos de assentados**”. Percebemos que os perfis dos alunos atendidos nestas escolas rurais estão de acordo com as características próprias da localização das mesmas. São crianças de diversos contextos sociais e culturais e que possuem como característica principal o envolvimento com o trabalho no campo, trazem impregnados em seu cotidiano a história de luta e o envolvimento com a terra, vivendo neste contexto de buscar o sustento com o trabalho no campo.

Sabemos da importância de gestores, diretores e professores conhecerem o público-alvo atendido pelas escolas no campo, o que possibilita evidenciar os aspectos culturais, sociais, históricos e econômicos em que a criança vive. Fernandes (2011, p.141-142) atenta-se para o fato de que é importante que as pessoas possam pensar o mundo a partir do lugar onde vivem, na terra, dentro de sua realidade, entretanto, os profissionais que não levam em consideração o ambiente histórico e social em que as crianças vivem e estão inseridas idealizam um mundo do qual o campo não faz parte, não se vivencia o lugar imaginado, desconsiderando a realidade vivenciada pelas crianças do e no campo. Daí a relevância de se pensar uma educação para a população do e no campo em seu próprio lugar, para que não haja um estranhamento ou a negação de sua própria cultura e história, o que é fundamental para a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

Para que as crianças que vivem no e do campo possam ter acesso às escolas existe um período anual de matrícula, oportunidade em que são convocados os pais e os responsáveis para realizarem o cadastramento das crianças, conforme Ofício da Secretaria de Educação do Estado (2013):

2.2- No artigo 6 ° a LDBEN, com a redação dada pela Lei 12.796/2013, dispõe que “é dever dos pais e responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir de 4 (quatro) anos de idade”. Este dispositivo e ainda o artigo 4 ° da LDBEN constituem enorme avanço para a Educação Infantil, considerando a pré-escola como dever do Estado, portanto obrigatória e gratuita e, por consequência, dever dos pais e dos responsáveis. (OFICIO CIRCULAR, MINAS GERAIS, 2013).

A oferta da Educação Infantil cabe ao poder público, porém, a responsabilidade por procurar e matricular as crianças nas respectivas escolas e da família. Os documentos necessários que devem ser apresentados pelo pai, mãe ou responsável pela criança no

momento da matrícula, segundo a Resolução da Secretaria Estadual de Educação (2015), são: original e cópia da certidão de nascimento, conta de luz ou declaração que comprove endereço de localização, documento comprobatório de escolaridade expedido pela escola de origem (nos casos de transferência para redes públicas ou de retomada de estudos) e o preenchimento da ficha de matrícula do aluno. Foi possível constatar nas 2 escolas pesquisadas que, além dos documentos citados, na pasta de matrícula dos alunos da Educação Infantil existe um termo de “Autorização para veiculação de imagem”, devendo ser este assinado pelos pais e/ou responsáveis, garantindo a divulgação de imagens dos alunos em jornais, revistas, internet e televisão.

Tal como estabelece a Portaria da Secretaria Municipal de Educação do Município de Paracatu-MG, no art.8º, a matrícula de crianças na Educação Infantil obedecerá ao seguinte critério: “§1º - Serão matriculados no 2º período alunos nascidos até 30/06/2011 e §2º - Serão matriculados no 1º período alunos nascidos até 30/06/2012 (quando houver vaga) (PARACATU, MG. 2015).¹⁷

Quanto ao processo de divulgação de matrícula da Educação Infantil, conforme apontado pela Diretora Creusa (EMJP), esse acontece em **“período exato, passando em televisões, rádios e também na escola, na verdade a gente manda bilhete entrega para todos os alunos que estudam na escola para entregar aos pais, os vizinhos e às pessoas próximas para estar matriculando as crianças.”**São utilizadas diversas estratégias para essa divulgação e, segundo essa diretora, acontece normalmente no mês de dezembro do ano anterior, mas, para ela, na verdade, **“é sempre o ano todo, porque todos os alunos que chegama gente sempre atende.”** A Diretora Rosilene (EMPSN) explicita que existe um período de maior procura **“no início do ano mesmo, quando está começando as aulas, eles vêm trazendo os filhos e fazendo a matrícula.”** Com isso, apesar de haver um período definido para a matrícula e o ingresso na escola, as crianças da Educação Infantil são recebidas em qualquer período do ano, de acordo com a necessidade e a demanda da população, que procura a escola para matricular seus filhos no primeiro ou segundo período da Educação Infantil.

Segundo Edna, Diretora Pedagógica da Secretária Municipal de Educação (2018), é orientado em toda reunião com os gestores que o **“diretor, supervisor faça a divulgação entre os próprios alunos da escola, divulgação mesmo de que a escola existe e que a escola atende a crianças de 4 e 5 anos e que agora é uma obrigatoriedade”**; ela deixa

¹⁷Ressaltando que a data de nascimento para a matrícula citada pode mudar de acordo com o ano em vigência.

evidente que existe uma preocupação com a divulgação da obrigatoriedade da Educação Infantil, evidenciando que as escolas rurais do município fornecem esta etapa, sendo de grande importância que as crianças sejam matriculadas, garantindo seus direitos. Sabemos que o atendimento a crianças e jovens nas escolas do campo não é uma realidade em todos os estados do Brasil, tal como demonstram os dados apresentados abaixo:

Quadro 12- Escolas do campo fechadas (200 a 2011)

Rondônia	70,14%
Goiás	66,01%
Tocantins	57,64%
Ceará	54,35%
Santa Catarina	54,12%
Rio Grande do Sul	51,76%
Paraná	47,98%
Mato Grosso	47,67%
Espírito Santo	45,28%
São Paulo	38,83%

Fonte: Censo Escolar 2000 e 2011.

Esta é uma triste realidade que acontece em muitos estados brasileiros. As escolas são fechadas, alegando número insuficiente de alunos, com isso, os estudantes passam a ser deslocados do campo para a cidade em busca de educação. É uma realidade que vem sendo combatida pelos movimentos sociais na busca pela valorização da educação para crianças e jovens dentro do próprio espaço em que vivem, sem que necessitem se ausentar do campo para adquirirem o que é direito, uma educação de qualidade.

As crianças das Escolas José Palma e Pedro Silva Neiva, depois de matriculadas nas escolas de Educação Infantil no primeiro e segundo período (4 e 5 anos, respectivamente), são atendidas em salas de aula em condição de multisseriação, conforme é explicitado pelas entrevistadas:

Algumas multisseriadas, porque o número de crianças assim é bem menor, outras a gente tem as duas turminhas, uma turminha do primeiro período e outra do segundo período, mas assim as dez escolas da zona rural têm educação infantil, a gente atende. (EDNA, DIRETORA PEDAGÓGICA DA SME, 2017)

18 Dados extraídos em: HORACIO, A.S; ROSENO, S.M. Fechar escola do campo é crime! **Presença Pedagógica**, v.20, n.116, 2014.

Nós temos na verdade o primeiro período de quatro aninhos e o segundo período com cinco anos, mas funciona em uma sala multisseriada por ser poucos alunos e agente não conseguiu ainda ter a quantidade de alunos para dividir esta turma. [...] o professor trabalha com 20 alunos são doze do segundo período de cinco aninhos e 8 do primeiro (CREUSA, DIRETORA EMJP. 2017)

[...] 18 alunos, são sete do primeiro período e 11 do segundo período. Só uma sala com duas turminhas (ROSILENE, DIRETORA EMPSN, 2017)

Nas falas acima é possível observar que a multisseriação é uma condição comum nas escolas rurais do Município, passando a se tornar uma oportunidade de levar educação às crianças na Educação Infantil como forma de consolidar o direito ao saber. É através dessas escolas, muitas vezes com salas multisseriadas, que deveria ser proporcionada uma educação básica de qualidade e adequada às pessoas que vivem no campo, podendo contribuir com a autopromoção do homem do campo a partir da valorização do contexto sociocultural, incentivando a sua permanência no meio em que vive, organizando a população rural e sua participação consciente no desenvolvimento socioeconômico e cultural da comunidade, valorizando a melhor utilização dos recursos disponíveis (FARAH; BARBOZA, 2001).

A Portaria de 24 de novembro de 2015 da Prefeitura Municipal de Paracatu estabelece:

Art.13-Preferencialmente será obedecida a seguinte lotação mínima por turma:

1. Creche: 05 a18 alunos nos critérios da instrução específica;
2. Educação Infantil: 25 a 30 alunos conforme área da sala;
3. Ensino Fundamental:
 1. 1º ano ao 5º ano- 25 a 30 alunos;
 2. 6º ano ao 9º ano- 35 alunos.

A multisseriação nas escolas do campo acontece devido ao número reduzido de alunos matriculados em cada período da Educação Infantil, com isso, o reagrupamento é usualmente utilizado pelas escolas como forma de inserir a criança no espaço educacional.

Dentre os professores que atuam na Educação Infantil nas duas escolas pesquisadas, está uma professora regente formada em Pedagogia com pós-graduação *lato sensu* em Gestão Escolar e Psicopedagogia; a professora de Educação Física é formada em Educação Física e de Artes possui licenciatura em Pedagogia. Diante deste fato e de nossa observação, constatamos que em ambas as escolas as crianças de 4 e 5 anos têm três professoras que lecionam em uma sala para alunos no primeiro e no segundo período da Educação Infantil.

Ao indagar às gestoras se a condição de multisseriação em algum momento pode atrapalhar o desenvolvimento da criança em sala de aula, a Diretora Creusa da EMJP afirmou que **“Existe uma dificuldade muito grande, porque a criança de um ano para outro, a**

diferença é enorme. A criança de quatro anos não tem a maturidade de uma criança de cinco.”. Esta diferença de idade dentro de uma mesma sala acaba sendo vista pelos próprios gestores como um empecilho para o desenvolvimento dos alunos e para o avanço da criança, essa situação também é ressaltada pela Diretora Rosilene da EMPSN: **“Não é tranquilo, mas eu falo pela minha experiência, que um sempre atrapalha o outro, a turminha de quatro anos é mais para brincadeira, já a turma de cinco já tem que pegar mais pesado, então atrapalha sim.”**. Com isso, elas se antecipam em dizer que a forma como o professor deve atuar entre um período e outro, na Educação Infantil, é diferente, evidenciando que a primeira etapa é destinada às atividades lúdicas com brincadeiras e o segundo período deve ser mais intensivo, pautado em uma aprendizagem contextualizada, preparando para o ingresso na primeira etapa do ciclo de alfabetização, evidenciando que a multisseriação compromete o desempenho lúdico das crianças. As dificuldades por parte do professor são continuamente explicitadas na fala da Diretora Creusa (EMJP):

(...) muito difícil para o professor, conduzir essas duas turmas ao mesmo tempo, as crianças de quatro anos são mais elétricas, são mais ativas, tem que ser um trabalho mais lúdico, um trabalho mais diferenciado e para um professor sozinho. Porque a gente não tem um monitor para estar ajudando, então é muito difícil, a gente vê que é muito difícil e acaba assim acaba trazendo certo atraso para os menininhos de cinco anos, infelizmente é muito complicado, a gente tenta dar suporte e tudo mais, nós não temos uma pessoa na escola que possa tá ajudando que possa estar ficando.

[...]

É complicado! Professor sozinho não consegue atendimento necessário a estas crianças, com certeza será prejudicado sim, os nossos alunos de cinco anos ficam prejudicados porque o professor, o tempo que ele poderia estar desempenhando trabalhando com os alunos de cinco anos, ele também tem que trabalhar com os de quatro. Então, com certeza, nossos alunos de cinco eles vão ter, vão ficar prejudicados eles não vão conseguir ter o mesmo desenvolvimento que deveria ter porque os de quatro aninho, ele suga muito do professor. (CREUSA, DIRETORA EMJP2018)

A partir destas passagens, percebemos a preocupação por parte dessa Diretora com a necessidade de haver salas separadas para o atendimento às crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil. O que para ela contribuirá com o processo de ensino e aprendizagem do aluno, de acordo com a idade e as potencialidades que deverão ser desenvolvidas em cada etapa, e também com o trabalho do professor, direcionando atividades que potencializem o desenvolvimento do aluno em cada etapa em que está inserido, isso acontecerá sem que se possa prejudicar os demais alunos que também estão em pleno desenvolvimento.

Os professores que trabalham na Educação Infantil nas escolas rurais pesquisadas na oportunidade do presente estudo tinham como vínculo empregatício com o município o regime de contrato por tempo determinado, segundo a falada Diretora Creusa: **“Agora no momento estamos com uma professora contratada, porque normalmente, os professores**

pedem para trocar de turmas e gente vai trocando, vai chegando os novos professores.” Apesar das entrevistadas serem categóricas em dizer que na maioria das vezes é o professor efetivo que trabalha na Educação Infantil, o que averiguamos naquele ano em ambas as escolas é que os professores da Educação Infantil eram contratados temporariamente, é o que explana a Diretora Rosilene da EMPSN **“Até o ano passado eram efetivos professora Claudia, a partir deste ano a professora que está aí, é a Romilda ela é contratada”**. Isso ocorreu devido ao fato de as professoras regentes que trabalhavam na Educação Infantil das escolas terem acabado de se aposentar no final do ano de 2017, ou pelo fato da professora pedir para mudar de sala devido à avaliação externa que aconteceria naquele ano com os alunos na Educação Infantil.

Edna, Diretora Pedagógica do município, explicita sobre a importância de observar estes professores, que pretendem continuar permanentes na Educação Infantil estabelecendo o papel do Diretor escolar:

Tem algumas escolas que o professor acha que ele é vitalício lá na educação infantil, então o diretor tem que ter esse olhar, ter essa visão de que não, esta aqui está cansada, este aqui não está produzindo na Educação Infantil, que a gente precisa trocar este professor (EDNA, DIRETORA PEDAGOGICA SME, 2018).

Por ser uma etapa de grande relevância na educação, a Educação Infantil precisa ter esse cuidado quanto aos seus professores, cabendo ao diretor identificar e escolher profissionais que possam agregar e fortalecer um trabalho voltado às crianças de 4 e 5 anos em sala multisseriada, respeitando suas necessidades.

A Diretora Creusa, da Escola Municipal José Palma, foi categórica ao afirmar sobre a importância da Educação Infantil, até mesmo pelo fato de haver atuado nesta fase.

Olha de todos os anos, a vários anos, 21 anos, que trabalhei, eu vejo a educação infantil, ela é a base de tudo, tem que ser sólida, você começa uma casa da base se você não constrói esta base sólida, se não existe esta base esta criança não vai ter o mesmo desenvolvimento. Então é importante para mim, no meu pesar, é importante esta criança ter acesso participar da educação infantil, porque a educação infantil é a base de tudo, a criança tem que ter esta oportunidade, tem que vir para a escola tem que estar sim na escola porque através da educação infantil que é trabalhado todas as dificuldades, os primeiros passos acontece na educação infantil. (CREUSA, DIRETORA DA ESCOLA EMJP, 2018)

Baseados na fala dessa Diretora é que reconhecemos a Educação Infantil não só como mais uma etapa na vida da criança, mas como a possibilidade do seu desenvolvimento por

meio de um trabalho direcionado pelos professores, o que vai depender da formação e da capacitação que recebem.

Ao perguntarmos se existe algum tipo de capacitação ou formação para os professores que atuam na Educação Infantil na zona rural, as Diretoras afirmaram que há formação e capacitação disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação. Segundo a Diretora Creuza da EMJP, existe uma **“preocupação com a formação das pessoas”** por parte da Secretaria e esta capacitação acontece através de **“palestras, cursos, com a participação do PNAIC que agora vai começar o PNAIC para a educação infantil.”** A Diretora Rosilene da EMPSN reiterou que os professores **“Recebem, fazem cursos durante o ano”** estabelecendo que estes acontecem, **“na secretaria de Educação”**. A Diretora Creusa garantiu que **“a Educação Infantil tem um atendimento diferenciado”** no que tange à formação e à capacitação, pois existem datas e horários próprios para capacitação dos professores da Educação Infantil, já com os professores do 1º ao 5º ano das Séries Iniciais do Ensino fundamental estes realizam capacitações de acordo com os ciclos, e, com os professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, por matéria. Este atendimento diferenciado quanto à capacitação dos professores da Educação Infantil acontece por existir uma maior preocupação com essa etapa, com a elaboração da Base Nacional Comum Curricular, pois até então não existia um currículo destinado à Educação Infantil, que agora passará por avaliações externas e internas.

Tudo isso nos ajuda a perceber a Educação Infantil como etapa de formação e construção do sujeito histórico-cultural, que ingressa na escola buscando o desenvolvimento humano, sendo o professor o mediador desse processo de elaboração e construção do saber, pois a escola se torna o espaço de busca por uma educação emancipatória e, para que isso aconteça, é necessário que haja o acesso e a permanência com qualidade para todos em todos os espaços.

3. 6 O acesso e a permanência de crianças na Educação Infantil no Campo

A Educação Infantil hoje se tornou obrigatória no sistema público municipal de ensino; garantir que as crianças sejam matriculadas nas escolas não é o mesmo que garantir o acesso e, principalmente, a permanência destas nas mesmas. Como vimos anteriormente, as escolas rurais apresentam dificuldades consideráveis para atenderem crianças de 4 e 5 anos, malgrados os esforços de professores e a existência de espaços considerados amplos, vimos

que existe a necessidade no que se refere à infraestrutura e ao mobiliário para que as crianças possam ser devidamente acolhidas, de acordo com sua idade.

São muitos os problemas das escolas rurais. Outra questão bastante evidente na Educação Infantil diz respeito ao acesso às próprias escolas; a distância que os alunos percorrem todos os dias para chegarem à escola é enorme, por isso, Edna, Diretora Pedagógica da SME, afirma: **“Às vezes a dificuldade que a gente tem na zona rural é o acesso a escola, é a distância, muitas vezes a criança tem que acordar muito cedo, a gente sabe que isso também atrapalha o rendimento escolar.”**; distâncias grandes entre as casas e as escolas acabam influenciando diretamente a assiduidade dos alunos nas aulas, pois muitos sentem-se cansados e já chegam em sala exaustos devido à viagem e por terem que acordar muito cedo todos os dias. Ainda segundo Edna, **“(…) às vezes o transporte precisa fazer um baldeio na região para trazer os alunos para as escolas, da escola ele vem ou para zona urbana ou para outra escola do Ensino Fundamental II mais próxima”**. As duas escolas aqui pesquisadas não levam alunos para a cidade, pois o atendimento de todas as etapas acontece nas escolas, porém, mesmo assim, faz-se necessário que os alunos acordem mais cedo para chegarem no horário. Segundo relatos da Diretora Rosilene, da Escola M. Pedro Silva Neiva, existem casos de crianças que **“levantam as quatro e meia da manhã e saem de casa cinco e quinze(…), as vezes a professora deixa um tempo para dormir e agente recebe alunos de quatro anos, mas na realidade estamos recebendo com três anos e meio.”** Tudo isso compromete o desempenho dos alunos, pois estes chegam cansados e com muito sono na escola, o que causa um baixo rendimento.

Outro problema no processo de deslocamento das crianças para a escola acontece dentro dos veículos escolares, devido à diferença de idade entre estas. Edna, Diretora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, a respeito deste problema afirma: **“(…) porque que a gente tinha dificuldade até deste aluno pequenininho dentro do ônibus, que muitas vezes, o maior batia nele tirava ele da poltrona para sentar.”** Diante deste relato, ela nos deixou claro que uma solução encontrada foi a contratação de monitores para acompanharem todos os transportes das crianças. Esta também é uma das reivindicações mais explicitadas pelas duas Diretoras das escolas pesquisadas, ambas são categóricas em evidenciar que quem cuidava dos alunos, depois que os pais e a escola os entregavam para serem transportados, eram os motoristas e, por isso, a presença de um monitor foi de grande valia no cuidado desses alunos. Para Edna, Diretora Pedagógica da SME, a presença do **“monitor nos ônibus resolve boa parte dos problemas.”** Os monitores trabalharam no ano de 2018, no segundo semestre.

Além das questões anteriores apontadas, há também a necessidade de adaptações dos ônibus para transportarem crianças da Educação Infantil.

Pode notar que a criança de quatro anos, ela sentada em um banco comum, um banco de um ônibus, ela não alcança o pezinho no chão. Então teria que ser visto sim a preocupação da licitação, quando for feita a licitação, as escolas dando esta listagem de quantas criancinhas de quatro anos, quais os transportes carregam estas crianças para ter esta adaptação uma cadeirinha algumas coisa que possa manter esta criança segura nos bancos porque os banco elas não conseguem , não são adaptados. Elas saem muito cedo, elas dormem no banco, muitas vezes a gente vê elas deitadas no banco, não tem esta segurança se o ônibus frear pode acontecer de cair e machucar. (CREUSA, DIRETORA EMJP,2018)

Para que haja esta adaptação, Creusa responsabiliza os governantes:

Secretaria de transportes quando for fazer as licitações já coloque isso nos contratos que os proprietários, qual ganhou estas linhas que eles tenham esta preocupação de como carregar estas crianças como estas criancinhas de 4 anos estas crianças de cinco anos serão conduzidas dentro do transporte escolar porque a gente sabe que acontece de cair, de machucar, então precisa adaptação, cadeirinha segurança. (CREUSA, DIRETORA EMJP, 2018)

Ainda sobre a condição de acesso à escola rural ligada ao transporte, o que aflige os pais e as crianças são as condições das estradas:

Às vezes o transporte não consegue chegar à escola por causa das estradas. É um município grande e na maioria das vezes, as estradas estão assim, muitos buracos, atoleiros e na maioria das vezes as nossas crianças não conseguem. Então é um desafio, estas crianças chegarem a tempo nas escolas. (CREUSA, DIRETORA EMJP,2018)

O Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e o Programa Caminhos da Escola (PNAT) foram instituídos pela Lei nº 10.880, de 2004, no âmbito do Ministério da Educação- MEC, com verbas vindas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, e têm o objetivo de fornecer transporte escolar aos alunos da rede pública que moram na zona rural, realizando transferência financeira, dispensando a elaboração de convênio, afim de fornecer recursos para despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freios, suspensão, cambio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo utilizado para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural, além de transportes

contratados junto à Secretaria de Transporte. (BRASIL, 2013) Esta verba é destinada à manutenção destes transportes para que garantam segurança aos alunos em seu processo de deslocamento para as escolas; mesmo diante disso, as crianças acabam sofrendo grandes transtornos para chegarem à escola. Tudo isso é ainda mais constante em ocasiões de chuva, o que acontece no município no período de começo e final de ano. Segundo a Diretora Edna, da SME: **“O dia que chove muito os pais ficam preocupados, sabem que às vezes as estradas estão perigosas e não mandam seus filhos”**. Sendo este um dos fatores que comprometem a assiduidade dos alunos nas aulas.

Com todas estas complicações, Edna, Diretora Pedagógica da SME, ressalta o comprometimento institucional em **“assegurar um transporte de qualidade”**, procurando efetivar o acesso aos alunos de 4 e 5 anos à escola, pois, para ela, **“O aluno da educação infantil, ele é tão importante quanto qualquer outro ano da escola”**; assim sendo, faz-se necessário que o poder público possa garantir uma melhor qualidade no transporte destas crianças para a escola, de forma que o transporte não comprometa o acesso e a permanência do aluno na instituição escolar.

Outro problema que é também constantemente citado pelos pais diz respeito aos alunos maiores que **“judiam”** (expressão usada pela Edna) das crianças menores, sendo este, para Edna, Diretora Pedagógica da SME, **“um desafio, questão de faixa etária diferente na mesma escola, no mesmo horário (...) e às vezes, esse aluninho lá, pequenininho na escola junto com alunos de faixa etária diferente dele, às vezes esta convivência que não é boa”**. São muitos os motivos pelos quais os pais ou responsáveis que possuem crianças na Educação Infantil em escolas rurais evitam enviá-las para a escola.

Existem, ainda, motivos mais simples que comprometem a assiduidade das crianças, tal como relata Edna, Diretora Pedagógica da SME: **“O dia em que mãe ou o pai, vem na cidade, eles faltam também para vir ver a família, o dia que vem tem que faltar porque a mãe também vem para a cidade eles querem vir junto passear.”**

Portanto, Edna considera que existe a necessidade de um trabalho voltado para os pais, afim de evidenciar a importância do comprometimento e da assiduidade das crianças da Educação infantil, demonstrando a relevância desta etapa na vida educacional de seus filhos; segundo Edna, este momento de conscientização deve acontecer dentro das escolas.

Nas reuniões periódicas com os pais é preciso discutir com os pais as dificuldades, o avanço das crianças. A educação infantil não é mais aquele vai se quiser, ele tá aqui não tem prova, não tem reprovação, ele vai se quiser, não é assim. O pai precisa ter

consciência de que ele precisa mandar a criança para a escola, que ele precisa dar assistência. Não é um espaço só de socialização, pelo contrário, é um espaço de muito aprendizado(...).nos vamos fazer uma reunião com os pais, cobrar, explicar a importância do filho não faltar. (EDNA, DIRETORA PEDAGOGICA SME, 2018)

Este processo de conscientização dos pais sobre a importância da Educação infantil é de grande relevância para a permanência destas crianças na escola. É o que também considera a Diretora Creusa (EMJP)“**Muitos pais não tem a consciência da necessidade de estarem presentes**”. Ela salienta que sempre convoca os pais para participarem de reuniões, para estarem junto com os professores e a escola e, principalmente, presentes na vida do filho, porém, ressalta que a participação “**(...) é bem pequena, não sei se é por motivo de morar em zona rural, a maioria das mães trabalha, tem que fazer o almoço para o patrão. Então assim, é muito complicado, é pouca a participação, é bem pequena.**” A família, por sua vez, tem a sua responsabilidade juntamente com a escola, pois ambas têm em comum a preparação da criança:

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo (PAROLIN, 2003, p.99).

Conforme o autor anteriormente citado explicita, existe a necessidade de cooperação da família com a escola, nenhuma das instituições trabalha isoladamente, a parceria é crucial para o desenvolvimento e a formação de sujeitos autônomos.

Outra questão aventada durante as entrevistas e que afeta também a permanência das crianças nas escolas rurais é o fato dessas escolas não terem um calendário escolar diferenciado para atender às crianças, respeitando as peculiaridades e as necessidades de quem vive e trabalha no campo. Ambas as escolas pesquisadas trabalham com o mesmo calendário da cidade, que é elaborado e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação e pela Secretaria Estadual de Educação. De acordo com a Resolução nº 3.652 da Secretaria de Estado da Educação (SEE) de 2017:

Art. 1º - O Calendário Escolar, para o ano letivo de 2018, respeitadas as normas legais, deve ser elaborado pela Comunidade Escolar, discutido com os servidores, estudantes e pais de estudantes e aprovado pelo Colegiado Escolar, com ampla

divulgação e encaminhado para a Superintendência Regional de Ensino, que deverá homologar e supervisionar o cumprimento das atividades nele previstas, de acordo com as normas da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 2º - O Calendário Escolar de 2018 deverá ser construído coletivamente, com as escolas estaduais de um mesmo município e/ou com escolas municipais, respeitando a autonomia da Rede Municipal de Ensino, resguardando o interesse dos estudantes, as especificações locais e viabilizando o melhor gerenciamento do transporte escolar.

Neste sentido, a Resolução nº 3.652 é clara ao dar autonomia aos municípios e à comunidade escolar para a elaboração do calendário próprio, de acordo com os interesses dos alunos, valorizando o ambiente em que estão inseridos. O Art. 6º da Resolução define que: “As Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas poderão elaborar proposta de calendário diferenciado, considerando as especificidades das comunidades locais”, levando em consideração que o calendário deve respeitar as normativas de construção, conforme Artigo 3º:

Art. 3º - O Calendário Escolar em 2018 deve prever, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos e carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas para os anos iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio noturno e 833 (oitocentas e trinta e três) horas e 20 (vinte) minutos para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio diurno.

Depois de construído o calendário escolar, as escolas deverão encaminhá-lo para a Secretaria Municipal de Educação para análise, aprovação ou adequação junto à Superintendência Regional de Ensino.

Edna, Diretora Pedagógica da SME, apesar de evidenciar a existência de tal legislação que respalda a construção de calendários diferenciados, ressalta que ainda não conseguiu fazê-lo e as Diretoras das escolas discorrem sobre as tentativas de mudanças.

No ano de 2017 nos fizemos a reunião com o colegiado, com os pais, a reunião com todos os funcionários da escola no qual foi votado o calendário diferenciado. Sentamos ficamos uma semana toda eu e a secretária da escola, depois desta reunião montando este calendário diferenciado para ser trabalhado em 2018, mas infelizmente nós não conseguimos, nós não fomos atendidos, A secretaria de educação ficou de fazer a revisão do calendário e autorizar este calendário ao qual não foi autorizado, eu não sei na verdade o motivo, mas nós ainda não conseguimos ter um calendário diferenciado e ao qual seria muito necessário com as questões da chuvas, as crianças, quando chega no mês de dezembro a chuva, as crianças não conseguem chegar, sofrem muito com atoleiros, molhando porque saem de casa debaixo de chuva, então é muito complicado e a gente vem brigando. Não é o primeiro ano, vários anos a gente vem ai todos os diretores da zona rural tentando, lutando para fazer um calendário diferenciado porque a LDB nos garante isso, que tem que ter e que temos que nos adequar a nossa

região, mais ainda não foi permitido que fizesse este calendário, não foi aprovado este calendário para nós. (CREUSA, DIRETORA EMJP, 2018)

Este ano teve a proposta, nós já fizemos o projeto, já tentamos, mas não foi aprovado, este ano teve a proposta eu até acreditei que fosse acontecer, mas infelizmente não. (ROSILENE, DIRETORA EMPSN, 2018)

É possível constatar que, mesmo existindo leis que preveem o direito ao calendário escolar diferenciado, elas não preponderam no município, e as diferenças acabam não prevalecendo. Apesar das tentativas e iniciativas tomadas pelas gestoras das escolas em trabalharem com um calendário que coincida com as realidades dos estudantes, ainda não foi possível efetivar tal mudança. Edna, Diretora da Secretaria, esclareceu em entrevista, no ano de 2018: **“pensou em fazer, mas a gente ainda não conseguiu, por causa do transporte escolar”** (DIRETORA PEDAGÓGICA DA SME). A Resolução de 2015 da Secretaria Municipal de Educação considera que a proposta do calendário para a zona rural deve ser coerente com o programa integrado do transporte escolar, inclusive com o esquema de transporte escolar para escolas de Ensino Médio do estado. O que acaba sendo um problema e abre uma lacuna na legislação, que, ao mesmo tempo em que respalda a construção de um calendário próprio para os filhos dos trabalhadores do campo, fala da adequação do mesmo para as crianças que estudam na cidade e também dependem do transporte escolar. Constatamos, assim, que esta não é uma realidade evidenciada nas escolas pesquisadas, já que ambas atendem a todas as etapas de ensino, sem precisarem deslocar as crianças para o espaço urbano, e mesmo assim não possuem calendário próprio.

Apesar de a Diretora Creusa (EMJP) dizer que **“Então a gente quer oferecer para as escolas do campo a mesma qualidade, que eles tenham o mesmo direito que os alunos da zona urbana, a gente quer assegurar este direito da qualidade, de acesso aos meninos do campo”**, muito ainda necessita ser melhorado para que estas crianças sejam realmente atendidas no ambiente em que vivem, tendo respeitadas a sua cultura e suas peculiaridades no acesso a uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construtores do Futuro

Gilvan Santos

Eu quero uma escola do campo
Que tenha a ver com a vida, com a gente
Querida e organizada
E conduzida coletivamente

Eu quero uma escola do campo
Que não enxergue apenas equações
Que tenha como chave mestra
O trabalho e os mutirões

Eu quero uma escola do campo
Que não tenha cercas, que não tenha muros,
Onde iremos aprender
A sermos construtores do futuro

Eu quero uma escola do campo
Onde o saber não seja limitado
Que a gente possa ver o todo
E possa compreender os lados

Eu quero uma escola do campo
Onde esteja o símbolo da nossa semente
Que seja como a nossa casa
Que não seja como a casa alheia

Eu quero uma escola do campo
Que não tenha cercas que não tenha muros
Onde iremos aprender
A sermos construtores do futuro.

De acordo com o presente estudo, foi possível constatar que a educação do campo tem sido construída por meio de lutas e com a participação dos movimentos sociais, que lutam pelos direitos das pessoas que vivem no e do campo, procurando mobilizar as pessoas a se envolverem diretamente com as questões que perpassam o campo, concretizando um cenário de luta e respeito ao trabalhador e à trabalhadora do campo. Os estudos realizados com autores que discutem a educação do campo, como Arroyo (2011,2015), Caldart(2011) e Fernandes(2011), fazem-nos perceber o valor dos espaços formativos inseridos no espaço rural, estabelecendo a importância de uma educação que possa valorizar a história e a cultura dessas pessoas dentro do espaço em que vivem.

Apesar de constatarmos, através do levantamento bibliográfico realizado, a existência de alguns trabalhos que evidenciam a Educação infantil nas escolas do campo, percebemos uma limitação de pesquisas sobre o tema; não houve registro de estudos que abordassem o acesso e a permanência de crianças na Educação Infantil na pré-escola em escolas rurais ou no campo, bem como a infraestrutura para atendimento desta etapa, porém, consideramos que nos últimos anos houve uma busca pela valorização da educação do campo nas universidades, embora ainda sejam escassos os trabalhos que procuram evidenciar questões ligadas às problemáticas específicas que perpassam as escolas do campo, como, por exemplo: infraestrutura, transporte, permanência na escola, principalmente no que tange à Educação Infantil.

Portanto, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais buscam o reconhecimento do trabalho e do envolvimento das pessoas do campo com a educação, estudos revelam que muito ainda precisa ser contemplado e pesquisado para que, assim, possamos conhecer e também lutar por muitos direitos que são negligenciados para a educação do campo e, principalmente, para os moradores que vivem no campo e que veem neste espaço o local de luta e busca pelo desenvolvimento digno como forma de compreensão de sua cultura e história.

Terminada a redação deste texto, deparamo-nos com algumas questões importantes; tendo por base as imagens coletadas nas escolas pesquisadas, observamos que as escolas construídas no espaço rural que recebem as crianças na Educação Infantil de 4 e 5 anos apresentam vários problemas no aspecto da infraestrutura. Por mais que o espaço seja amplo e que as crianças tenham um contato próximo com a natureza, muito ainda precisa ser conquistado para a garantia de um acesso e, principalmente, da permanência com qualidade nestas escolas. Sabemos que a infraestrutura afeta diretamente a permanência das crianças, ligada ao fato destes prédios não estarem em acordo com as necessidades infantis nessa fase, conforme explicitam documentos que fazem referência a normas de atendimento à Educação Infantil, tais como os Parâmetros de qualidade na Educação Infantil e legislações afins.

Nossa pesquisa demonstra, por meio das imagens produzidas e das falas das entrevistadas, que muitos problemas que emergem nas escolas rurais são semelhantes aos que afetam as escolas urbanas, porém, é importante evidenciar que existem questões peculiares que envolvem as crianças da Educação Infantil que vivem no campo e que necessitam ser

acompanhadas para que não afetem o acesso das crianças às escolas no campo ou mesmo levem à evasão ou ao abandono.

Sabemos que a existência do transporte escolar é um ganho que deve ser levado em consideração na pesquisa, diante do fato de que existem escolas com veículos completamente lotados de alunos, que permanecem de pé durante todo o percurso escolar, ou veículos que estão em péssimas condições para prestação de serviço. As duas escolas não sofrem com esta situação, o número de veículos corresponde à demanda de alunos, as manutenções de todos os transportes estão sempre em dia com a fiscalização da Secretaria de Transporte do município. Porém, é necessário que o transporte das crianças, principalmente de 4 e 5 anos que frequentam a Educação Infantil, seja feito com segurança por meio da contratação de monitores e da disponibilidade de cinto de segurança compatível com a idade.

Outra questão que envolve este trabalho diz respeito às condições climáticas que impedem a assiduidade dos alunos nas aulas sem tempo de chuvas, isso acontece devido às condições das estradas que ficam intransitáveis por conta da lama, dos buracos e das pontes. Nesse contexto, a mudança do calendário escolar de acordo com o clima da região, sem comprometer a legislação municipal e estadual para a educação, atentando-se para o fato de que as resoluções vigentes do município garantem que as modificações podem ser feitas e validadas pela Secretaria, proporcionaria a permanência dos alunos durante todo o ano letivo, já que este é um dos fatores encontrados na pesquisa que prejudicam a frequência da criança ou levam a uma possível evasão durante o ano letivo.

Outro fato evidenciado é a multisseriação das salas do primeiro e do segundo período da Educação Infantil, o que foi confirmado pelas gestoras durante a pesquisa, que afirmaram que esta é a situação encontrada nas salas de Educação Infantil nas duas escolas pesquisadas e em todas as outras escolas do município, evidenciando que esta condição traz dificuldades e atrapalha o desenvolvimento do aluno, bem como o trabalho dos professores. As escolas rurais continuam atendendo crianças do primeiro e do segundo período na mesma sala, o que, para as gestoras, compromete o desenvolvimento das crianças. Porém, podemos explicar que a multisseriação pode ser também uma possibilidade de aprendizagem para ambos os períodos, através do trabalho do professor como mediador, fornecendo subsídios para uma prática em que ambas as etapas possam trabalhar juntas, ensinando e aprendendo dentro do contexto e da realidade que vivenciam, assim, a multisseriação deixa de ser um fator

problema para o ensino e se torna um aliado a uma prática emancipatória em sala de aula na Educação Infantil.

De modo geral, a Educação Infantil nas escolas rurais é uma conquista que deve ser considerada como um marco na luta por uma educação do e no campo; porém, percebemos que o direito deliberadamente constituído para estas crianças tem muito a ser conquistado para alcançar a igualdade de condições necessárias para um atendimento adequado. As crianças que vivem do e no campo têm o direito de acesso à Educação Infantil, contudo, quando não há fornecimento de infraestrutura, materiais, transporte e demais condições básicas adequadas não é oportunizado este direito, acarretando abandono da escola ou evasão escolar por não haver condições para permanência num ambiente educacional que não é realmente para todos.

A pesquisa demonstra que as crianças na Educação Infantil estão sendo inseridas na pré-escola nas escolas rurais do município, o que demonstra que existe um trabalho dos gestores no intuito de proporcionar o acesso destas crianças à educação no campo sem que necessitem se deslocar para a cidade. Ressaltamos que com muita luta das famílias, dos professores e, principalmente das crianças, elas estão obtendo o seu direito a uma educação dentro do espaço, o que possibilita o desenvolvimento humano do sujeito, respeitando a sua história e o meio social em este se insere.

Não devemos deixar de levar em consideração a questão da evasão, justificando que a mesma pode acontecer durante todo o percurso escolar da vida de uma criança inserida em uma escola urbana ou rural. O que passamos a revelar neste estudo é que a evasão poderá acontecer com maior intensidade nas escolas rurais quando estas passam a carecer de condições como as destacadas na pesquisa: infraestrutura, transporte, calendário, comprometendo o acesso e podendo levar ao abandono da escola com o passar do tempo.

O que vale salientar neste momento é que este trabalho não se encerra aqui, mas abre a oportunidade para que outras questões e pesquisas surjam no âmbito da Educação do Campo, sobretudo, nas universidades. Nosso desejo é que esta pesquisa não se torne apenas um trabalho que foi escrito para conclusão de curso *stricto sensu*, na área de educação, ao contrário que aqui se estabeleça um cenário de luta e busca para que se possam evidenciar condições necessárias para a constituição de uma Educação do e no campo com qualidade e equidade, sem distinção de raça, cor, condição do social, enfim, que realmente seja para todos.

REFERÊNCIAS

- ANPED. **Estatuto da ANPED**. Porto de Galinhas, out.2012. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/estatuto_anped_registro_cartorio_.pdf
- ARCE, A. (Org) **Interações e brincadeiras na educação infantil**. 1. ed. Campinas: Alínea, 2013.
- ARROYO, M. G.; VILLE, M.A.L.; SILVA, M.R. (Org.). **Trabalho Infância: Exercícios Tensos de ser criança - Haverá espaço na agenda pedagógica?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- _____. CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. 5.ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- _____. A Educação Básica e o Movimento Social do campo; In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.p.65-132.
- AQUINO, L. L. **Anped 30 anos de pesquisa e compromisso social: GT 07 Educação da Criança de 0 a 6 anos**, 2007. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/resources/Apresenta%C3%A7%C3%A3oGt07_30anos_2007_LigiaAquino.pdf.
- BRASIL. **Lei n. 13.005**. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2014. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso 12/02/2018.
- _____. **Guia do Transporte Escolar**. Presidência da República. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2013.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros de qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006b.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº 36/2001**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília:MEC/CNE, 2002.
- _____. **Conferência Por uma Educação Básica do Campo**. Texto-Base. Brasília, 1998.
- _____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998.
- BARBOSA, M. C. S.;FERNANDES, S. B. Educação infantil e educação no campo: um encontro necessário para concretizar a justiça social com as crianças pequenas residentes em áreas rurais. **Reflexão & Ação**, v. 21, p.294-310, 1 january 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/<acesso:21/09/2017>>

BENJAMIM, W. **Reflexões: A Criança, O Brinquedo, A Educação.** São Paulo: Sammus, 1984.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.**, Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRITO, D. B. Histórias de Vida e Saberes Docentes das Educadoras da Zona Urbana e Rural. **Educação & Realidade**, v. 40, nº 3, p. 923-945, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/<acesso 21/09/2017>>

CALDART, R. S. Por Uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p.147-174.

CARVALHO, M. I. C.; RUBIANO, M. R. B. Organização do espaço em Instituições Pré-Ecolares. In: OLIVEIRA, Z. M. Ramos (Org.). **Educação Infantil: muitos olhares**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. p.107-117.

CORRÊA, E. C. D. et al. Bibliotecário escolar: um educador? **Revista ACB**, Santa Catarina, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: . <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/379/458> Acesso em: 17 set. 2009.

DAVIDOV, V. **La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico**. Moscou: Progreso, 1988.

DAVIDOV, V.; MÁRKOVA, A. El desarrollo del pensamiento en la edad escolar. In: DAVIDOV, V.; SHUARE, M. (Org.). **La psicología evolutiva y pedagógica em la URSS (Antología)**. Moscou: Progreso, 1987a.p.173-193.

ELKONIN, D. B. Psicologia do jogo. Tradução de Álvaro Cabral. 2.ed. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2009 (Coleção textos de psicologia).

FARAH, M. F. S.; BARBOZA, H. B. **Novas Experiências em Gestão Pública e Cidadania**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FERNANDES, M. B.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p.20-62.

FREITAS, M. T. A.; COSTA, S. R. **Leitura e escrita de adolescentes na internet e na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução de Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

ELKONIN, D. Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico em la infancia. In: DAVIDOV, V.; SHUARE, M. (Orgs.) **La psicología evolutiva y pedagógica em la URSS (Antología)**. Moscou Progreso, 1987.p.125-142.

_____. **Psicologia do Jogo**. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009 (Coleção textos de psicologia).

FACCI, M.G.D. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, elkonin e Vigotski. **Cadernos Cedex**, Campinas, v.24, n.52, p.64-81, abr.2004b.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

IFLA; UNESCO. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 15/04/2019.

KOSSOY, B. **Realidade e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. **O fotográfico**. 2. ed. São Paulo: Editora Huditec/Editora Senac São Paulo, 2005.

KRAMER, S. (Org.). **Com a Pré-Escola nas mãos: Uma alternativa curricular para a Educação Infantil**. São Paulo: Ática, 1993.

KRAMER, S.; M.I.L (Org.). **Infância: Fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1996. Serie Prática Pedagógica.

LEITE, M.I.F.P. **No campo da linguagem, A linguagem do campo: O que falam de Escolas e Saber as crianças da área rural? Um desafio da pesquisa no campo**. 1995. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, PUC/RJ, 1995.

LEONTIEV, A. N. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa: Livros Horizontes, 1978b.

_____. **Actividad, Conciencia y Personalidad**. Buenos Aires: Ciências Del Hombre, 1978a.

LIMA, D. A. L. **A educação da infância no mst: o olhar das crianças sobre uma pedagogia em movimento**. 28ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 2005. Disponível em: <http://www.anped.org.br/>. Acesso em 03/05/2018.

LIMA, L. P.; SILVA A. P. S. A relação entre a Educação Infantil e as famílias do campo. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP**, v.19, n. 3, setembro/Dezembro de 2015: 475-483. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 21/09/2017.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas, 2013.

MEIRA, M. E.M.; FACCI, M. G. D. (Org.). **Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

MINAS GERAIS. **Resolução nº 3.652**, de 14 de novembro de 2017. Estabelece, para a Rede Pública Estadual de Educação Básica, Calendário Escolar para o ano de 2018. Belo Horizonte, 2017. p. 27-28.

NASCIMENTO, A. C.; BRAND, A.J.; AGULERA URQUIZA, A.H. **Entender o outro: a criança indígena e a questão da educação infantil** nascimento. 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/>. Acesso em 03/05/2018.

PARACATU. **Portaria de 14 de novembro de 2015**. Estabelece normas para a organização do calendário escolar do ano letivo de 2016 e dá outras providências. Paracatu-MG, 2015.

PAROLIN, Isabel. As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares. **Livro da 5ª Jornada de Educação do Norte e Nordeste**. Fortaleza, 2003.

PEREIRA, C.A.C.; FRANÇA, G.R. **A contribuição do gestor escolar para a organização dos espaços nas escolas de educação infantil**. 2008. Disponível em: <<http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/TL0168.pdf>> Acesso em 14 maio 2011.

PELOSO, F. C. P. **Infância do e no campo: um retrato dos estudos pedagógicos nacionais**. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. 2015. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/> Acesso em 23/09/2017.

RINALDI, C.; REGGIO, E. A imagem da criança e o ambiente em que ela vive como princípio fundamental. In: GANDINI, Lella; EDWARDS, Carolyn (Org.). **Bambini: a abordagem italiana à educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SAVIANI, D. Educação socialista, Pedagogia Histórico-Crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.) **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. 2. d. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 2008.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8.ed. Campinas: Autores associados, 1991.

_____. A função docente e a produção do conhecimento. **Educação e filosofia**, v.11, n. 21 e22, p. 127-140, jan.jun.jul.dez1997.

SciELO, 15 anos de Acesso Aberto: Um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica. In: PACKER, A.L. et al. (Orgs.) **SciELO – 15 Anos de Acesso Aberto: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica**. Paris: UNESCO, 2014, 188, p. ISBN 978-92-3701-237-6. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7476/9789237012376>

SILVA, J. C. **A apropriação da Psicologia Histórico-Cultural na Educação Infantil brasileira: análise de Teses e Documentos Oficiais no período de 2000 a 2009**. 2013. 277f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

_____. **Práticas educativas:** a relação entre cuidar e educar e a promoção do desenvolvimento infantil à luz da Psicologia Histórico-Cultural. 2008. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

SILVA, R. J.; BORTOLIN, S. (Org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar.** São Paulo: Polis, 2006. 118p.

SOUZA LIMA, M.A. **A Cidade e a criança.** São Paulo: Nobel, 1989.

SMIT, J. W. **Análise documentária:** a análise da síntese. 2.ed. Brasília: IBICT, 1989. A análise da imagem: um primeiro plano, p. 101-113.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criação na infância.** Tradução Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009 (Ensaio Comentado).

_____. **Obras Escogidas.** Traducción de LydiaKuper. Madrid: A. Machado Libros, 2006. Tomo IV.

_____. **Obras Escogidas.** Traducción de LydiaKuper. Madrid: Visor, 2001. Tomo II.

_____. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “A Educação Infantil como direito: o acesso e permanência de crianças de 4 e 5 anos em escolas do campo de Paracatu-MG” coordenado pela pesquisadora Graciele Alves de Brito Silveira, desenvolvido em conjunto com a pesquisadora Altina Abadia da Silva na **Universidade Federal de Goiás**.

A Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de Novembro de 2017 até Abril de 2018.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Paracatu, de de 2017

Assinatura/Carimbo do responsável pela instituição pesquisada

APÊNDICE B**TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO**

A Escola Municipal Pedro Silva Neiva está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “A Educação Infantil como direito: o acesso e permanência de crianças de 4 e 5 anos em escolas do campo de Paracatu-MG” coordenado pela pesquisadora Graciele Alves de Brito Silveira, desenvolvido em conjunto com a pesquisadora Altina Abadia da Silva na **Universidade Federal de Goiás**.

A Escola Municipal Pedro Silva Neiva assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de Novembro de 2017 até Abril de 2018.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Paracatu, de de 2017

Assinatura/Carimbo do responsável pela instituição pesquisada

APÊNDICE C**TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO**

A Secretaria Municipal de Educação de Paracatu-MG está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “A Educação Infantil como direito: o acesso e permanência de crianças de 4 e 5 anos em escolas do campo de Paracatu-MG” coordenado pela pesquisadora Graciele Alves de Brito Silveira, desenvolvido em conjunto com a pesquisadora Altina Abadia da Silva na **Universidade Federal de Goiás**.

A Secretaria Municipal de Educação de Paracatu-MG assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de Novembro de 2017 até Abril de 2018.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Paracatu, de de 2017

Assinatura/Carimbo do responsável pela instituição pesquisada

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “A Educação Infantil como um direito: o acesso e permanência de crianças de 4 e 5 anos em escolas do campo de Paracatu-MG”. Meu nome é Graciele Alves de Brito Silveira, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(à) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail (graciele.vida@hotmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (38) 998224303/(64) 98115-4800. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

Essa pesquisa vem intitulada: A Educação Infantil como um direito: o acesso e permanência de crianças de 4 e 5 anos em escolas do campo de Paracatu-MG,

O desejo de realizar um estudo a respeito do tema acima apresentado iniciou a partir de minha formação recente em Direitos Humanos da Criança e Adolescente - UFG/Catalão vendo a necessidade de buscar conhecer a prevalência do direito ao acesso e permanência de crianças a uma educação que seja realmente para todos e de qualidade, porque não basta haver leis mais que haja respaldos e faça revigora-las para que realmente aconteça o atendimento a uma educação de todos e para todos. E se tratando da prevalência da educação como um direito poderão ser referencias deste estudo a lei maior do nosso Brasil que é a Constituição Federal, a lei ligada à educação LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) o Estatuto da Criança e Adolescente bem como o Plano Nacional da Educação, além de outros documentos que possam surgir durante os estudos.

Através da minha formação e atuação como professora regente na rede municipal de ensino a mais de três anos. Durante o ano em vigência (2017) atuando como professora da disciplina de Artes desde a Educação Infantil ao quinto ano do Ensino Fundamental, foi possível obter uma proximidade com os alunos de 4 e 5 anos pertencentes a Educação Infantil na escola onde hoje sou efetiva, diante deste contato surge a proposta de um projeto ocasionando algumas questões norteadoras que trouxeram em foco a educação infantil em escolas do campo do município de Paracatu MG sendo elas: Qual o papel e a função da

educação infantil? Como acontece a inserção das crianças de 4 e 5 anos na Pré-escola em escolas do campo em Paracatu - MG (espaço, deslocamento, aprendizagem)? Como está o processo de permanência destes alunos na Pré-escola? E por fim, avaliar a existência de evasão na pré-escola de escolas do campo e se existe, quais os motivos que podem estar levando a este fator. Estas perguntas nos deixaram em estado de inquietação, nos instigando a realização desta pesquisa. O objetivo geral é investigar a inserção e permanência de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola em escolas do campo do município de Paracatu-MG. Caso aceitar o convite o/a(s) participante(s) participarão de uma entrevista semiestruturadas gravadas em áudio com o tempo médio de uma (1) hora.

A participação na pesquisa poderá causar riscos mínimos, como constrangimento, desconforto, ter sentimentos mobilizados nas abordagens. Por isso, sinta-se à vontade em recusar a responder questionamentos que lhe causem desconforto emocional e/ou constrangimento durante a entrevista e questionamentos. O participante tem sobre direitos de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantida em lei, decorrentes da sua participação na pesquisa. O material com assuas informações. Caso aceitar o convite o/a(s) participante(s) participarão de uma entrevista gravada em áudio com o tempo médio de uma (1) hora.

Todas as gravações ficarão guardadas em local seguro sob a responsabilidade da pesquisadora com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após a pesquisa.

() Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;
(_____)

Assinatura do responsável

() Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa. (_____)

Assinatura do responsável

Os resultados deste trabalho serão apresentados e publicados em encontros ou revistas científicas, entretanto, será garantido o sigilo assegurando a privacidade e o anonimato dos/as participante/s.

() Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras e, portanto, autorizo a guarda do material em banco de dados;(_____)

Assinatura do responsável

() Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras, mas não autorizo a guarda do material em banco de dados;(_____)

Assinatura do responsável

Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____, inscrito(a) sob o RG/ CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “A Educação Infantil como um direito: o acesso e permanência de crianças de 4 e 5 anos em escolas do campo de Paracatu-MG.”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável _____ sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Paracatu, de de 2017.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA
PESQUISA**

Eu, _____, RG/ CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “A educação Infantil como um direito: o acesso e permanência de crianças de 4 e 5 anos em escolas do campo de Paracatu-MG” como sujeito fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Graciele Alves de Brito Silveira sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Paracatu, _____ de _____ de 2017.

Nome Assinatura participante

Nome Assinatura pesquisado

APÊNDICE E

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro que cumprirei os requisitos da, *Resolução CNS n.º 466/12* e/ou da *Resolução CNS n.º 510/16* e suas complementares, como pesquisador(a) responsável e/ou pesquisador participante do projeto intitulado “A Educação Infantil como direito: o acesso e permanência de crianças de 4 e 5 anos em escolas do campo de Paracatu-MG”. Comprometo-me a utilizar os materiais e os dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo da pesquisa acima referido e, ainda, a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto, considerando a relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração de todos os interesses envolvidos.

Data: ____/____/____

<i>Nome dos Pesquisadores</i>	<i>Assinatura</i>
1. Graciele Alves de Brito	
2. Altina Abadia Silva	

APÊNDICE F

QUESTÕES NORTEADORAS PARA ENTREVISTA: DIRETORA PEDAGÓGICA NA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. Qual o seu nome? Qual a sua idade?
2. Fale-me um pouco de sua formação acadêmica?
3. A quanto tempo atua na educação?
4. Já trabalhou como professora da educação infantil?
5. Há quanto tempo trabalha como diretora pedagógica?
6. Fale-me um pouco do seu trabalho na secretaria diretora pedagógica?
7. Me fale um pouco do seu trabalho junto as escolas que recebem crianças da educação infantil?
8. Quais as dificuldades encontradas no seu trabalho junto as atribuições a serem desenvolvidas na secretaria de educação?

Falando sobre as escolas do campo

1. Para você qual a importância da educação infantil?
2. Você conhece ou já visitou as escolas que recebe crianças na educação infantil localizadas na zona rural do município?
3. Qual a sua aproximação com os professores e diretores destas escolas do campo?
4. E com os alunos, você tem uma rotina de visitar as salas de aulas na zona rural?
5. Em quais os momentos, ou quais motivos, levam a diretora pedagógica a deslocar da cidade para realizar visitas nas escolas do campo?
6. Você conhece alguma escola do campo no município que tem um calendário diferenciado das escolas urbanas?

7. O que você acha da infraestrutura das escolas municipais rurais que atende crianças da educação infantil?
8. Quais os principais desafios encontrados e que provavelmente tenha chegado a seu conhecimento quando se trata das escolas do campo que atende crianças da educação no município de Paracatu frente a prevalência dos direitos?
9. Em sua opinião o que é necessário para garantia e prevalência do direito das crianças na educação infantil do campo?
10. Como a secretaria tem contribuído para o acesso de crianças na educação infantil em escolas do campo?
11. Vocês têm conhecimento do processo de permanência destas crianças nas escolas do campo?
12. É de conhecimento a existência de evasão de crianças da educação infantil nas escolas do campo? Se sim, por quais motivos?
13. O que tem sido realizado frente a secretaria de educação juntamente com a coordenadora da educação infantil, diretores e professores para que haja acesso e principalmente a permanência de crianças nas escolas do campo?
14. Como você vê a atuação da SME para contribuir na efetivação dos direitos das crianças nas escolas do campo?
15. O que você acha que deveria mudar ou contribuir para a prevalência do direito da criança do campo a educação infantil?
16. Alguma colocação que queria deixar (sobre o seu trabalho, direito da criança ou acesso e permanência de crianças em escolas do campo) e que não foi abordado durante o nosso roteiro?

APÊNDICE G

QUESTÕES NORTEADORAS PARA: DIRETORA ESCOLAR

17. Qual o seu nome? Qual a sua idade?
18. Fale-me um pouco de sua formação acadêmica?
19. A quanto tempo atua na educação?
20. É contrata ou efetiva? Se é efetiva, qual o seu cargo?
21. A quanto tempo é diretora desta escola?
22. Faleum pouco de sua experiência durante sua gestão enquanto diretora desta escola?
Como você se sente em relação ao seu trabalho?
23. Quais os principais desafios encontrados no exercício de sua função?

Escola Infantil no campo

1. Os professores que atuam na educação infantil são professores efetivos ou contratados? E qual a formação?
2. Quantas salas de educação infantil a escola possui? Quais os períodos?
3. Quais os desafios evidenciados nas salas multisseriadas?
4. Como é o processo adotado pela escola na divulgação de matrícula dos alunos da educação infantil?
5. Em que período ocorre estas matrículas?
6. Os alunos da educação infantil são provenientes de quais tipos de família (meeiros, agregados, fazendeiros, assentamentos, empregados, etc..)?
7. Existe um calendário diferenciado para escola?

8. Fale a respeito do espaço físico e infraestrutura da instituição. Favorece para que as crianças tenham uma educação infantil de qualidade? O que já tem e o que precisa ser melhorado?
9. Todos os alunos dependem de transporte para ter acesso a escola? De quem é a responsabilidade do cuidado destas crianças nos transportes escolares, durante o trajeto?
10. Como é a participação das famílias dos alunos na escola?
11. Existe evasão entre alunos na educação infantil? Quais os motivos evidenciados pela direção?
12. Quais as iniciativas que a escola providencia quando os alunos faltam constantemente?
13. Para você qual a importância da educação infantil?
14. Você tem observado o respeito a garantia de direitos das crianças na educação infantil do campo? Que direitos tem sido respeitado?
15. O que precisa melhorar para que os alunos da educação infantil do campo tenham garantido seus direitos a uma educação de qualidade?
16. Que dificuldades o diretor encontra junto ao acesso e principalmente a permanência de crianças da educação infantil em escolas do campo?
17. Como você vê a atuação da SME contribuindo na efetivação dos direitos das crianças da educação infantil em escolas do campo do município?
18. O que é necessário melhorar para um melhor atendimento destas crianças na escola do campo?
19. Alguma colocação que queria deixar (sobre o trabalho de diretor, direito da criança ou acesso e permanência de crianças em escolas do campo) e que não foi abordado durante o nosso roteiro?

ANEXOS

ANEXO 1



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO: o acesso e permanência de crianças de 4 e 5 anos em escolas do campo de Paracatu-MG

Pesquisador: GRACIELE ALVES DE BRITO SILVEIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 73540917.0.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.389.382

Apresentação do Projeto:

O presente protocolo de pesquisa, intitulado "A Educação Infantil como direito: o acesso e permanência de crianças de 4 e 5 anos em escolas do campo de Paracatu-MG", tem como pesquisadora responsável, Graciele Alves de Brito Silveira. Trata-se de uma pesquisa que tem como problema analisar o processo de inserção das crianças de 4 e 5 anos em escolas do campo em Paracatu-MG. As questões norteadoras da pesquisa cujo foco é a educação infantil em escolas do campo no município de Paracatu MG são: Qual o papel e a função da educação infantil? Como acontece a inserção das crianças de 4 e 5 anos na Pré-escola em escolas do campo em Paracatu - MG (espaço, deslocamento, aprendizagem)? Como está o processo de permanência destes alunos na Pré-escola? E por fim, avaliar a existência de evasão na pré escola de escolas do campo e se existe, quais os motivos que podem estar levando a este fator. O objetivo geral da pesquisa é investigar a inserção e permanência de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola em escolas do campo do município de Paracatu-MG. Como um dos passos será necessário conhecer o processo de acesso e permanência dos alunos na educação infantil podendo ser realizado através de questionamentos e entrevistas com diretores ou demais pessoas responsáveis pelas escolas ou mesmo junto a secretaria de educação. A pesquisa contará com a realização de análise documental e das políticas públicas para a educação infantil. Será observado também como é o espaço escolar, como acontece o deslocamento destas crianças, alunos de 4 e 5 anos na educação infantil. Do ponto de vista metodológico a pesquisa será realizada por meio de análise de documentos,

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpl.ufg@gmail.com